

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

LUZINETE MOREIRA DA SILVA

**AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO
BONFIM, BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-
escola**

**ARACAJU
2022**

LUZINETE MOREIRA DA SILVA

**AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO
BONFIM, BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-
escola**

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado/Doutorado, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação

ORIENTADOR: Cristiano Ferronato
COORIENTADORA: Olivia Morais de
Medeiros Neta

**ARACAJU
2022**

S586i

Silva, Luzinete Moreira da

As irmãs Militão e a escola Santa Terezinha em Senhor do Bonfim, Bahia: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola / Luzinete Moreira da Silva; orientação [de] Prof.^a Dr^o Cristiano de Jesus Ferronato – Aracaju: UNIT, 2022.

162 f. il ; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2022

1. História da educação. 2. Professoras negras. 3. Irmãs Militão. 4. Senhor do Bonfim. I. Silva, Luzinete Moreira da. II. Ferronato, Cristiano de Jesus (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 37(81)(091)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em 05 / 10 / 2022

BANCA EXAMINAI



Documento assinado digitalmente
CRISTIANO DE JESUS FERRONATO
Data: 08/05/2023 19:10:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano Ferronato – (Orientador)
Universidade Tiradentes – UNIT



Documento assinado digitalmente
OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA
Data: 01/05/2023 15:09:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Olivia Moraes de Medeiros Neta – (Coorientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



Documento assinado digitalmente
ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO
Data: 07/05/2023 10:18:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (Avaliador Externo)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB



Documento assinado digitalmente
ANE LUISE SILVA MECENAS SANTOS
Data: 08/05/2023 18:11:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ar (Avaliador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



Documento assinado digitalmente
JOAQUIM TAVARES DA CONCEICAO
Data: 08/05/2023 18:36:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição (Avaliador Externo)
Universidade Tiradentes – UNIT



Documento assinado digitalmente
RONALDO NUNES LINHARES
Data: 08/05/2023 19:01:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares (Avaliador Interno)
Universidade Tiradentes – UNIT

DEDICATÓRIA

À minha mãe Cleonice (in memorian), mulher negra e analfabeta, que com amor e lágrimas, disse sim aos meus desejos precoces de conquistar o mundo...

Ao meu pai Salviano (in memorian), lavrador analfabeto que via na educação a oportunidade para os filhos “ não puxarem cobra para os pés”

À minha tia Joaninha, (in memorian), mulher solitária, sofrida, analfabeta, mas amorosa. Plantou a semente do “tornar-me professora” como forma de emancipação

Aos meus irmãos e irmãs, com quem tive tão pouco convívio na infância e adolescência, em busca do sonho de “tornar-me gente”

Aos meus filhos Matheus e José Roberto, pelo incentivo, motivação e orgulho demonstrado em cada etapa conquistada.

Às Irmãs Militão, pelas memórias marcantes, oportunizar-me este estudo, fortalecendo minha identidade como mulher negra e professora, consciente do meu papel de educar para transformar

A tantas mulheres negras professoras, cada uma com sua história e lutas para fazer-se sujeito histórico nessa sociedade marcada pela desigualdade

À minha neta Laura, nascida em 28 de abril de 2022, recomeçando uma nova história de vida em uma nova geração, fazendo-me grata, feliz e vitoriosa. Que cresça consciente da sua ancestralidade e força.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer...

Agradecer ao Nosso Senhor por concluir essa etapa tão sonhada e significativa, superando as dificuldades e incertezas.

Agradecer a Xangô, orixá da justiça, por guiar minhas trajetórias fazendo-me reconhecer as conquistas, reparações e gratidão pelos processos concluídos.

Agradecer a Oxossi, orixá do conhecimento, por todas as vezes que diante do desânimo, surgia algo que impulsionava a continuar pesquisando.

Agradecer ao universo pelas oportunidades de me identificar e auto-afirmar como mulher negra e professora, consciente dos processos ancestrais e que segue na esperança de transformar vidas semelhantes, por meio da educação.

Agradecer a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram com a realização dessa pesquisa, destacando:

Aos familiares e amigos-irmãos, cuja torcida sempre foi constante e a certeza da conclusão sempre um incentivo para mim.

Aos meus filhos Matheus e José Roberto, quase orientadores (risos), pelo incentivo, companheirismo e até cobranças para a mãe tornar-se doutora.

Aos professores de toda a minha vida escolar e acadêmica. Eis aqui o produto de uma construção desde o aprender das primeiras letras.

Ao meu Orientador professor Cristiano Ferronato, pela confiança inicial sem nos conhecermos, pela capacidade de lidar com o diferente, pela autonomia dada e compreensão durante todo o processo de doutoramento.

À minha co-orientadora, ex-professora e amiga Olívia Neta, pela confiança, amizade, competência, e por sempre acreditar e incentivar minhas ações.

À querida Margareth Prado, lalorixá dirigente do Teu Mata Virgem, pelas orações, cuidados e orientações espirituais.

À Graça Teixeira, Norma Leite e Simone Wanderley, referências de mulheres e professoras que sempre estão ao meu lado, incentivando, apoiando e vibrando.

Ao IF Sertão-PE, Campus Petrolina, especialmente aos setores responsáveis pelo meu afastamento funcional para a Pós-Graduação.

Aos meus colegas de trabalho da Coordenação de Edificações, pela torcida e apoio constantes.

À Prefeitura de Senhor do Bonfim-BA, na pessoa da ex-secretária de Educação, Cristiane Maia, por compreender a importância da qualificação docente e agilizar meu afastamento das atividades funcionais.

Aos professores do PPED/UNIT, pelo compromisso e competência com a Pós-Graduação

Aos membros do GPHEN, por compartilhar e colaborar nos momentos de estudos, produções e parcerias.

Ao Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, lugar de minha formação inicial no Magistério e por fornecer fontes importantes para a pesquisa.

Aos professores da banca avaliadora, pela leitura e grandiosas contribuições desde o processo de qualificação.

Ao jovem Igor Santos Rocha, por me acompanhar no *lócus* da pesquisa e auxiliar no processo de gravação das entrevistas, além das conversas diversas que tornavam o momento mais leve e prazeroso.

Aos colaboradores e entrevistados, pela presteza, disponibilidade e satisfação em contribuir com a pesquisa.

Às irmãs Militão, Maria Floripes Militão e Maria de Lourdes Militão (in memorian), por suas trajetórias de vida terem inspirado a produção do conhecimento e pela contribuição com a História da Educação Brasileira.

Minha esperança surge daqueles lugares de luta, onde eu testemunhar indivíduos positivamente transformando suas vidas e o mundo ao seu redor. Educar é uma vocação enraizada na esperança. Como professores, acreditamos que a aprendizagem é possível, que nada pode manter uma mente aberta de buscar o conhecimento e encontrar uma maneira de saber.

Bell Hooks

RESUMO

A presente tese, desenvolvida no Programa de pós-graduação em Educação, dentro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq) trata das trajetórias de duas professoras negras e leigas, Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão - as Irmãs Militão - que mantiveram uma casa-escola na cidade de Senhor do Bonfim, Bahia, na segunda metade do século XX, entre as décadas 1950-1980. A relevância do tema se justifica ao considerarmos a história do povo negro brasileiro quanto ao difícil, estratégico e tardio acesso à educação formal e consequentemente à formação como profissional, sobretudo para as mulheres. O objetivo geral é analisar as concepções de educação de acordo com as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras, assim como os processos de formação e saberes presentes nas histórias de vida destas. Para compreendermos a relevância da temática, precisamos considerar a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social que marcaram a vida das professoras pesquisadas. Este estudo fundamenta-se na base epistemológica da pesquisa qualitativa e se sustenta na abordagem biográfica, a partir de memórias dos sujeitos enquanto instrumentos de produção de fontes, evidenciando elementos da subjetividade do sujeito, suas trajetórias pessoal e profissional e experiências de vida. Os colaboradores/entrevistados da pesquisa foram nove sujeitos que estabeleceram relação de alunos, vizinhos, conhecidos e amigos com as professoras pesquisadas, Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão. Caminhamos pelos campos da História Oral e da História Pública Digital, utilizamos recursos audiovisuais na produção das fontes primárias, as quais foram cotejadas com as fontes documentais encontradas, para compor as trajetórias de vida das Irmãs Militão e as concepções de educação que ancoravam as práticas das professoras na casa-escola. As fontes orais e públicas digitais foram usadas de acordo com um embasamento teórico-metodológico que defende e permite compor histórias de pessoas comuns, dando-lhes a devida e necessária visibilidade de acordo com suas participações na vida em sociedade. Assim, compomos as trajetórias das professoras, evidenciando suas estratégias de sobrevivência como mulheres negras e professoras leigas, e apontando o quanto elas se valeram de seus saberes, experiências e criatividade para se posicionarem socialmente, serem respeitadas e contribuírem com a manutenção de crenças, ideias, hábitos e tradições, utilizando a educação como uma forma de resistência ao racismo, preconceitos e discriminações, e conquistando um espaço social como sujeitos históricos.

Palavras-chave: história da educação; professoras negras; irmãs militão; senhor do bonfim.

ABSTRACT

The present thesis, developed in the Education Postgraduate Program, within the Research Group History of Education in the Northeast (GPHEN/UNIT/CNPq), deals with the trajectories of two black and lay teachers, Maria de Lourdes Militão and Maria Floripes Militão - the Militão Sisters - who maintained a house-school in the city of Senhor do Bonfim, Bahia, in the second half of the 20th century, between the 1950's and 1980's. The relevance of the theme is justified when we consider the history of Brazilian black people regarding difficult, strategic and late access to formal education and consequently training as a professional, especially for women. The general objective is to analyze the conceptions of education according to the pedagogical practices used by the teachers, as well as the formation processes and knowledge present in their life stories. To understand the relevance of the theme, we need to consider the intersectionality among gender, race and social class that marked the lives of the surveyed teachers. This study is substantiated on the epistemological basis of qualitative research and is based on the biographical approach, utilizing the subjects' memories as instruments for sources production, evidencing elements of the subjects' subjectivity, their personal and professional trajectories and life experiences. The research collaborators/interviewees were nine subjects who established a relationship of students, neighbors, acquaintances and friends with the researched teachers, Maria de Lourdes Militão and Maria Floripes Militão. We went through the fields of Oral History and Digital Public History, using audiovisual resources to produce primary sources, which were compared with the documentary sources found, to compose the Militão Sisters' lives trajectories and the education conceptions that anchored teachers' practices at the house-school. The oral and public digital sources were used according to a theoretical-methodological basis that defends and allows composing stories of common people, giving them the due and necessary visibility according to their participation in life in society. Therefore, we compose the trajectories of the teachers, highlighting their survival strategies as black women and lay teachers, and pointing out how much they used their knowledge, experiences and creativity to position themselves socially, to be respected and to contribute to the maintenance of beliefs, ideas, habits and traditions, using education as a form of resistance to racism, prejudice and discrimination, and conquering a social space as historical subjects.

Keywords: history of education; black teachers; militão sisters; senhor do bonfim.

RESUMEN

La presente tesis, desarrollada en el Programa de Posgrado en Educación, dentro del Grupo de Investigación Historia de la Educación en el Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq), trata de las trayectorias de dos maestras negras y laicas, Maria de Lourdes Militão y Maria Floripes Militão - las Hermanas Militão - que mantuvieron una casa-escuela en la ciudad de Senhor do Bonfim, Bahia, en la segunda mitad del siglo XX, entre las décadas de 1950 y 1980. La relevancia del tema se justifica cuando consideramos la historia del pueblo negro brasileño en cuanto al difícil, estratégico y tardío acceso a la educación formal y consecuentemente a la formación como profesional, especialmente para las mujeres. El objetivo general es analizar las concepciones de educación según las prácticas pedagógicas utilizadas por las docentes, así como los procesos de formación y saberes presentes en sus historias de vida. Para comprender la relevancia del tema, es necesario considerar la interseccionalidad entre género, raza y clase social que marcó la vida de las docentes encuestadas. Este estudio parte de la base epistemológica de la investigación cualitativa y se sustenta en el enfoque biográfico, a partir de las memorias de los sujetos como instrumentos para la producción de fuentes, evidenciando elementos de la subjetividad del sujeto, sus trayectorias personales y profesionales y experiencias de vida. Los colaboradores/entrevistados de la investigación fueron nueve sujetos que establecieron relación de estudiantes, vecinos, conocidos y amigos con las docentes investigadas, Maria de Lourdes Militão y Maria Floripes Militão. Caminamos por los campos de la Historia Oral y la Historia Pública Digital, utilizamos recursos audiovisuales en la producción de fuentes primarias, que fueron comparadas con las fuentes documentales encontradas, para componer las trayectorias de vida de las Hermanas Militão y las concepciones educativas que anclaron las prácticas de las maestras en la casa-escuela. Las fuentes orales y públicas digitales fueron utilizadas de acuerdo a una base teórico-metodológica que defiende y permite componer relatos de personas comunes, dándoles la debida y necesaria visibilidad de acuerdo a su participación en la vida en sociedad. Así, componemos las trayectorias de las docentes, destacando sus estrategias de supervivencia como mujeres negras y docentes laicas, y señalando cuánto utilizaron sus conocimientos, experiencias y creatividad para posicionarse socialmente, ser respetadas y contribuir al mantenimiento de creencias, ideas, hábitos y tradiciones, utilizando la educación como forma de resistencia al racismo, los prejuicios y la discriminación, y conquistando un espacio social como sujetos históricos.

Palabras clave: historia de la educación; maestras negras; hermanas Militão; Senhor do Bonfim.

LISTA DE SIGLAS

- ABPN** - Associação dos Pesquisadores e pesquisadoras Negras
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Nível Superior
BNTD - Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações
CEP/UNIT - Comitê de Ética da Universidade Tiradentes
COPENE - Congresso Nacional de Pesquisadores (as) Negros (as)
CUFA - Central Única das Favelas
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS - Organização Mundial da Saúde
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tia Di e Tia Lourdes: irmãs, mulheres negras e professoras	35
Figura 2: Certidão de nascimento de Tia Lourdes	37
Figura 3: Certidão de óbito de Tia Lourdes	38
Figura 4: Certidão de nascimento de Tia Di	40
Figura 5: Certidão de óbito de Tia Di	41
Figura 6: Irmãs Militão em frente à Escola Santa Terezinha (1970)	90
Figura 7: Mapa do centro da cidade de Senhor do Bonfim-Bahia	91
Figura 8: Planta Baixa da Escola das Militão	93
Figura 9: Tarde de Formação com a 4ª Série Ginásial - 1970	93
Figura 10: Confraternização da 4ª Série Ginásial na Tarde de Formação - 1970 ..	111
Figura 11: Noite Mariana na Capela do Educandário N. Srª do S. Sacramento	112
Figura 12: Professores, Religiosas e alunas do Ginásio - 1970	113
Figura 13: Tia Di como professora do Mobral - 1970.....	114
Figura 14: Recorte do Jornal da Bahia, 29 e 30 de Novembro de 1970	115
Figura 15: Baú de madeira e peças do presépio das irmãs Militão	125
Figura 16: Baú de madeira pertencente às Irmãs Militão.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Irmãs Militão pelos olhares dos usuários do Facebook	50
Quadro 2: Relação dos entrevistados/colaboradores da pesquisa	52
Quadro 3: Análise dos comentários do Facebook sobre as Irmãs Militão	102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Minhas trajetórias e a relação com o objeto de estudo: caminhos que se cruzam	20
1.2 A história da educação da população negra no Brasil e a formação de professores.....	25
1.3 Quando o nome identifica o núcleo familiar e as práticas educativas de duas irmãs.....	34
1.4 Traçando caminhos e aprimorando o olhar e o sentir.....	43
2 GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL: UMA INTERSECCIONALIDADE NECESSÁRIA PARA COMPREENDER AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORAS NEGRAS	59
2.1 Raça, gênero, classe social e as implicações para a construção identitária.....	62
2.2 Questões de gênero e a feminização do magistério.....	67
2.3 O ofício de ensinar como resistência ao racismo, preconceito e discriminação..	72
3 ESCOLA SANTA TEREZINHA: PARA TODOS, ESCOLA DAS MILITÃO; PARA ALGUNS, ESCOLA DA PEDRA PRETA	77
3.1 História e memória sobre o professor leigo e a casa-escola no interior da Bahia.	77
3.2 Senhor do Bonfim-BA e a Escola das Irmãs Militão: Uma História para memoriar.....	80
3.3 Quem não aprendesse com as Irmãs Militão, não aprenderia com mais ninguém	82
3.4 A Escola Santa Terezinha: fragmentos da cultura escolar e da cultura material da casa-escola das militão.....	89
3.5 Ritos e disciplina da escola das militão: “escreveu não leu, o pau comeu”.....	97
3.6 A relação professor/aluno: amor e ódio, medo e respeito.....	99
4 “CONCEPÇÕES DA ESCOLA SANTA TEREZINHA: EDUCAÇÃO PARA O LER/ESCREVER/CONTAR E PELA MORAL, CULTURA RELIGIOSA E POPULAR..	105
4.1 Formação, experiências e saberes das Irmãs Militão.....	106
4.2 Religiosidade, crenças e tradições: Salve Nossa Senhora e Nosso Senhor Jesus Cristo! Viva São Cosme e São Damião! Viva Santo Antônio.....	116
4.3 As irmãs militão como mantenedoras da cultura popular bonfinense.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UMA HISTÓRIA INCONCLUSA	129
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se originou a partir de muitas motivações, sendo que a principal delas está diretamente ligada a minha história de vida, como mulher, negra, professora oriunda de uma classe social não abastada. Por isso, dedicarei um tópico dessa seção introdutória para relatar acontecimentos que justificam essa escolha e a minha motivação pessoal.

À medida que aprofundo os estudos, minha memória retoma acontecimentos remotos que me levam a relacionar minha história de vida com a de tantas outras mulheres negras que também seguiram a carreira do Magistério. Assim, como descreve Schwarcz (2017, p. 31) na obra *Lima Barreto, Triste Visionário*, “Lima embaralha propositadamente tudo: seus personagens e sua própria realidade. As passagens ainda que alusivas são fundamentais para entender rastros da história da mãe”. Vale enfatizar que a mãe de Lima Barreto, a professora primária Amália Augusta, era uma mulher negra que escolheu a carreira de professora como forma de ascensão social. Pelo fato de ser pobre e neta de escravizados, se utilizou de apadrinhamentos por parte dos senhores de sua avó e mãe, para conseguir estudar.

A minha história e de tantas outras mulheres negras se assemelham com a da mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, mesmo em contextos temporais e históricos distintos. Por isso considero relevante narrar alguns acontecimentos, expressando-me no texto em primeira pessoa para explicitar as motivações para o presente estudo.

Além dessa motivação pessoal, acrescenta-se o fato de entender, por meio de pesquisas sobre a educação da população negra, que o acesso à educação formal por pessoas negras foi negado por muito tempo, o que nos faz intuir que para uma pessoa negra tornar-se professora, ou ter acesso a qualquer tipo de formação, percorria caminhos diferentes, ou enfrentava maiores dificuldades que uma pessoa branca, diante do contexto histórico e das heranças da escravidão da população negra. Além disso, devemos considerar as questões de gênero e classe social, incluídas na discussão por também constituírem categorias responsáveis pela desigualdade social.

Como exemplo de estudos realizados sobre a educação da população negra, cito a tese intitulada *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do*

Norte (século XIX), defendida no ano de 2017, na qual a autora Surya Aaronovich Pombo de Barros apresenta o estado da arte sobre os processos de escolarização da população negra no Brasil do século XIX e revela as diversas estratégias utilizadas por essa população para aprender a ler e escrever, visto que a legislação das províncias proibia a participação de negros nas escolas e aquelas poucas províncias que permitiam, o faziam por meio de muitas limitações e critérios. Dessa forma, deduzo e reafirmo que para uma pessoa negra, tornar-se professor (a) ou qualquer outra profissão de maior reconhecimento social não era algo tão fácil, natural e aceitável desde sempre na história da educação.

Com essas duas motivações expostas, adianto que essa pesquisa tem como objeto de estudo, as trajetórias de duas professoras negras do município de Senhor do Bonfim, no estado na Bahia, analisando os saberes, a formação e as principais práticas que marcaram suas existências como professoras.

A escolha da cidade de Senhor do Bonfim como *lócus* de pesquisa se justifica pela relação pessoal e profissional com minhas próprias trajetórias, já que morei na cidade desde os nove anos de idade, permanecendo durante vinte e dois anos, tempo que me constitui professora e me mudei para a cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, em busca de oportunidades de trabalho também na área da educação. Em virtude da proximidade geográfica, mantive um vínculo empregatício e relações sociais que sobrevivem fortalecidas sempre. Diante disso, também me reconheço como sujeito desta pesquisa, ou pelo menos, um ponto de partida na escolha dos protagonistas desse estudo na perspectiva das histórias que se cruzam, ou seja, pontos que se entrelaçam e se divergem nas minhas trajetórias e das outras professoras pesquisadas. Assim, adianto que minhas memórias indicam caminhos na escolha dos sujeitos de pesquisa, além de outros critérios definidos no decorrer do processo e na escolha metodológica. Além disso, a cidade de Senhor do Bonfim possui peculiaridades, preciosidades e características que estão presentes na memória e na oralidade local que considero importante serem estudadas, analisadas e registradas, uma vez que são importantes para a história da educação da população negra e da história da educação bonfinense, baiana e brasileira.

O recorte temporal da pesquisa é a segunda metade do século XX, especificamente as décadas de 1950 – 1980, período de atuação das professoras negras pesquisadas e que estão presentes na memória dos moradores da cidade de

Senhor do Bonfim- Bahia, tendo inclusive influenciado mesmo que indiretamente na minha formação como professora.

Diante da dimensão geográfica do estado da Bahia, a delimitação do local e recorte temporal foi necessária, para tornar possível a exequibilidade da pesquisa, e por entender que se trata de um tema relevante, cujo contexto se assemelha em outras cidades do mesmo estado e região.

Sobre o município de Senhor do Bonfim, o espaço geográfico onde se localiza esta pesquisa, é importante destacar que está localizado no centro norte da Bahia, a 375 km da capital Salvador. Sua população é majoritariamente constituída por pessoas negras, tendo inclusive o povoado de Tijuaçu, reconhecido como comunidade remanescente de quilombo desde 28 de fevereiro de 2000, e publicado no Diário Oficial da União Nº 132, de 12 de julho de 2005, no qual consta a Portaria Nº 28, de 4 de julho de 2005/Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Além disso, nas histórias relatadas oralmente pelos habitantes, percebe-se a participação de muitas pessoas negras na vida social, política e educacional da cidade, sobretudo professores. Ao fazer essa afirmação, quero enfatizar que essas pessoas negras, sobretudo as mulheres não aparecem na historiografia da educação local, mesmo estando presentes nas memórias e relatos orais da população, no imaginário social. Poderíamos inferir e procurar constatar os diversos motivos dessa invisibilidade, no entanto, a intenção dessa pesquisa é dar visibilidade a esses sujeitos e não enfatizar os motivos da invisibilidade. Além disso, deixo a cargo do leitor fazer a reflexão ao longo da leitura, a respeito desses possíveis motivos.

Sabendo que o gênero influencia na escolha ou determinação das trajetórias e me considerando também sujeito de pesquisa, enumero algumas questões de pesquisa que nortearam inicialmente esse estudo e que vão ganhando outras dimensões no decorrer da escrita: qual o imaginário social em relação às professoras negras numa sociedade construída por brancos e para brancos? Qual a representação social das professoras negras para os educandos, seus familiares e a população em geral? Que motivações, estratégias, semelhanças e diferenças marcaram as trajetórias dessas professoras?

A dificuldade de acesso aos documentos oficiais e as poucas produções acadêmicas e literárias sobre as professoras negras que atuaram no período e na localidade abrangidos por esta pesquisa, assim como a falta de políticas públicas afirmativas para a igualdade racial durante o mesmo recorte temporal são motivações

para identificar os fatores sociológicos e históricos que promoveram a aceitação e respeito dessas mulheres como educadoras, visto que elas contribuíram com a educação local, marcaram vidas e fizeram histórias que estão presentes nas memórias individuais de muitos conterrâneos, ao mesmo tempo que há uma certa invisibilidade destas na historiografia do município. Dessa forma, temos alguns questionamentos que giram em torno da seguinte problemática: Quais os possíveis significados de ser uma professora negra na segunda metade do século XX no interior da Bahia?

Para responder as questões de pesquisa e compreender o significado de ser uma professora negra durante o recorte temporal indicado, foi preciso enumerar alguns aspectos de relevância para a temática para então traçar objetivos e metodologia.

A princípio, consideramos o fato de que algumas professoras negras de Senhor do Bonfim (BA), que atuaram na segunda metade do século XX, constituíram e assumiram a identidade negra por meio do ofício de ensinar, tornando-se assim sujeitos de representatividade para a população local. Isso significa inferir que essas mulheres negras professoras se utilizavam do ofício de ensinar como forma de resistência e combate ao racismo, preconceitos e discriminações.

Na tentativa de explicar melhor essa percepção inicial, elegemos categorias importantes a serem consideradas para a construção da tese. Dessa forma, considerar as trajetórias de vida e os contextos social, político e econômico da época como base na formação e atuação na docência pelas professoras negras de Senhor do Bonfim-BA foi um dos aspectos; o ofício de ensinar, a religiosidade e o estilo de vida das professoras negras precisavam ser estudados como intervenientes nas relações estabelecidas com as professoras no ambiente escolar e social da época.

Partindo dessas percepções temos como objetivo geral da pesquisa, analisar as trajetórias de vida das professoras Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão, as irmãs Militão, a partir das práticas pedagógicas efetuadas, assim como os processos de formação e saberes presentes nas experiências pessoais e profissionais dessas professoras.

Pleiteando alcançar plenamente esse objetivo, definimos como objetivos específicos:

- Compor as histórias de vida das professoras negras de Senhor do Bonfim-BA, conhecidas por irmãs Militão, dando ênfase a trajetória pessoal e profissional a partir dos depoimentos de conhecidos e ex-alunos
- Compreender as implicações da interseccionalidade de raça, gênero e classe nos processos de constituição das identidades pessoal e profissional dos sujeitos pesquisados.
- Analisar o funcionamento da escola das Militão, a partir de marcas da cultura escolar e material que permanecem nas memórias locais.
- Compreender os processos de formação, os saberes e as intencionalidades das práticas das irmãs Militão, identificando também as possíveis influências nas trajetórias de vida de outros sujeitos.

Para alcançar os objetivos propostos, foi preciso adotar caminhos e referenciais que comprovem ou refutem a seguinte tese: ser uma professora negra na segunda metade do século XX no interior da Bahia constituiu uma forma de resistência e combate ao racismo, preconceitos e discriminações, em que um dos principais instrumentos de ação era o ofício de ensinar utilizando práticas próprias baseadas nas trajetórias de vida das educadoras.

Para dar conta do que nos propomos, definimos a apresentação da tese em 5 (cinco) seções, conforme consta no sumário. A seção 1, denominada como Introdução, apresenta-se subdividida em tópicos, no intuito de melhorar a compreensão do leitor sobre a escolha do objeto, motivações, justificativas, alguns conceitos fundamentais e principal referencial teórico. Ainda na introdução encontra-se a metodologia apontando os caminhos seguidos e explicando os devidos procedimentos utilizados.

Na segunda seção, “GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL: uma interseccionalidade necessária para compreender as trajetórias de vida de professoras negras, como o próprio título sugere, nos debruçamos em explicar categorias e conceitos fundamentais para compreender as interfaces do objeto de pesquisa. A terceira seção, intitulada “ESCOLA SANTA TEREZINHA: para todos, Escola das Militão; para alguns, Escola da Pedra Preta”, trata do funcionamento da referida escola, identificando a cultura material e escolar e dando ênfase às práticas pedagógicas e educativas das professoras; A quarta seção intitulada, “CONCEPÇÕES DA ESCOLA SANTA TEREZINHA: EDUCAÇÃO PARA O LER/ESCREVER/CONTAR E PELA MORAL, CULTURA RELIGIOSA E POPULAR,

está dedicada às trajetórias de vida de duas irmãs, negras, professoras leigas que se dedicaram ao ofício de ensinar por aproximadamente três décadas, transformando a própria residência em escola e contribuindo com a educação, cultura popular local e religiosa de formas variadas. Concluímos a tese com a seção 5 (cinco), intitulada “Considerações finais de uma questão inconclusa”, em que apresentamos a análise dos resultados obtidos, opiniões relevantes e proposições para atividades e novos estudos sobre as questões estudadas, que como o título da seção sugere, é uma questão inconclusa, que não se encerra com essa pesquisa.

Dessa forma, nos subtópicos que seguem, tentaremos evidenciar alguns pontos relevantes de minha trajetória de vida, cuja relação com o objeto de pesquisa propriamente dito, justifica parcialmente a escolha do objeto de pesquisa, conforme mencionei anteriormente. Além disso, adiantaremos os caminhos teórico-metodológicos adotados para a realização da pesquisa.

1.1 Minhas trajetórias e a relação com o objeto de estudo: caminhos que se cruzam

“Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história”
Giovana Xavier

Devo expor primeiramente que entendo que a minha identificação como criança negra começou a partir dos 9 (nove) anos de idade quando saí por vontade própria - a partir da solicitação de parentes que tinham boa condição econômica e social - do seio da minha família, composta por meu pai, minha mãe e 5(cinco) irmãos. Uma família humilde, de pais analfabetos, lavradores e moradores em terras de terceiros, cujo aluguel, era pago com serviços e parte do que produzia. Meu pai era branco e tinha aproximadamente 30 anos a mais que minha mãe, uma mulher negra, órfã de pai e mãe, que apesar de ter se casado com meu pai através de uma espécie de contrato, como ela mesma se referia, foi uma relação que deu tão certo, que até antes de eu sair do seio familiar, não me dava conta de tantas diferenças e situações a que eu estava predestinada, e eles também. Deixei para trás, o carinho e atenção diária, a companhia dos meus irmãos e de certa forma a pobreza, e levei comigo a certeza do amor dos meus pais e as recomendações e ensinamentos como respeito aos mais velhos, e sobretudo aos professores, quem para eles, eram as maiores

autoridades. Dos meus pais recebi todo o apoio e autonomia sempre, pois para eles eu estava no caminho certo: a educação.

Foi a partir desse processo de mudança de meio social, que percebo a existência das diferenças através de atitudes normalizadas pelos outros e pouco compreendidas por mim. A partir do contato com pessoas diferentes de mim em aspectos variados, desde às características físicas às condições econômicas e sociais, desperta em mim um desejo de ser igual a essas pessoas e vi na escola a possibilidade de mudar a minha vida. Desenvolvi um gosto especial pela escola e conseqüentemente pelos professores que iam cruzando o meu caminho. No meu imaginário, ser professora era a solução para eu alcançar os meus mais íntimos sonhos, inclusive mudar a minha condição de origem. Até esse momento, eu não tinha ideia do caminho árduo a percorrer, muito menos que para muitos sujeitos, a minha trajetória de vida já estava determinada. Para essas pessoas a minha atual condição em morar com parentes mais abastados do que a minha família biológica já era uma situação muito boa e confortável. O tempo foi passando e fui observando fatos cotidianos que não é possível e não me sinto à vontade de relatar nesse espaço e momento, talvez mais adiante.

Enquanto isso, eu comecei a ministrar aulas de banca¹, para colegas, depois para filhos de conhecidos, assim como as professoras que constituem objeto dessa pesquisa, as Irmãs Militão. Na época de ingressar no curso de Magistério tive esse direito negado por aqueles que achavam que qualquer coisa estava bom para a minha pessoa, considerando a condição precária que eu vivia anteriormente com minha família. Mas assim como a professora Amália Augusta, mãe de Lima Barreto, e as irmãs Militão, eu precisava alcançar uma profissão que não fosse ligada a trabalhos braçais, algo tão naturalizado para as mulheres negras. Como a escola era o meu lugar preferido, e diante da relação estabelecida com a comunidade escolar em geral, tive a oportunidade de, por meio de professores que lecionavam na escola pública e privada, de conseguir uma bolsa de estudos no curso de Magistério do Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, uma instituição particular e muito tradicional na cidade. Foi nessa instituição também, que aos 15 (quinze) anos,

¹ Aulas de Banca é a expressão usada para nomear aulas particulares ou reforço escolar. Trata de uma prática muito comum até os dias atuais em algumas cidades da Bahia e outros estados do Nordeste, em que pessoas com um certo conhecimento específico em conteúdos escolares, ministrava aulas para crianças e adolescentes com dificuldade na aprendizagem dos conteúdos escolares, ou simplesmente para ter acompanhamento na execução das atividades escolares extraclasse.

cursando o 1º ano de Magistério, tive outra oportunidade: ser auxiliar de ensino de turmas da alfabetização, no turno oposto. Nesse período, como estudante e auxiliar de ensino de uma escola de referência, auxiliando professoras respeitadas como alfabetizadoras, em que uma dessas é uma mulher negra, disputada pelos pais para ser professora dos seus filhos, que tive a certeza que de fato seria professora...

Concluí o curso de Magistério, casei e tive um filho que no primeiro ano de vida me acompanhava no curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Durante o dia, no primeiro ano da graduação, ministrava aulas de banca para alunos da escola onde cursei o Magistério, visto que não continuei trabalhando como auxiliar de ensino após concluir o curso. Durante o 2º ano da graduação, comecei a trabalhar na Escola Cenicista Professora Isabel de Queiroz, cujo nome é uma homenagem a primeira professora normalista nomeada para o município na primeira metade do século XX, a qual, de acordo com uma fotografia que existia na secretaria da escola, era uma mulher negra, que os funcionários contemporâneos desconhecem a origem da mesma, e assim a sua trajetória, fato que aguça minha curiosidade e merece ser investigado em outro momento.

Em 1998, passei em um concurso para professora do Município de Senhor do Bonfim-BA e nesse contexto do público e privado, como mulher negra que adentra a carreira do magistério desde muito cedo e oficializa-se como professora nessas duas instituições de ensino, tive a certeza de estar na profissão tão sonhada.

Ao longo da minha trajetória profissional, fui construindo uma identidade no sentido de compreender a realidade, as relações sociais, os acessos e exclusões em espaços públicos e privados, a necessidade de autoconhecimento e conquistas enquanto sujeito social, o reconhecimento dos impasses e limitações impostas pelo meio-social, entre outros fatores que vão surgindo através do processo de formação continuada e do próprio exercício da profissão.

Diante de um cotidiano de lutas constantes para a autoafirmação, comecei a perceber o mundo de uma forma diferente ao que me apresentavam como “normal” e “obrigatoriamente aceitável”. Como profissional, comecei a analisar a minha participação e contribuição na formação e auto reconhecimento de crianças, jovens e adultos que eram meus alunos e alunas. Nesse processo, convivi com muitas pessoas diferentes, inclusive com muitos professores e professoras negras, cuja raça e etnia nunca eram explicitadas, reconhecidas, comentadas, nem por eles próprios e nem por outras pessoas do ambiente de trabalho. Em 2001, retorno ao Educandário

Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento como professora do Ensino Fundamental II, como era chamado na época. Vale ressaltar que era um ambiente com predominância de pessoas brancas, e eu e os demais funcionários negros não percebíamos nenhum tratamento diferente que insinuasse a existência de racismo. Ou, era muito velado, diante do cargo e lugar que ocupávamos. O fato é que, tornei-me professora dessas instituições de ensino sem consciência de que eu e outros poucos colegas de trabalho e alunos, éramos exceções naqueles espaços.

Entre 2001 e 2007, vivenciei novas experiências profissionais e formativas: assumi como professora substituta da Antiga Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, fui lecionar no Instituto de Teologia mantido pela Pastoral de Senhor do Bonfim, assumi a coordenação das escolas da zona rural e fiz parte da equipe do Orçamento Participativo do município. Cito esses espaços e participações porque foram neles que tive a consciência de que o mundo não era recheado de pessoas vitoriosas e com as mesmas oportunidades de vida. Foram nesses espaços que me dei conta que raça, sexo, gênero, classe social, etc. influenciam no ir e vir das pessoas. Foram nesses espaços que me dei conta que ser mulher e negra não é tarefa fácil, sobretudo a segunda condição. A partir daí surgem vários questionamentos paralelamente ao caminho que eu continuava a percorrer e a crescente necessidade de agir de forma que contribuísse com as transformações sociais. Para isso, o autoconhecimento e compreensão da realidade eram tarefas essenciais, fundamentais para a minha autoformação e existência. Segundo Josso (2010, p. 42),

As experiências de transformação das nossas identidades e da nossa subjetividade são tão variadas que a maneira mais geral de descrevê-las consiste em falar de acontecimentos, de atividades, situações ou de encontros que servem de contexto para determinadas aprendizagens.

Com essa afirmativa, pretendo evidenciar que todos esses acontecimentos, atividades, situações, encontros e desencontros narrados, assim como outros, implícitos, foram/são essenciais para o meu processo de formação e autoformação. Pois, ainda de acordo com Josso (2010, p. 40), “[...] o processo de formação acentua o inventário dos recursos experienciais acumulados e das transformações identitárias”.

Dando continuidade a essa narrativa, acrescento que em 2008 passei no concurso do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina-CEFET e

mudei de cidade. Junto a isso aconteceram muitas mudanças no estilo de vida e na proximidade familiar e com amigos. Foi um momento muito difícil, de muitas perdas, mas também de ganhos significativos no sentido de estar no mundo como ele realmente é. Nesses novos espaços, passo a ser vista somente como uma mulher negra, visto que eu não estava mais na zona de conforto. No ambiente de trabalho era respeitada pelo cargo/função. No entanto não foram poucas as vezes que me perguntavam e perguntam em viagens e outros ambientes, se eu era/sou babá, empregada da casa ou prédio que chego, funcionária de *buffet* e outras profissões braçais que no imaginário social de grande parte do povo brasileiro são exclusivas da população negra. Vivenciar tais situações fez com que eu me interessasse cada vez mais pelas questões étnico-raciais numa visão mais global, pois com isso ficava explícito que não bastava ser professora. O fator raça é determinante no olhar do outro, e o pior é que é determinante de uma carga negativa de valores que nos foram atribuídos, e de negação de direitos. Tais percepções constituem fundamentais na escolha do referencial teórico que tenho procurado me aprofundar nos estudos.

Como coordenadora da área propedêutica, levava o tema para as reuniões com os professores e conseguimos montar uma Comissão de Cultura Afro Brasileira somente com os professores que tinham realmente interesse na temática. Realizávamos estudos, projetos pedagógicos e de extensão e sempre mobilizávamos a comunidade escolar. Paralelamente a essas ações e em contato com lideranças da comunidade participei do coletivo Central Única das Favelas- CUFA e realizávamos oficinas na comunidade com o objetivo de possibilitar o reconhecimento identitário dos jovens negros da comunidade, promover momentos de reflexão sobre a situação do negro no Brasil e as formas de resistência ao racismo e discriminação.

Comecei a fazer parte da Associação dos Pesquisadores e Pesquisadoras Negras-ABPN, participei de alguns eventos como o COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores (as)Negros (as)), com estudos e publicações de resultados das experiências desenvolvidas no ambiente escolar e na comunidade. Era preciso aprofundar teoricamente sobre a questão que tanto me inquietava, para assumir responsabilidades com os problemas sociais, mesmo em pequenos espaços e feitos.

Ao ingressar no Mestrado Acadêmico em Educação Profissional, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – PPGEP, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN me dediquei à educação profissional, adquirindo muitos conhecimentos sobre a luta de

classes e defendendo em agosto de 2015, sob a orientação do Professor Doutor José Mateus do Nascimento, a dissertação intitulada “Práticas Pedagógicas no Curso de Edificações do Proeja do Instituto Federal do Sertão Pernambucano”, a qual resultou posteriormente em uma proposta e execução de trabalho no *lócus* da pesquisa, rendendo bons frutos. Quanto às questões étnico-raciais, ficaram estagnadas parcialmente em termos de trabalhos acadêmicos, já que no dia-a-dia era impossível abandonar a questão, uma vez que faço parte dela e ela está em mim e no meio social em geral.

Partindo para o doutorado, eis que surge a oportunidade de retomar o tema que me acompanhava dia e noite em todas as situações vivenciadas e aprofundar os estudos de forma a compreender a minha história, assim como de outras professoras negras que estão presentes nas memórias da população, mas ausentes na historiografia, ou pelo menos, não com a magnitude merecida diante do trabalho desenvolvido no decorrer da vida de professora, e sobretudo, como sujeito histórico que ocupou a trincheira da educação para lutar por um espaço respeitado socialmente e mudar a história a que veio predestinada pela cor da pele, em primeiro lugar.

Nessa empreitada que foi o doutorado, compreendi fatos e situações que me causavam e causam tantas inquietações e, com base em um referencial teórico adequado e reconhecido academicamente, pretendo externar as descobertas para o meio social, por acreditar que a academia precisa se responsabilizar por cada situação de desigualdade social, por cada situação de discriminação, por cada assassinato de pessoas negras e outras atrocidades que muitas vezes somente escrevemos sobre.

Diante do exposto, decidi reunir antigas memórias, relacionar trajetórias e debruçar-me na investigação das trajetórias de vida de duas professoras negras, analisando as contribuições ou não para uma sociedade antirracista e a importância do ofício de ensinar como profissão e estratégia para combater o racismo, preconceitos e discriminações, e tornar-se sujeito de suas escolhas de vida.

1.2 A história da educação da população negra no Brasil e a formação de professores

A formação docente é uma temática bastante discutida entre as pessoas que se dedicam a pesquisar direta ou indiretamente as questões educacionais. Estudiosos discutem a legitimação, reconhecimento e valorização da profissão docente, outros

se dedicam a investigar diferentes aspectos sobre a prática docente e as questões referentes à formação inicial e continuada desse profissional, sendo algo bastante discutido e estudado no Brasil e no mundo, e ampliando cada vez mais o campo de especificidades sobre a temática geral formação de professores.

Quando nos limitamos a investigar as trajetórias de professores no Brasil, faz-se necessário considerar os processos identitários do povo brasileiro e compreender como se deu a formação de professores em um país marcado pela diversidade étnico-racial, que carrega na sua história os resquícios da escravidão e consequências das diversas teorias raciais desenvolvidas no século XIX e que perduram em pleno século XXI, sobretudo no imaginário de indivíduos e/ou grupos sociais.

Dessa forma, para o desenvolvimento dessa pesquisa, faz-se necessário analisar conceitos referentes à raça, gênero e classe social de forma interseccional, como nos propõe a professora e escritora Patrícia Hill Collins (2019) ao defender a teoria do feminismo negro como sendo a base de ações realizadas por mulheres negras como educadoras. Vale ressaltar que o feminismo negro como movimento social se origina nos Estados Unidos, no entanto devemos considerar que os processos discriminatórios em relação ao racismo perpassam pela mesma origem, ou seja, vários séculos de escravidão em todos os países que adotaram esse regime de exploração de mão de obra para acumular capital econômico.

Assim, analisamos neste estudo, os processos formativos e os fatores determinantes da formação de professoras negras, identificando os processos identitários dessas e os saberes e práticas que marcaram suas trajetórias de vida e profissional. Levantamos questões pertinentes sobre a trajetória pessoal e profissional das professoras negras pesquisadas, no intuito de possibilitar reflexões sobre os diversos elementos que influenciam, determinam e justificam o papel desempenhado por essas profissionais enquanto sujeitos de sua própria formação dando ênfase aos contributos sociais dessas trajetórias na História da Educação Brasileira.

O processo de construção de identidade dos sujeitos começa desde muito cedo e no primeiro grupo social que a criança faz parte, que é a família. No entanto, é a partir do contato com outros grupos que esse processo ganha outras nuances, e no caso do sujeito negro, existe o risco eminente da dificuldade em reconhecer-se negro. Dentre esses grupos sociais, a escola é apontada por muitos pesquisadores da educação e da história da educação como um lugar onde imperam várias

ideologias causadoras de diferenças e desigualdades, uma vez que foi pensada para a população branca. Somente no final do século XIX o acesso de sujeitos negros às instituições escolares foi permitido legalmente, porém não com equidade, conforme podemos verificar nas pesquisas realizadas por estudiosos como Fonseca (2007; 2018), Barros (2007; 2017), Silva (2000), entre outros que se debruçam nessa temática.

O fato de o Brasil ter sustentado durante quatro séculos um regime de trabalho escravista em que os negros trazidos do continente africano e seus descendentes não tinham direito à educação formal, juntamente com as teorias raciais desenvolvidas a partir de estudos realizados inicialmente na Europa e que chegaram ao Brasil no século XIX são os principais motivos apontados como causadores do racismo e, portanto, da dificuldade de acesso aos processos educacionais de forma igualitária.

No final do século XIX, com a abolição da escravatura (1888), de acordo com pesquisas de autores como Barros (2017; 2018), Fonseca (2002), Demartini (1989), Souza (2000), entre outros, o direito à educação da população negra é marcado por inúmeras dificuldades de acesso e permanência, e apresentavam diferenças nas legislações de cada província, o que nos leva a crer que o processo de democratização da educação para a população negra constitui algo recente e de pouco reconhecimento. Além disso, por muitos anos prevaleceu a invisibilidade do negro na história da educação.

Segundo Barros (2018), dentre os motivos para essa invisibilidade têm-se: a predominância de pesquisadores brancos na academia, o que começou a mudar no final do século XX e que é algo compreensível visto que esse surgimento de pesquisadores negros sugere projeção, simpatia e identificação com o outro, além do resultado das políticas afirmativas que começam a ser pensadas e implantadas. Vale destacar também que durante a Primeira República (1889-1930), houve a tentativa de embranquecimento dos atores da escola, envolvendo alunos e professores, o que constitui um grande obstáculo para o autorreconhecimento e valorização dos sujeitos negros.

O segundo motivo que contribuiu para tornar o negro visível na história da educação brasileira foi a compreensão interpretativa de fontes como fotografias, registros e diários que existiam em algumas províncias e hoje são utilizadas como fontes nas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas. Fonseca (2007) em um artigo

intitulado *A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira*, apresenta interpretações de fontes que esclarecem como se deu o anonimato do negro na história da educação. Em seu texto ele diz que “as análises são construídas a partir de objetos bastante específicos que são interpretados a partir da delimitação de aspectos da educação e da sociedade, mas na maioria das vezes a questão racial não é considerada” (FONSECA, 2007, p. 31). O pesquisador trata da predominância de um pensamento no imaginário social da época de que a escola era um espaço para brancos. Esse pensamento foi tão legitimado que transcendeu até a atualidade, o que podemos comprovar através do racismo estrutural que predomina nos diversos espaços, inclusive nas instituições escolares quando notamos o pequeno número de professores e professoras negras e/ou o esquecimento de sujeitos, que muito contribuíram com a educação e que permanecem no anonimato.

No final do século XX, mais precisamente na década de 1980, com o avanço da pós-graduação no Brasil, a formação de novos pesquisadores e considerando a relevância de fontes históricas, antes desconsideradas, e novas metodologias, ficou demonstrado que muitos sujeitos negros tiveram acesso à educação até mesmo durante a escravidão por meio de diversas estratégias, muitas delas criadas pelos próprios sujeitos que burlavam a legislação da época e tinham acesso ao mundo da leitura e escrita. Isso vale tanto para alunos quanto para aqueles que desempenharam atividades profissionais como a docência, e que estão presentes nas memórias individuais e coletivas dos lugares. A tese intitulada *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)*, da pesquisadora Surya Aaronovich Pombo de Barros, defendida em 2017, já mencionada no início do texto, é uma indicação de pesquisa que nos mostra o estado da arte da História da Educação da população negra, entre outras descobertas e informações relevantes que asseguram as afirmativas deste parágrafo.

Pesquisando em repositórios como o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações – BNTD, percebemos que ao utilizar o descritor “professoras negras”, o número de dissertações que aparece é muito superior a quantidade de teses, que ainda é incipiente, o que justifica a necessidade de mais pesquisas de doutorado na área, como forma de analisar sobre várias perspectivas e metodologias a temática geral.

No banco de teses e dissertações da CAPES, foram localizadas um total de 65(sessenta e cinco) resultados, sendo 55(cinquenta e cinco) dissertações e apenas 10(dez) teses. Dessas 55 dissertações, 14(catorze) foram defendidas até o ano de 2009, e 41(quarenta e uma), no período de 2010 ao ano de 2021. Já as 10(dez) teses, foram 04(quatro) defendidas até 2009, e (06) seis, no período de 2010 até o ano de 2021.

Na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações – BNTD, foram publicadas 23 (vinte e três) trabalhos, sendo 17 (dezesete) dissertações e 06(seis) teses. Das 17 dissertações, 04(quatro) foram defendidas no período entre o ano 2000 e 2009, e 13(treze) no período de 2010 ao ano de 2021. Das 06(seis) teses publicadas, 02 (duas) foram defendidas até o ano de 2009, e 04(quatro) foram defendidas no período de 2010 até o ano de 2021.

Nos dois repositórios consultados usando o descritor “professoras negras” podemos analisar várias questões, como por exemplo o fato de que o número de pesquisas de doutorado é bem inferior ao de mestrado. Outra questão é o aumento de pesquisas a partir de 2010. Esse aumento é consequência de vários fatores que não cabem ser apontados nessa pesquisa, mas vale enfatizar o crescimento de pesquisas na Pós-graduação tratando da educação da população negra, sobretudo dando visibilidade ao papel das professoras negras na educação do Brasil.

Para tratarmos de questões relacionadas a educação da população negra, e do papel das professoras negras, é necessário compreendermos entre outras coisas, a construção dos processos identitários, a formação docente e as influências das teorias raciais no imaginário social.

Sobre as teorias raciais acreditamos que abalaram o imaginário social brasileiro a respeito das diferenças presentes na humanidade e geraram muitas desigualdades que resistem fortemente ao tempo. Foram muitas as teorias e concepções desenvolvidas, ora reafirmando aspectos de inferioridade como é o caso das pesquisas realizadas pelo médico Nina Rodrigues; ora disseminando o mito da democracia racial, concepção defendida pelo sociólogo Gilberto Freyre; ora ainda colocando a questão racial em segundo plano e justificando as desigualdades como questão de classe, conforme defende o sociólogo Florestan Fernandes.

De acordo com Gomes (1999, p. 4) “essas teorias e concepções raciais ainda estão presentes na atualidade e continuam sua força ideológica não apenas entre a

comunidade branca, mas entre parcelas significativas da comunidade negra”. A autora também acrescenta:

As teorias raciais presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação, e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar. (GOMES, 1999, p. 3).

Para conhecermos as principais teorias raciais desenvolvidas, e as conseqüências delas até os dias atuais, autores como Lilia Moritz Schwarcz, sobretudo na obra *O espetáculo das Raças* (1993) entre outras da mesma autora, nos dá grandes contribuições. Destaco também a autora Maria Gabriela Hita, com sua obra *Raça, Racismo e genética* (2017), que nos dá contribuições no mesmo sentido.

Em se tratando dos aspectos sociológicos, optamos pela linha de pensamento de autores como Carlos Hasenbalg (1982), Nelson do Valle e Silva (1990), Nilma Lino Gomes (1999), Lélia Gonzales (2018), Patrícia Hill Collins (2019), Clóvis Moura (1983; 1994), Dennis de Oliveira (1994; 2019), entre outros que fazem uma interpretação do racismo como sendo um produto do uso da classe social e raça como mecanismos de manutenção do capitalismo, sendo que o conceito de raça acaba sendo preponderante nas ações de desmerecimento e desclassificação da pessoa negra, independente da classe social que ela ocupa.

Na obra *Sociologia do Negro Brasileiro*, elaborada de acordo com os estudos de Clóvis Moura, e composta por textos de autoria de Dennis de Oliveira e Cleber Santos Vieira, fica explícito que por muitos anos

[...] há um conjunto conceitual branco aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira”. (MOURA, 2019, p. 32).

Opondo-se a essa perspectiva de uma sociologia branca é que definimos um referencial teórico que conforme defende Moura (2019) se dedica na estruturação de uma sociologia do negro e para o negro, e não sobre o negro brasileiro.

Dando continuidade ao que nos propomos nessa pesquisa e na intenção de contextualizar de forma precisa a realidade, segue uma citação sobre as trajetórias históricas do negro brasileiro impostas pela sociedade branca e capitalista:

O negro urbano brasileiro, especialmente do Sudeste e Sul do Brasil, tem uma trajetória que bem demonstra os mecanismos de barganha étnica que foram estabelecidos historicamente contra ele na sociedade branca. Nele estão reproduzidas as estratégias de seleção estabelecidas para opor-se a que ele tivesse acesso a patamares privilegiados ou compensadores socialmente, para que as camadas brancas (étnica e/ou socialmente branca) mantivessem no passado e mantenham no presente o direito de ocupá-los. Bloqueios estratégicos que começam no próprio grupo família, passam pela escola primária, a escola de grau médio até a universidade; passam pela restrição no mercado de trabalho, na seleção de empregos, no nível de salários em cada profissão, na discriminação velada (ou manifesta) em certos espaços profissionais; passam também nos contatos entre sexos opostos, nas barreiras nos casamentos interétnicos e também pelas restrições múltiplas de todos os dias, meses e anos que representam a vida de um negro. (MOURA, 2019, p. 32).

Essa citação resume todos os desafios que nós negros precisamos superar diariamente como forma de resistência ao racismo estrutural e institucionalizado. E fazendo referência ao objeto de estudo dessa pesquisa de doutorado, mais uma vez reafirmo a tese de que o ofício de ensinar foi o instrumento de resistência ao racismo, preconceito e discriminações diversas, utilizado pelas Irmãs Militão, professoras negras de Senhor do Bonfim- BA, para mudar, o que a elas estava predestinado, desde que nasceram na condição de mulheres negras e pobres.

Sobre o processo de formação de professores consideramos como algo inacabado, cheio de interfaces, sem fim e, portanto, sempre estará em aperfeiçoamento. Também é autoformativo, pois segundo Freire (2002, p. 25), é importante que “[...] desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”. Isso nos leva a perceber que o processo de formação de professores não é uma ação puramente técnica. Ocorre uma verdadeira transformação no sujeito, visto que é uma atividade necessariamente crítica e reflexiva em que sua identidade e experiências se interrelacionam com saberes específicos e tudo isso vai sendo transformado a partir da atuação com o outro. Sobre a construção da identidade docente, Veiga (2008, p. 17) afirma que “é

uma das condições para sua profissionalização e envolve o delineamento da cultura do grupo de pertença profissional, sendo integrada ao contexto político”.

Sobre a questão da identidade e formação docente, Nóvoa (1992) em *Vidas de Professores*, faz uma reflexão sobre os professores e as histórias de sua vida no intuito de mostrar que no processo de profissionalização docente, o eu pessoal não deve ser separado do eu profissional. Questões referentes ao como e porque cada um se tornou professor e como suas características e experiências pessoais influenciaram na ação pedagógica, segundo o referido autor, merecem ser investigadas para compreender o processo identitário dos professores. De acordo com Nóvoa:

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor (NÓVOA, 1992, p. 16).

É também nesse processo de construção de identidade que saberes são construídos e transformados em conhecimento. É nesse processo que o professor vai se formando, relacionando teoria e prática, reavaliando suas ações pedagógicas e possibilitando a transformação do outro. Esse conjunto de saberes, experiências e transformações é que provoca a transformação social. Dessa forma, é essencial o autoconhecimento do docente e do contexto social, econômico e político para que as ações educativas aconteçam de forma a melhorar as condições de vida da sociedade em geral.

No Brasil, como já foi mencionado anteriormente, diante da grande diversidade existente como característica principal da população, faz-se essencial que os processos de formação de professores considerem e valorizem as histórias de vida dos professores e do contexto que esses estão inseridos, para que através das suas experiências e saberes juntamente com os conhecimentos científicos e técnicos possa se alcançar a profissionalização.

Dessa maneira, a função pedagógica desenvolvida pelo professor apresenta um caráter pedagógico-social, voltado para uma finalidade educativa que envolve a relação intrínseca entre ensinar e aprender, conseqüentemente, a relação pedagógica recíproca entre professores e estudantes. A formação teórica

consistente, a unidade teoria/prática, o trabalho coletivo interdisciplinar, o compromisso social da educação e a formação continuada constituem abordagens a serem incorporadas na totalidade do processo teórico-prático de tratamento dos saberes que compõem a formação docente.

Nessa perspectiva, o próprio professor pode ser o pesquisador de sua prática pedagógica, para, a partir daí melhorá-la, em um “movimento dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996, p. 38). Isso nos faz perceber que as ações dos professores extrapolam o domínio de conhecimentos e métodos e exigem também uma gama de saberes experienciais e uma postura reflexiva constante tanto individual quanto coletiva, conforme expressa Tardif (2012).

Dessa maneira, o processo de formação docente implica uma nova forma de organização pedagógica, fundamentada em princípios que não se limitem a métodos e técnicas pedagógicas, mas que favoreça aos professores a oportunidade de reconhecer-se como pessoa possuidora de uma história de vida que deve ser considerada no desenvolvimento das suas atividades didático-pedagógicas unindo a ciência, a tecnologia, o trabalho, a cultura, o social e o político, favorecendo a qualidade da formação e do exercício profissional. Essa grande responsabilidade se justifica entre outros motivos através da seguinte afirmação:

A responsabilidade social da escola e dos professores é muito grande, pois cabe-lhes escolher qual concepção de vida e de sociedade deve ser trazida à consideração dos alunos e quais conteúdos e métodos lhes propiciam o domínio dos conhecimentos e a capacidade de raciocínio necessários à compreensão da realidade social e a atividade prática na profissão, na política e nos movimentos sociais. (LIBÂNEO, 1994, p. 22).

Diante do exposto, faz-se necessário estudar as trajetórias de vida de duas professoras negras e leigas de Senhor do Bonfim-BA, assim como o que permeia as mentalidades e imaginário social sobre o papel, contribuições e representatividade desses sujeitos no meio social que desempenharam as ações educativas. Além disso, é de suma importância trazer à tona certas memórias individuais e coletivas para que façam parte da historiografia local e conseqüentemente da história da educação brasileira.

O imaginário social², mencionado em vários momentos nessa tese, trata da representação entre o verdadeiro e o aparente que surge em um determinado contexto. De acordo com Castoriadis (2004), a sociedade é movida pelos elementos que a constituem e age de acordo com o sentido e significado que são estabelecidos a partir dos símbolos, rituais e criações do sujeito social. Segundo o autor, “a história da humanidade é a história do imaginário humano e de suas obras” (CASTORIADIS, 2004,p. 127).

Dessa forma, compor as trajetórias de vida das Irmãs Militão significa considerar as memórias individuais e também coletivas que constituíram esse imaginário, compreendendo a relação entre os verdadeiros significados das práticas, crenças e tradições dessas duas mulheres, com o que é facilmente aparente, chegando à essência dos conhecimentos e saberes escondidos, invisibilizados, secretos. É através da análise aprofundada desse imaginário social, que nos aproximaremos da verdadeira história dessas duas mulheres negras que se destacaram entre outros aspectos, na educação do município de Senhor do Bonfim. Os verdadeiros significados e sentidos podem ir muito além da imaginação coletiva, por esconder segredos e peculiaridades da vida dos sujeitos, no entanto são os sujeitos sociais, que em conjunto constituem o imaginário.

Portanto, é por considerar o que está presente na memória individual e coletiva de Senhor do Bonfim e a necessidade de retroalimentação para fazer parte da historiografia local, que pretendemos com essa pesquisa, entre outras coisas, analisar e compor as trajetórias de vida das professoras negras Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão, as Irmãs Militão, que se destacaram durante sua existência e atuação, e permanecem na memória local dando a entender que desempenharam um papel de grande valor para a sociedade da época e para a sua própria existência enquanto mulheres negras, ao utilizarem-se do ofício de ensinar para demarcar seu espaço na sociedade e resistir ao racismo estrutural e institucionalizado.

1.3 Quando o nome identifica o núcleo familiar e as práticas educativas de duas irmãs

² Ver CASTORIADIS, Cornelius. Figuras do pensável. As encruzilhadas do labirinto VI. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 e Sujeito e verdade no mundo social-histórico. Seminários 1986-1987: A criação humana I. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, para aprofundar no conceito de imaginário social.

Essa pesquisa apresenta como objeto de estudo, as trajetórias de professoras negras que se materializam com a história de duas mulheres negras, professoras leigas e mantenedoras de atividades religiosas e culturais que fizeram com que mantivessem uma grande rede de sociabilidades no local onde viveram. Essas duas mulheres eram irmãs, e eram conhecidas por todos como Tia Lourdes e Tia Di, conforme apresentamos na figura a seguir.

Figura 1: Tia Di e Tia Lourdes: irmãs, mulheres negras e professoras



Fonte: Foto encontrada em vários perfis da rede social Facebook, pertencente ao Memorial de Senhor do Bonfim

As professoras e irmãs Militão tinham como nome de batismo – já que estamos falando de mulheres com fortes práticas religiosas no catolicismo – Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão. Além da discrepância nos sobrenomes das duas irmãs, existem várias outras ao compararmos os documentos pessoais encontrados, como por exemplo datas, sobrenome dos pais, naturalidade, etc, o que não é inexplicável para tempos outrora, visto que as normas para o registro de nascimento eram menos burocráticas. Descreverei as informações de identificação de cada professora pesquisada, separadamente, para melhor entendimento.

De acordo com os registros nos livros de Batismo do arquivo da Diocese de Senhor do Bonfim no marco temporal de 1915-1925, Lourdes, filha de João José Gonçalves e Joana Gomes Gonçalves foi batizada em 10 de junho de 1918, com 1(um) mês de vida. Floripes, filha de João Militão Filho e Joana Gomes da Silva, foi

batizada em 28 de junho de 1920, com 2 meses de vida. Vale destacar que na fonte pesquisada, um livro com registros manuscritos, consta apenas o nome simples da criança; idade em que foi batizada; nome completo dos pais e padrinhos; o que não foi suficiente para atestarmos que se tratava das duas irmãs pesquisadas. No entanto, ao cotejarmos outras fontes, percebemos as semelhanças, indícios e que se tratavam dos mesmos sujeitos. Para tanto as fontes orais foram imprescindíveis para esse cotejamento, identificação e reconhecimento parcial.

Ao analisarmos as certidões de nascimento e/ou óbito temos as seguintes informações: Maria de Lourdes Militão, nasceu em 15 de maio de 1918, em Senhor do Bonfim, filha de João Militão e de Joana Gomes Gonçalves, de cor morena e sexo feminino. Consta ainda na certidão de nascimento (Figura 2) que a declarante foi a própria Lourdes, solteira, doméstica, residente em Senhor do Bonfim. Vale destacar que esse documento foi lavrado em 6 de setembro de 1945, ou seja, quando Lourdes tinha 27 anos de idade. As informações contidas na certidão de nascimento dão precedentes para uma série de questionamentos, que vão desde a veracidade da data de nascimento, sobrenome dos pais e até mesmo sobre a sua identificação como mulher negra e suas possíveis ocupações. Os questionamentos aumentam quando analisamos a certidão de óbito (Figura 3), em que a característica física cor da pele aparece indefinida e a profissão como professora aposentada, o que nos faz inferir sobretudo a transformação na vida profissional de Lourdes, além do olhar do outro, ou seja, do declarante do óbito sobre a professora pesquisada.

Figura 2: Certidão de nascimento de Tia Lourdes

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

DISTRITO DE Senhor do Bonfim
MUNICÍPIO TERMO E COMARCA DE Senhor do Bonfim

REGISTRO CIVIL

Blárcio Simões de Freitas
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Certidão de Nascimento

REGISTRO N. 1443

CERTIFICO que a fls. 64 do livro n. 45 consta o registro de nascimento de Olávia de Lourdes Olitão nascida na quinze de maio de mil novecentos e noventa e cinco 15/5/1915 às 10 horas em Esta cidade de cor amarela, sexo feminino filha a de João Olitão e de Janna Gomes Gorenhaes "de galvão"

sendo avós paternos João José Olitão e Antonia Maria de Jesus e maternos Cláudio Gomes de Souza e Antonia Maria Gorenhaes

Foi declarante Cláudia, solteira, doméstica, residente nesta cidade.

e serviram de testemunhas José Olitão do Nascimento prof. resid. Esta cidade Antônio Sáez prof. comercial resid. Esta cidade

Registrado em 6 de Setembro de 1945

Eu, Blárcio Simões de Freitas O referido é verdade e dou fé

Blárcio Simões de Freitas de 1974
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

FIRMA A
R. DO ROSÁRIO, 134 RIC
TABELADO JOÃO MASSOT
Nº 121 1945

FIRMA
R. DO ROSÁRIO, 134 RIC
TABELADO JOÃO MASSOT
Nº 121 1945

FIRMA NO LOCAL DO REGISTRO CIVIL
nos Padres Vieira, 11
Lavoura - Bahia

FIRMA NO TABELADO
CONTRÉLHAS
VALOR - R\$ 1,00

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL
Senhor do Bonfim
- Bahia -

Fonte: Arquivo pessoal de um colaborador da pesquisa

Sobre Maria Floripes Militão, nota-se o acréscimo do sobrenome Gonçalves em todos os documentos encontrados, sendo as cópias da cédula de identidade, certificado de conclusão da quarta série ginasial, guia de transferência escolar, histórico escolar e a certidão de óbito. De acordo com esses documentos, Maria Floripes Gonçalves Militão, filha de João José Gonçalves Militão e Joana Gomes Gonçalves Militão, nasceu em 08 de maio de 1930, em Salvador-BA. Vale destacar que o documento de identidade foi emitido em setembro de 1976 e que na certidão de óbito não constam informações como cor da pele, documento de identificação e nenhuma referência à profissão. Outro fato relevante é que apesar dos registros no livro de batismo, a data de nascimento registrada nos documentos encontrados, apontava uma diferença de 12 (doze) anos entre as duas irmãs, o que gerava uma certa dúvida diante das narrações e até o fato de muitos colaboradores a definirem como irmãs gêmeas. Além disso, a naturalidade apontada nesses documentos era a cidade de Salvador, o que destoava do registro encontrado no livro de batismo da Diocese de Senhor do Bonfim.

Depois de muitas buscas mal sucedidas no Cartório de Registro Cível de Senhor do Bonfim, sugeri que as buscas fossem feitas nos livros da década de 1940, época em que Tia Lourdes foi registrada e considerando que as irmãs moravam juntas e tinham vidas semelhantes. A certidão de nascimento foi encontrada (Figura 04), porém o nome de registro que consta é Maria Floripes Militão, nascida em 08 de maio de 1920. Ao verificar a assinatura do livro, foi a própria Maria Floripes a declarante e assina sem o sobrenome Gonçalves, presente nos outros documentos.

O cotejamento das fontes aponta que se trata da mesma pessoa, coaduna com os registros do livro de batismo e explica a semelhança etária entre as duas irmãs, assim como as narrativas dos colaboradores. Assim, reconhecemos uma das professoras como Maria Floripes Militão nascida em 08 de maio de 1920, em Senhor do Bonfim-Ba, conforme atesta ela própria no livro do cartório de Registro Civil, como declarante.

Figura 4: Certidão de nascimento de Tia Di

Setor de Autenticação
Tribunal de Justiça do Estado do Rio
Grande do Sul - Rua dos Pescadores
13214-902/RS
13214-902/RS
Consulta
www.tjrs.jus.br/autenticacao

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO
NOME
MARIA FLORIPES MILITÃO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
SECC - SENHOR DO BONFIM - BA

CPF
SEM INFORMAÇÃO

MATRÍCULA
009399 01 55 1945 1 00045 064 0011112 94

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO
DIAS/MÊS/ANO
OITO DE MAIO DE MIL E NOVECENTOS E VINTE
08/05/1920

HORA DE NASCIMENTO
NATURALIDADE
SEM INFORMAÇÃO
SENHOR DO BONFIM - BA

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF SEXO
SENHOR DO BONFIM - BA NESTA CIDADE, SENHOR DO BONFIM, BA FEMININO

FILIAÇÃO
JOÃO MILITÃO E JOANA GOMES GONÇALVES

AVÓS
ANTONIA MARIA DE JESUS, JOÃO JOSÉ MILITÃO, ANTONIA MARIA GONÇALVES E MARCOS GOMES DE LUZES

GENÉRES NOME E MATRÍCULA DOS GENÉRES
NÃO NADA CONSTA

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO
SEMI DE SETEMBRO DE MIL E NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO NADA CONSTA

AVERBAÇÕES/NOTAÇÕES A ADICIONAR
NADA CONSTA

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA VALIDADE
RG	----	----	----	----
RG	----	----	----	----
Passaporte	----	----	----	----
Cartão Nacional de Saúde	----	----	----	----
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	----	----	----	----
CEP Residencial	----	----	Brasão Sanguíneo	----

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante de qualquer natureza para identificação de seu conteúdo.

Nome do Ofício: Registro Civil de Pessoas Naturais da Secc de Senhor do Bonfim
Oficial Registrador: Daniel de Oliveira Bergamini
Município: Senhor do Bonfim - BA
Endereço: Rua Barão do Cotegipe, Nº 271, Tamara, Centro
Telefone: (74) 3541-3295
E-mail: registrocivilsenhorodobonfim@gmail.com

Cartório de certidão e verificação, Des. Fabiano de Sena - BA, 24 de agosto de 2022

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
SECC - SENHOR DO BONFIM - BA

Dilceu Carlos de Oliveira
Estadante Autorizado
CPF: 030.471.125-67

ARPENBRASIL BA 015962400 BRP

Fonte: Cartório de Registro civil de Senhor do Bonfim

Figura 5: Certidão de óbito de Tia Di

Cartório de Registro Civil de Senhor do Bonfim

Ato Notarial ou de Registro
95144BR560184
SE328NV4U1
Contato:
www.ajm.jus.br/naturalidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
MARIA FLORIPES GONÇALVES MILITÃO

CPF
Sem informação

MATRÍCULA
009399 01 55 1993 4 00034 297 0015146 68

GÊNERO FEMININO COR ESTADO CIVIL E IDADE SOLTEIRA, 83 Anos

NATURALIDADE SALVADOR-BA DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO NADA CONSTA. ELEITOR IGNORADO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
JOÃO JOSÉ GONÇALVES MILITÃO
JOANA GOMES GONÇALVES MILITÃO
RESIDÊNCIA: NESTA CIDADE

DATA E HORA DE FALECIMENTO
VINTE E UM DE NOVEMBRO DE UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS ÀS 03h00min DIA 21 MÊS 11 ANO 1993

LOCAL DE FALECIMENTO
NESTA CIDADE, SENHOR DO BONFIM / BA

CAUSA DA MORTE
INSUFICIÊNCIA-RESPIRATÓRIA-BROCO PNEUMONIA

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO(município e cemitério, se conhecido) CEMITÉRIO DESTA CIDADE DECLARANTE RAYMUNDO XAVIER DE SOUZA.

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO
Dr(a). GILSE MIRANDA RESSA

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER
Data do registro: 22 de Novembro de 1993. O falecido(a) deixou bens: IGNORADO.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
Nada consta.

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DE RCIN DE SENHOR DO BONFIM

OFICIAL(A): DANIEL DE OLIVEIRA SAMPÃO

MUNICÍPIO: SENHOR DO BONFIM-BA

ENDEREÇO: RUA BANÃO DE COTEGIPE, Nº 371, CENTRO, CEP: 48970-000

TELEFONE: (74) 3541-3285

E-MAIL: registrocivilsenhordobonfim@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
SENHOR DO BONFIM, BA, 15 de Junho de 2021.

Assinatura do Oficial(a)

Diego Cardoso de Oliveira
Escrivente Autorizado
CPF-050.477.125-67

ARPENBRASIL BA 011538433 BRP

Fonte: Cartório de Registro civil de Senhor do Bonfim

Conforme mencionado anteriormente, os documentos de identificação das irmãs Militão apresentam muitas discrepâncias. No entanto, essas inconsistências não desmerecem e não atrapalham o objetivo dessa pesquisa, pois esses dados são

irrelevantes considerando as trajetórias de vida dessas duas mulheres, de acordo com as fontes orais.

As duas irmãs e professoras Maria de Lourdes e Maria Floripes eram chamadas carinhosamente por Tia Lourdes e Tia Di, respectivamente, e é com essa identificação que farei referência daqui para a frente no decorrer desse texto.

As irmãs Militão eram mulheres negras, sem formação específica para o Magistério e residiam em Senhor do Bonfim (BA) com alguns familiares. O núcleo familiar era formado a princípio pelo pai, a mãe (Mãe Joanhina), as duas irmãs (Maria de Lourdes e Maria Floripes), dois irmãos (José Nonato e Jacques Militão) e uma tia materna (Mãe Didi). Mais tarde, com a morte do pai e depois que os dois irmãos foram embora, permaneceram em Senhor do Bonfim, as duas irmãs, a mãe Joanhina e a tia conhecida por mãe Didi. Também passou a compor esse núcleo familiar o sobrinho Marques Militão, filho do irmão Jacques Militão e mãe não identificada, o qual foi criado com muito amor e cuidado pelas tias Lourdes e Di.

Durante parte da vida adulta, após a morte do pai, as irmãs Militão transformaram a própria residência em uma escola, a qual constituía a principal fonte de renda para o sustento da família, apesar dos valores irrisórios que eram cobrados aos pais pela instrução oferecida aos filhos.

O sobrenome Militão deu nome à escola por elas criada e se tornou um nome comum para identificação das duas irmãs, indiscriminadamente. Dessa forma, as expressões “irmãs Militão” e “Escola das Militão” são conhecidas por grande parte da população bonfinense e serão mencionadas nesse estudo para se referir às professoras pesquisadas e sua escola, respectivamente. Por fazerem parte do grupo de pessoas comuns, seus feitos não estão escritos ou representados em monumentos, salvo poucas e significativas menções dos nomes e histórias como no livro “E tu, me amas? Encontro de leitores e enamorados de Senhor do Bonfim”, organizado pela Professora Rose Mary Ferreira Almeida, em 2001; e “Caçua de Buggingangas” do escritor Hélio de Carvalho Freitas.

Apesar dos poucos registros, as irmãs Militão permanecem nas memórias do povo bonfinense, o que nos permite criar uma metodologia e procedimentos investigativos a fim de trazer à tona passagens de suas vidas que marcaram outras vidas, como a de tantos moradores e até da pesquisadora responsável por esse estudo.

1.4 Traçando caminhos e aprimorando o olhar e o sentir

Para a realização da pesquisa e diante da natureza do objeto, optamos por procedimentos metodológicos de caráter histórico e biográfico, traçando um campo investigativo permeado por várias dimensões da história e configurando-se como um importante estudo acerca da História Social. Essas escolhas se embasaram em estudos já realizados por autores como José D'Assunção Barros (2004), por exemplo, que defende a interconexão das várias dimensões históricas, e dentro delas várias abordagens. Nessa linha de pensamento, acredita-se em uma história viva formada por fatos que se interrelacionam, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou culturais.

Nessa perspectiva, faz-se necessário considerar como categoria de análise a cultura escolar como sendo relevante para a compreensão do objeto, por se tratar de um campo de investigação na história da educação. Considerando a cultura escolar como um objeto histórico, saliento o conceito expresso por Dominique Julia, ao definir a cultura escolar como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10).

Ainda segundo o autor, para analisarmos essas normas e práticas é imprescindível considerar os agentes que executam essas normas e práticas, os professores. Dessa forma, estudar a cultura escolar é uma atividade ampla e que merece um olhar sob diferentes ângulos, considerando inclusive ou principalmente as interferências da sociedade em geral. Daí a necessidade de uma metodologia que procure captar e compreender os diferentes elementos que compõem a cultura escolar, nesse caso específico da Escola Santa Terezinha ou Escola das Militão.

Diante do que nos propomos a executar nessa pesquisa, da riqueza encontrada ao investigar as trajetórias de vida das professoras pesquisadas e na diversidade de fatos registrados nas memórias individual e coletiva, optamos por narrativas com abordagens biográficas, no entanto não nos limitamos aos fatos

“notáveis” como é costume nas biografias de sujeitos considerados personalidades históricas nos documentos oficiais.

Dessa forma, a metodologia utilizada foi a História Oral e a História Pública Digital, por meio das quais, analisamos as trajetórias de duas professoras negras, as Irmãs Militão, do município de Senhor do Bonfim-BA, tanto no aspecto pessoal quanto profissional, identificando saberes, formação e práticas de um passado recente e que se transformaram em elementos de representatividade, visto que segundo Bloch, a história é a “ciência dos homens no tempo”.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa cujo reconhecimento acadêmico aconteceu na segunda metade do século XX, e tem como intenção dar visibilidade aos acontecimentos e sujeitos que não constam nos documentos oficiais, ou pelo menos, não com a magnitude merecida. É a história oral que dá voz às pessoas comuns, independente de raça, gênero e classe social. É a História Oral que localiza os fatos de um passado contemporâneo de sujeitos invisibilizados na historiografia, dando-lhe lugar de destaque. De acordo com Pollac (1992, p. 4), “a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional”.

Segundo Alberti (2013), a história oral permite-nos recuperar acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca revelados, experiências pessoais, impressões particulares e outros fatos que não encontramos em outras fontes tradicionais. Para a autora do conhecido Manual de História Oral, a peculiaridade do documento de história oral – e a da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 2013, p. 31).

Para o uso da história oral como metodologia, precisamos ter muito respeito e sensibilidade pelo outro e por suas opiniões. Baseado nisso, ter um projeto com objetivos claros e procedimentos bem planejados é essencial. Para isso, é interessante compreender os diferentes gêneros narrativos que compõem a história oral e definir cuidadosamente os procedimentos a serem utilizados. Segundo Meihy e Ribeiro (2011), são 4(quatro) gêneros: história oral de vida, história oral testemunhal, história oral temática e tradição oral. Após as primeiras análises do objeto de pesquisa, decidimos utilizar a história oral temática como gênero narrativo predominante na pesquisa.

Sobre o gênero da história oral temática, como o próprio termo sugere, trata de assuntos específicos, tornando-se menos subjetiva do que a história oral de vida, visto que busca analisar aspectos e passagens que são essenciais na compreensão do objeto de pesquisa. De acordo com (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 88),

Por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o estabelecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é mais dirigida, ainda que seja inviável supor objetividade absoluta em expressões da fala espontânea.

Diante das características do objeto de pesquisa, considerando que as professoras pesquisadas são falecidas e a dificuldade para encontrar seus antigos pertences; considerando que os colaboradores conhecem apenas alguns aspectos da vida dessas professoras; e de acordo com os objetivos propostos nessa pesquisa, conduzimos as investigações fazendo uso da história oral temática, uma vez que podemos mesclar as situações narradas, compondo as trajetórias de vida das Irmãs Militão a partir das memórias de sujeitos que mantiveram algum tipo de relação com elas, seja como alunos, vizinhos, amigos, parentes, conhecidos.

Sobre a História Pública Digital, apesar de ser considerada no meio acadêmico brasileiro a menos de duas décadas, constitui uma dimensão da História Oral e conforme Santhiago (2016) é uma “prima-irmã” que sempre esteve presente nos diversos espaços de memória. A história pública permite ao historiador que utiliza a história oral como metodologia, a ir além das entrevistas e se utilizar de outros meios como fontes e como forma de publicizar a memória coletiva. Santhiago pensa a história pública como:

Uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo). (SANTHIAGO, 2016, p. 28).

Seguindo por esse viés, observando os pressupostos da História Oral e da História Pública Digital, traçamos os caminhos metodológicos para o desenvolvimento dessa pesquisa, ora seguindo etapas previamente estabelecidas teoricamente, ora

criando meios e caminhos próprios para chegar até a fonte de pesquisa ou elaboração da mesma.

Descreveremos a seguir, os caminhos percorridos para a realização da pesquisa de acordo com a metodologia e os procedimentos adotados. A primeira etapa da pesquisa consistiu em um estudo bibliográfico sobre formação docente, questões étnico-raciais, a profissão professor e seus saberes e práticas. Simultaneamente ao estudo bibliográfico e ao cumprimento dos créditos teóricos do doutorado, estabelecemos como prioridade a participação em eventos de pesquisa no intuito de aproximação com o tema através de outros pesquisadores. Nesses eventos, a preocupação metodológica foi uma constante, o que me motivou a participar de minicursos e oficinas sobre história oral e história pública e oportunamente ter acesso a diversos referenciais teóricos, visto que os demais participantes estudam objetos de pesquisa da mesma natureza e utilizam abordagens semelhantes.

A partir de minhas memórias e relações sociais como ex-moradora de Senhor do Bonfim-BA, fiz aproximações com moradores contemporâneos às irmãs Militão com a intenção de averiguar a pertinência da pesquisa e a existência ou não de fontes escritas que pudessem ser cotejadas com as fontes orais, não como instrumentos de prova, mas para abrir caminhos para a seleção dos colaboradores para a realização das entrevistas. Diante da dificuldade em contactar pessoas e instituições por motivos diversos, inclusive os protocolos de restrições advindos com a Pandemia de Covid-19³, percebi na prática, que era preciso estar mais tempo no *lócus* da pesquisa, investigando, seguindo pistas e rastros, refazendo o cronograma e trilhando caminhos não descritos nas publicações metodológicas.

E assim, como Lília M. Schwarcz sentiu a necessidade de adentrar no bairro e casa em que cresceu Lima Barreto, durante a pesquisa que originou a obra *Triste Visionário*, resolvi me aproximar do *lócus* da pesquisa. Montei moradia temporária na cidade de Senhor do Bonfim para estar mais próxima dos colaboradores e estabelecer uma relação de parceria e cumplicidade na pesquisa, facilitando a realização da

³ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/cidadao>.

mesma. Essa aproximação e permanência fez com que um emaranhado de fatos, pistas e reflexões fossem surgindo provocando um turbilhão de informações e sentimentos, tanto por parte da pesquisadora quanto por parte dos colaboradores que davam cada vez mais pistas essenciais para a composição das trajetórias das professoras, além de indicar outras pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa. Foi um período de muitos bate-papos, telefonemas, mensagens de *Whatsapp* e ampliação da rede de contatos de acordo com a rede de sociabilidade das falecidas irmãs Militão.

Em busca de dados como data de nascimento, nome dos pais, data de óbito e outras informações necessárias para a identificação das professoras, além dos apelidos e primeiros nomes, recorri ao Cartório de Registro Civil da cidade. No entanto, a logística de pesquisa adotada pelo órgão exige para cada pesquisa, um recorte temporal de no máximo cinco anos. Diante da falta de precisão para esses dados, a pesquisa no cartório teria um custo alto. Assim, em conversas com pessoas da cidade, surgiu a ideia de ir ao cemitério mais antigo da cidade em busca das datas de nascimento e falecimento nos túmulos das Irmãs Militão. Chegando lá, um funcionário disse não saber quais eram os túmulos, mas indicou um senhor que é responsável pela manutenção/construção de alguns túmulos e que segundo o informante esse senhor foi aluno das irmãs Militão.

Fui então até a casa desse senhor, que fica próxima ao cemitério, e ao me dirigir ao mesmo explicando do que se tratava, ele se disponibilizou a ir comigo novamente até o cemitério para mostrar a localização dos túmulos. Durante o trajeto, a conversa fluiu e ele relatou muitas memórias da época que frequentava a escola das Militão. Ao chegar nos túmulos procurados, observei que estão totalmente descuidados e não consta nenhuma identificação das professoras, mas o ex-aluno, demonstrando certeza e saudade, afirma que naquele espaço jaz as irmãs Militão.

Ainda nas conversas informais e relacionando com fatos do meu dia-a-dia, lembrei que os documentos do imóvel onde se localizava a escola, deveria ter os nomes dos antigos proprietários. Assim, através de uma rede de contatos, cheguei até o sujeito que comprou o imóvel pertencente às irmãs Militão, o qual para minha surpresa disse ter posse das cópias de toda a documentação, inclusive documentos pessoais das proprietárias e dos herdeiros. Após o prazo combinado, o comprador do imóvel levou pessoalmente em minha residência, os principais documentos pessoais das irmãs Militão, dos herdeiros do imóvel e parte do testamento em que Maria de

Lourdes Militão doa sua parte do imóvel para o seu cuidador que também foi um ex-aluno e entrevistado nessa pesquisa. Dessa forma, consegui obter mais informações sobre o núcleo familiar das professoras pesquisadas.

Além dessa descoberta através da rede de contato que foi sendo alimentada, localizei um trabalho de conclusão de curso da graduação de História da Universidade do estado da Bahia, cujo título é irmãs Militão: cotidiano, práticas e o funcionamento de uma casa-escola em Senhor do Bonfim de 1975 – 1985. Vale relatar que precisei entrar em contato com o bibliotecário do campus da Uneb de Jacobina- Ba, para ter acesso ao trabalho, visto que no repositório institucional constava o título, mas não o arquivo com o texto completo. Nos anexos desse trabalho, constam as transcrições das entrevistas realizadas pelo pesquisador responsável, e também a transcrição de parte de uma entrevista realizada em 1998, pelo radialista da época, conhecido por Tito Rocha, que trabalhava na Rádio AM de Senhor do Bonfim. A entrevistada foi Maria de Lourdes Militão, um ano antes do seu falecimento. Utilizei essa transcrição como fonte por constar em um trabalho de pesquisa já publicado e publicizado.

Nesse trabalho também foram citadas duas outras produções sobre as irmãs Militão, referentes à conclusão de Especialização em Educação, promovida na mesma universidade, as quais não foram localizadas com os autores e na biblioteca do campus, os dois lugares mais prováveis de estarem arquivadas. No entanto, o contato com os autores desses trabalhos trouxe contribuições à pesquisa, no sentido de obter informações sobre pessoas, hábitos, relações e singularidades da vida das irmãs Militão. Dentre essas informações, uma autora informou ter estudado com Maria Floripes Militão em 1971, quando cursou a antiga quarta série ginásial no Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, o colégio de freiras onde eu também cursei o Magistério.

Essa descoberta fez com que eu retornasse ao Educandário como local de pesquisa. Além dos reencontros e recordações, meu antigo vínculo como ex-aluna e ex-funcionária possibilitou o livre acesso aos setores onde eu poderia encontrar vestígios sobre a vida estudantil de uma das irmãs Militão. Foi no educandário que localizei entre outros documentos, o histórico escolar de Maria Floripes Militão e o livro de matrícula da época indicando outras alunas da turma que ainda residem na cidade, e que guardavam fotografias da turma em que Maria Floripes aparece. Analisaremos essas fontes na seção quatro, ao tratar dos processos de formação das irmãs Militão.

Outra fonte importante nesse processo foram as publicações feitas por alguns perfis da rede social *Facebook*, que postaram textos sobre suas memórias envolvendo as professoras pesquisadas e que estimularam muitos usuários da rede a se pronunciarem das mais variadas formas.

Essas fontes, além de informações relevantes apontaram caminhos para a seleção dos colaboradores da pesquisa, e desses selecionar aqueles que seriam entrevistados. Vale informar aqui que colaboradores são todos os sujeitos que contribuíram com alguma informação relevante para a localização e produção de fontes, já os entrevistados, como o próprio nome sugere, foram os sujeitos que concederam às entrevistas. A seleção desses entrevistados ocorreu a partir de critérios como a relação que estabeleceram e tempo de convivência com as professoras pesquisadas, interesse em participar da pesquisa e disponibilidade.

Ancorada nos pressupostos da História Pública Digital, a qual podemos considerar nesse caso como uma dimensão da História Oral, a rede social *Facebook* foi utilizada como fonte potente e primária para a realização dessa pesquisa. Segundo Lima; Jaques; Ávila (2015), a rede social constitui um espaço de narrativas biográficas e autobiográficas uma vez que tanto o dono do perfil quanto os indivíduos que escrevem os comentários exercem a escrita de si e ao mesmo tempo sobre o outro, portanto constitui um lugar de memórias.

A definição do *Facebook* como fonte de pesquisa está embasada também na afirmação de Porto e Santos (2014, p. 16) de que “o *Facebook* hoje é a rede social que melhor caracteriza essas redes que passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas”. Além disso, de acordo com Santos (2017, p. 3), “os acervos pessoais virtuais se apresentam, assim como os cadernos e diários pessoais, como recursos no intento de guardar-se, perenizar-se e dar-se a ver na posteridade”. E nesse intuito de guardar-se, perenizar-se e dar-se a ver na posteridade é que fazemos uso da História Pública Digital para darmos conta dos objetivos propostos nesse estudo, assim como respaldar o uso das fontes públicas digitais. Dessa forma, a rede social *Facebook* é um espaço de rememoração espontânea, podendo contribuir como fontes de pesquisas, nesse caso sobre a História da Educação de Senhor do Bonfim.

A partir de publicações feitas por 8(oito) perfis encontrados na rede social *Facebook* sobre a atuação, saberes, importância e diversas memórias das irmãs Militão na educação e cultura de Senhor do Bonfim, analisamos a quantidade de comentários, compartilhamentos e curtidas, feitas por usuários da rede que foram ex-

alunos, ex-vizinhos, conhecidos, parentes e interessados na história das professoras pesquisadas. Nas memórias expostas pelos usuários da rede, foi possível identificar, as marcas da cultura escolar da época, a metodologia utilizada e algumas práticas exercidas na casa-escola das Militão, entre outros aspectos que foram surgindo e que são essenciais para compreender e compor a história dessas mulheres.

Até o mês de julho de 2021, as postagens analisadas, as quais estão identificados pelas letras iniciais do dono do perfil, apresentavam os seguintes quantitativos:

Quadro 1: Irmãs Militão pelos olhares dos usuários do Facebook

PERFIS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	CURTIDAS
GP	175	289	491
SR	163	301	278
MC	75	82	223
SB	19	10	84
JC	15	223	87
LA	30	00	88
BB	33	00	164
CT	08	11	65

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

Cada publicação é composta pelo texto escrito pelo autor da postagem, a fotografia das Militão e os respectivos comentários, cuja autoria varia de ex-alunos, vizinhos, conhecidos, familiares de ex-alunos e pessoas da atualidade que emitem opinião e/ou reproduzem histórias contadas por outros contemporâneos das professoras.

O conteúdo do texto de cada postagem fornece informações relevantes sobre as trajetórias de vida das irmãs Militão e nos instiga a ler e analisar os comentários fazendo-nos deduzir algumas situações e despertando a curiosidade sobre outros aspectos que merecem ser investigados para que possamos compreender o papel desempenhado por essas mulheres professoras. Daí o contato direto com esses autores dos comentários que se encaixam nos critérios de colaboradores da pesquisa foi essencial para ampliar as informações e preencher as lacunas deixadas nos comentários da rede social.

Ao analisar os comentários encontrados nas publicações do *Facebook*, percebemos um misto de sentimentos diversos introjados nas memórias dos autores sobre a escola das Militão e principalmente em relação às próprias Militão

como pessoas e profissionais. Dentre este misto de impressões e sentimentos podemos destacar o medo, o respeito, o amor, a saudade, a gratidão, a recordação e alguns casos de ódio ou pavor.

Considerando que “todo relato é, por definição, interpretativo, e que uma grande parte do nosso trabalho de análise consiste em descobrir e desvelar as pré-interpretações, contidas nas descrições de fatos” (JOSSO, 2010, p.78), a análise dos comentários foi feita com critérios de compreensão dos diferentes tipos de linguagens e sem elaborar juízo de valor ou ainda estabelecer verdades. A intenção é identificar as práticas, compreender as vivências e contribuições dos sujeitos de pesquisa como seres históricos e sociais. Para tanto, as memórias individuais e coletivas, o olhar do outro, os relatos, as expressões e lembranças foram essenciais para a análise do objeto de estudo.

Ainda na tentativa de obter mais informações, criei um grupo privado na rede social *Facebook* cujo título é Memórias sobre as irmãs Militão como professoras negras e leigas, expondo o objetivo do grupo. A partir dos comentários analisados adicionei os autores, no entanto os poucos participantes que aceitaram o convite não se pronunciaram e outros entraram em contato no privado informando que tinham informações, mas que não gostavam de grupos ou não se sentiam à vontade para expressar naquele espaço. No entanto, se colocaram à disposição para colaborar pessoalmente com a pesquisa.

Percebe-se que esses mesmos usuários se pronunciaram na rede social em outra situação, ou seja, que não tinha intenções e objetivos pré-estabelecidos, mas apenas como avivamento de memórias entre pessoas que vivenciaram as mesmas experiências. O fato de explicar que se tratava de uma pesquisa acadêmica, possivelmente intimidou alguns a se expressarem. Dessa forma, as postagens e comentários anteriores e de forma espontânea, que foram utilizados como fontes de pesquisa, além de servirem de rastros e pistas a seguir para a aquisição de outras fontes.

Primando pelos cuidados e respeito necessários com os colaboradores/entrevistados e documentos audiovisuais produzidos, paralelamente a essa investigação inicial, foi feita toda a tramitação necessária para cadastrar o projeto na Plataforma Brasil, seguindo as orientações da Resolução Nº 510/2016, que trata da Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Assim, após a elaboração do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Autorização

do Uso de Imagem, Roteiro de Entrevista e demais termos exigidos pelo Comitê de Ética da Universidade Tiradentes, foi feita a submissão do projeto.

Com a pandemia de Covid-19 e a mudança drástica na logística de funcionamento das instituições em geral, a tramitação demorou dez meses para a definitiva anuência e autorização do projeto pelo Comitê de Ética. Dessa forma, as entrevistas demoraram a serem realizadas, sendo necessário reelaborar o cronograma, a fim de atender os protocolos de segurança de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde- OMS, acompanhando e respeitando o calendário de vacinação dos possíveis entrevistados.

Como já explicitado anteriormente, os entrevistados foram ex-alunos e demais sujeitos que estabeleceram relação direta com as professoras pesquisadas, já falecidas, os quais foram selecionados de acordo com critérios como interesse, disponibilidade, tempo e relevância na relação estabelecida, totalizando 9 (nove) entrevistados.

A escolha foi feita na eminência de analisar as trajetórias das irmãs Militão a partir de representações e memórias desses sujeitos, no entanto, durante o processo e por motivos diversos, sobretudo consequências da pandemia vigente, alguns entrevistados foram substituídos, priorizando o bem-estar dos sujeitos, mesmo que para isso deixamos de ter acesso a fontes novas e importantes na construção do objeto.

Apresentamos no quadro a seguir os entrevistados da pesquisa:

Quadro 2: Relação dos entrevistados da pesquisa

ENTREVISTADOS/AS	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	RELAÇÃO / IRMÃS MILITÃO
Edeil R. do Espírito Santo	M	49	Professor	Vizinho
Evanete Santana	F	76	Professora aposentada	Vizinha/amiga
Maria da Glória da Paz	F	68	Professora	Ex-aluna
Lucimar Batista de Andrade	M	59	Funcionário público estadual	Ex-aluno
Edvan Ferreira dos Santos	M	49	Empresário	Ex-aluno
Melquezedeuque da S. Pereira	M	46	Representante Comercial	Ex-aluno
José Alberto Bezerra	M	55	Tipógrafo	Ex-aluno e cuidador
Maria das Dores Militão	F	63	Aposentada	Sobrinha
Antônio Carlos dos Santos	M	72	Aposentado	Ex-aluno

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

É importante mencionar a necessidade de ter feito um cronograma exclusivo para a realização das entrevistas, o qual passou constantemente por reformulações e adaptações de acordo sobretudo com o contexto de pandemia vivenciado e a própria disponibilidade dos entrevistados. Trata-se de um trabalho difícil, delicado e demorado que exigiu uma preparação antes, durante e depois da realização das entrevistas. Sendo assim, para a produção dessas entrevistas e com o objetivo de posteriormente produzir um documentário, também foi necessário um estudo sobre tecnologias, produção e parcerias para o tratamento do material, ou seja, dos áudios e vídeos. Para isso, mantive contato com profissionais da área de produção audiovisual, participei de minicursos e oficinas para uma melhor operacionalização e garantia que as entrevistas fossem gravadas em áudio e vídeo com qualidade necessária para a produção das fontes escritas através da transcrição das narrativas e para a produção posterior de um documentário como fonte audiovisual.

Destaco que o documentário não será produzido com fins comerciais, muito menos na intenção de um trabalho profissional. Mas que seja um produto de boa qualidade, com fins didáticos e acadêmicos que proporcione a visibilidade merecida e que sirva de fonte para outras pesquisas sob um outro olhar sobre as professoras negras, como sujeitos históricos que se dedicaram tantos anos com o ofício de ensinar, e, portanto, foram contribuintes da educação local constituindo-se um objeto de pesquisa com muitas particularidades a serem pesquisadas/analizadas.

Vale informar, que conforme consta no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, os entrevistados optaram pela revelação do nome completo, assim como o uso das imagens para a apresentação dos resultados da pesquisa. Os locais das entrevistas também foram combinados com cada entrevistado, primando pelo bem-estar e a garantia de um ambiente seguro, agradável e que colaborasse com o momento de lembranças e narrativas pelos entrevistados.

Conforme mencionado anteriormente, as entrevistas estão registradas em áudio e vídeo já com o intuito de produzir um documentário que servirá como nova fonte para futuras pesquisas, assim como dar visibilidade a atuação das professoras pesquisadas. A ideia de produzir um documentário com as entrevistas se baseia na afirmação de Pollak (1989, p. 11) de que “ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo”. Além disso, segundo Alberti (2013, p. 75),

[...] a gravação de entrevistas de história oral em vídeo tem-se difundido bastante ultimamente. Ela permite o registro da imagem do entrevistado e da situação de entrevista e impede que se percam os gestos e expressões faciais que complementam e enriquecem a enunciação, expressando reações e, muitas vezes, indicando a intenção do falante.

Sobre isso destaco também que um dos impulsionadores dessa ideia foi o Professor Doutor Ronaldo Linhares, pesquisador da área de Educação e Comunicação, com larga atuação nesse campo de pesquisa. Durante uma conversa informal em uma área comum da Universidade Tiradentes com o referido professor juntamente com o meu orientador, Professor Dr. Cristiano Ferronato sobre o meu projeto de pesquisa, o Professor Ronaldo sugeriu o uso de recursos audiovisuais para a elaboração de um documentário como produto do doutoramento. A ideia foi acatada e ao comentar com a minha co-orientadora Professora Doutora Olívia Moraes de Medeiros Neta, a mesma gostou da ideia e articulou o meu contato com sua orientanda de Doutorado e minha ex-colega de mestrado, professora Aline Cristina da Silva Lima, que na época estava usando essa metodologia e recursos em sua pesquisa, o que me auxiliou com contribuições valiosas. Foi uma rede de contatos essencial no planejamento e execução metodológica dessa etapa da pesquisa.

Para a realização das entrevistas contei com o apoio de Igor Santos Rocha, estudante de Administração e assistente da Secretaria da Diocese de Senhor do Bonfim. Além de auxiliar nas buscas feitas no arquivo da diocese, Igor foi o responsável por operacionalizar os equipamentos enquanto eu, como pesquisadora, me dediquei exclusivamente com a condução da entrevista, seguindo o roteiro pré-estabelecido e conduzindo a conversa a partir das falas do entrevistado, fazendo as adequações no roteiro de acordo com o momento e narrativas, evitando questionamentos repetidos e interagindo com poucas palavras, mas o suficiente para dar prosseguimento às narrativas.

Sobre os equipamentos utilizados destaco: um gravador de voz, dois celulares para captar falas e imagens, dois tripés, um conjunto de microfones de lapela para entrevistador e entrevistado e uma interface ligada aos aparelhos celulares e microfones para garantir melhor qualidade às falas gravadas, livrando de ruídos indesejáveis, por exemplo.

Assim, por meio das entrevistas, entendo que foi possível captar o que resiste nas memórias dos entrevistados sobre a vida pessoal e profissional dessas professoras durante seu itinerário formativo e profissional, demonstrando acontecimentos, emoções e relações estabelecidas.

Descrevo a seguir detalhes de cada entrevista realizada, identificando o entrevistado, local de entrevista, data de realização, tempo de duração e observações relevantes:

A primeira entrevista aconteceu no dia 22 de agosto de 2021, na residência do Pedagogo e professor Edeil Reis do Espírito Santo, ex-vizinho das irmãs Militão, frequentador da casa-escola e quem inclusive fazia a feira e algumas compras para Tia Lourdes e Tia Di. A entrevista durou 1h09min40s, e foi um momento de reviver muitas memórias por parte do entrevistado que sempre emitia uma opinião sobre cada revelação sobre as Militão e suas práticas.

A segunda entrevista ocorreu com a Professora aposentada, ex-vizinha e amiga das Militão, Evanete Santana, no dia 20 de setembro de 2021, também na residência da entrevistada e durou 1h14min59s. Foi um momento marcado por muitas memórias, emoção e risos. A entrevistada narrou fatos da vida cotidiana das irmãs Militão, do funcionamento da escola e sobre as principais características físicas e psicológicas das duas irmãs. Deu ênfase às diversas comemorações que aconteciam na casa das Militão, detalhando cada uma.

A terceira entrevista ocorreu no dia 07 de outubro de 2021, com Maria Glória da Paz, Professora da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, ex-aluna das Irmãs Militão, e como professora do Ensino Superior realizou trabalhos com os alunos sobre a Escola das Militão. A entrevista durou 43min17s e a entrevistada narrou práticas da Escola das Militão, identificou as duas professoras como mulheres negras e batalhadoras e enalteceu a participação delas como contribuintes da educação e cultura de Senhor do Bonfim.

O quarto entrevistado foi Lucimar Batista de Andrade, funcionário da Universidade do Estado da Bahia e ex-aluno das Irmãs Militão. O tempo de duração da entrevista foi 1h09min25s e aconteceu na residência da pesquisadora no dia 16 de outubro de 2021. Foi um momento marcado por memórias afetivas em que o entrevistado se emocionou várias vezes ao narrar fatos de quando estudava na escola das Militão e deixou evidente os sentimentos de reconhecimento, saudades e gratidão.

O quinto entrevistado foi o senhor Edvan Ferreira dos Santos, empresário do ramo de instalação de elevadores e morador da cidade de São Paulo. A entrevista ocorreu no dia 23 de outubro de 2021, no escritório da empresa do entrevistado e durou 42min39s. O entrevistado estudou durante cinco anos na Escola das Militão e suas narrativas são marcadas por memórias traumáticas, uma vez que se refere somente ao sentimento de medo, aos castigos sofridos e muito pouco sobre o funcionamento geral da escola. O esquecimento de detalhes é uma marca dessas narrativas. No entanto, o entrevistado reconhece a importância das professoras na sua educação escolar e para a vida.

O sexto entrevistado foi o representante comercial Melquezededeque da Silva Pereira, ex-aluno da Escola das Militão. A entrevista ocorreu no dia 25 de janeiro de 2022, no Parque Municipal Josefa Coelho, em Petrolina, por escolha do entrevistado, que mora nessa cidade há dezesseis (16) anos, e antes disso morava em Senhor do Bonfim-BA. A entrevista durou 49min 24s e o entrevistado reconhece as aprendizagens matemáticas com as professoras, o consentimento dos pais para as práticas dos castigos e a presença constante do medo.

A sétima entrevista foi com a sobrinha das irmãs Militão, cujo nome é Maria das Dores Militão, soteropolitana e moradora da capital baiana. A entrevista foi realizada na própria residência da entrevistada, no dia 03 de fevereiro de 2022, e durou 1h32min17s. O contato da sobrinha com as tias foi durante a infância e juventude, quando visitava a cidade de Senhor do Bonfim no período de férias e dos festejos juninos. Além disso, Tia Lourdes morou um período na casa dela em Salvador, até arranjar moradia. Aos trinta e quatro anos de idade sofreu um acidente de carro indo para Senhor do Bonfim, tornou-se cadeirante e conseqüentemente não pode mais viajar como antes. Passou a ter menos contato com as tias.

A entrevistada narra fatos interessantes da vida cotidiana das tias, relembra falas e hábitos de Tia Di e Tia Lourdes e assume que tinha relação mais próxima com Tia Lourdes com quem se acha parecida tanto fisicamente quanto psicologicamente. Maria das Dores Militão contribuiu com informações relevantes sobre os membros da família e o estilo de vida das tias. Retornou a Senhor do Bonfim, dias antes da morte de Tia Lourdes para resolver questões referentes à venda da casa-escola Santa Terezinha.

A oitava entrevista foi com o tipógrafo José Alberto Bezerra, ex-aluno das irmãs Militão e cuidador de Tia Lourdes até o seu falecimento. A entrevista ocorreu no dia

05 de março de 2022, na gráfica do entrevistado, e o tempo de duração foi 46min 35s. O entrevistado conviveu na casa-escola primeiramente como aluno na infância. Por continuar frequentando a casa estabeleceu vínculos de amizade e se tornou cuidador de Tia Lourdes até sua morte. Tia Lourdes doou em vida a sua parte da casa para o ex-aluno e cuidador como forma de agradecimento pelos cuidados prestados.

A nona e última entrevista foi com o bancário aposentado, Antônio Carlos dos Santos, ex-aluno das irmãs Militão. A entrevista aconteceu na casa da pesquisadora no dia 25 de junho de 2022 com duração de 41min 26s. O entrevistado estudou no início da década de 1960 e é um dos ex-alunos mais antigos dentre os entrevistados. Depois de muitos desencontros, foi possível realizar a entrevista pessoalmente, visto que ele mora em Salvador e não foi possível o encontro quando fui realizar outra entrevista. A escolha desse entrevistado se deu a partir de conversas por telefones em que ele revelou memórias que não aparecem nas outras entrevistas, como a questão étnico-racial e uma análise que se contrapõe a emitida por outros entrevistados. Diante das semelhanças e diferenças, como pesquisadora, mesmo diante das dificuldades para a produção das fontes, resolvi esperar e aproveitar a oportunidade para entrevistá-lo e ter acesso aos contrapontos para incrementar/aprofundar a análise.

As entrevistas foram transcritas a princípio de forma literal, e em seguida foi feita a textualização, que consiste em organizar o texto com as narrações dos entrevistados, eliminando repetições, vícios de linguagem e expressões coloquiais que alteradas para uma forma mais próxima da norma culta não modificam o sentido e significado da comunicação.

Em seguida, foram analisadas mediante a proposição de categorias estabelecidas durante a elaboração dos instrumentos de investigação e outras que surgiram a partir das narrativas dos entrevistados, fazendo valer que o processo de construção do objeto de estudo ocorre a partir das concepções e análises do pesquisador em relação às reações dos entrevistados, tendo por base de reflexão a problemática apontada no estudo e os objetivos propostos.

Durante esse processo de transcrição e análise, houve contato sempre que necessário com os entrevistados para compreender melhor determinados trechos da narrativa e também para apresentar a transcrição textualizada, a fim de que cada entrevistado pudesse conferir as narrativas e propor até mesmo alterações. Essa última possibilidade não aconteceu, demonstrando que os entrevistados estavam

conscientes das memórias retomadas e convencidos sobre a importância da pesquisa, assim como de suas contribuições.

Ainda sobre a análise das entrevistas, destaco categorias consideradas como saberes e formação das professoras, cultura escolar, práticas educativas, culturais e religiosas, crenças e tradições, ofício de ensinar e os castigos físicos, entre outras que surgiam em narrativas específicas e que serviram para ampliar a compreensão do objeto. É importante destacar que durante a análise das entrevistas, o exercício de cotejamento com as outras fontes foi constante, permitindo intercalar informações sobre cada fonte ou a interrelação delas ao longo de todo o texto, na intenção de relacionar fatos e caracterizar o máximo possível o estilo de vida das professoras e o funcionamento da casa-escola.

Para compor as trajetórias de vida das irmãs Militão, foram muitos esforços e colaborações múltiplas por parte da comunidade, sempre prestativa e satisfeita em contribuir com a pesquisa. Portanto, em um estudo como esse é imprescindível dar um retorno à população do município, despertando para questões muitas vezes omitidas, silenciadas, e incentivando novas pesquisas na área. Dessa forma, além das produções científicas, a produção do documentário constitui a operacionalização desse retorno, uma vez que possibilitará a publicização dos resultados da pesquisa podendo despertar reflexões e ações sobre outros personagens da educação local, regional e nacional. Além disso, será através desse resultado que materializaremos mais uma fonte de pesquisa oriunda, e responsável pela continuidade e importância da História Pública Digital como dimensão da História Oral.

Na próxima seção discutiremos questões como a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, analisando as implicações para a construção de identidades dos sujeitos, estabelecendo uma relação com as trajetórias de vida da pesquisadora e das irmãs Militão, como mulheres, negras e pobres que se tornaram professoras.

2 GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL: UMA INTERSECCIONALIDADE NECESSÁRIA PARA COMPREENDER AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORAS NEGRAS

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. (Ângela Davis).

Começo essa seção relatando mais uma vez alguns fatos da minha própria vida, fatos estes que me conduzem sempre a pensar nas trajetórias das irmãs Militão, buscando o viés necessário para assegurar ou refutar a tese de que Tia Lourdes e Tia Di, as irmãs Militão, assim como tantas outras professoras negras, se utilizavam do ofício de ensinar como forma de autoafirmação e luta contra o racismo, preconceitos e discriminações diversas que a sociedade criou para inferiorizar alguns sujeitos a depender de sua raça, classe social, gênero e outras condições ou situações de vida. Além disso, "a autobiografia é a forma mais elevada e mais instrutiva em que nos defrontamos com a compreensão da vida." (Wilhelm DILTHEY, *apud*, THOMPSON, 1992, p. 77) e ainda segundo Thompson (1992, p. 208), "recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade".

Sendo assim, partindo da compreensão da minha vida e expondo como se deu a construção da minha identidade, tentarei explicar conceitos essenciais para a compreensão dessa tese de doutoramento sobre as trajetórias de vida das irmãs Militão. Apresento então alguns relatos autobiográficos nos próximos parágrafos para em seguida discutir os tópicos apresentados nas subseções.

Senti desde cedo a responsabilidade de sobreviver com dignidade e respeito como mulher, negra e pobre. No início era apenas uma luta para mudar a própria condição de vida, dia após dia, sem descanso, sem muitas reflexões sobre causas e consequências, sempre aproveitando as oportunidades que surgiam por menores que fossem e me esforçando constantemente para "provar" que era forte e capaz. Uma vida alimentada por força, fé, escolhas, abstenções, adrenalina, pressa e conhecimento.

Aos nove anos de idade, ouvi um primo abastado que visitava esporadicamente minha família, dizer aos meus pais que queria minha irmã mais velha para fazer companhia a mãe dele, uma senhora idosa, que conhecíamos de ouvir falar como sendo nossa tia de consideração, pois nosso tio foi embora e nunca

o conhecemos. Quando o primo bem-sucedido e a família foi embora, saí detrás da cortina de tecido que fazia o papel de porta do quarto da casa simples, de taipa e chão batido, e pedi ao meu pai para ir no lugar de minha irmã mais velha, visto que a mesma havia se manifestado na hora, dizendo que não deixaria pai e mãe. Meu pai disse que eles não me queriam porque eu era muito pequena, mas que mandaria uma carta por um portador no dia da feira. A resposta da carta foi positiva e o argumento é que a minha ida seria melhor porque minha irmã com 14 (catorze) anos logo começaria a namorar. Da minha parte foi somente alegria e pensamentos de ter uma vida parecida com a das minhas primas de Senhor do Bonfim, de quem em algumas épocas do ano recebíamos as roupas usadas, bem conservadas, bonitas e com cheiro de amaciante (hoje sei porque as roupas eram tão cheirosas).

Chegou fevereiro de 1985 e minha tia foi até minha cidade para buscar-me. A ansiedade e curiosidade tomava conta de mim, mas mesmo assim a despedida da minha família foi marcada por muito choro, principalmente meu e de minha mãe, que continuou chorando por muitos anos sempre que eu ia em casa e chegava o dia de voltar para Senhor do Bonfim.

Em Senhor do Bonfim tudo era novidade: a casa era simples, mas localizada no centro da cidade, confortável, tinha piso de cerâmica, sanitário, geladeira, televisão e muitas outras coisas que não tinha na casa dos meus pais. No dia que cheguei ganhei uma roupa de presente de minha tia, fui apresentada à vizinhança, a qual me recordo com muito carinho, devido ao tratamento carinhoso que eu recebia. No dia seguinte fui levada para cortar o cabelo que nunca tinha cortado porque meu pai dizia que só poderia cortar depois que eu fosse batizada. Meu cabelo foi cortado curtinho e alisado com um produto verde tão forte que irritava os olhos e até hoje me recordo do cheiro intragável. Minha orelha também foi furada e ganhei brincos banhados de ouro.

No início eram muitas novidades, até que veio a saudade de meus pais, irmãos, da minha casa, das brincadeiras de casinha com os móveis feitos de lata de óleo por meu irmão mais velho...o choro durou exatamente 2 (dois) anos. Nos intervalos de recesso e férias escolares, minha tia perguntava se eu queria voltar e eu dizia que queria esperar terminar o ano pois tinha medo de repetir a série que cursava. Terminei a quarta série e disse que ficaria mais um ano. Quando terminei a quinta série já no Colégio Estadual Senhor do Bonfim, decidi ficar de vez porque queria ser professora

de tanto ouvir minha tia falar que ser professora era a melhor oportunidade para uma mulher, sobretudo no interior.

Nessas infundáveis conversas, ela ainda dizia que a irmã dela teve 9(nove) filhas, todas se formaram como professoras, trabalhavam e não dependiam dos maridos. Além dessa conversa, tinha algumas atitudes em situações específicas, como por exemplo: o fato de raramente ser incluída nos passeios e comemorações do núcleo social dos primos, eu pedia para sair com as moças que trabalhavam nas casas desses familiares, pois sempre estabeleci vínculos amigáveis com elas. No entanto, minha tia sempre negava dizendo: “não quero você saindo com empregadas. Você é filha do meu compadre e tem o sangue dos meus filhos. Você não é empregada”.

Passsei então todo o Ensino Fundamental, ouvindo que ser professora seria a melhor profissão para uma mulher que morava no interior. Além disso, a escola se tornou o ambiente mais agradável que eu frequentava. Por uma vida extremamente caseira como acompanhante de uma pessoa idosa, fazia as atividades domésticas, mas não recebia remuneração sob o argumento de que era da família e não “empregada doméstica”.

Apesar da pouca idade, era muito observadora e me envolvia nas atividades da escola. Isso fez com que, além de obter bom rendimento escolar em termos de nota, eu estabeleci também boa relação com colegas e professores, sendo esses últimos responsáveis por reforçar, a princípio indireta e mais tarde diretamente, na minha escolha profissional.

Quando estava prestes a concluir o Ensino Fundamental, os familiares de minha tia se negaram a custear o curso de Magistério que na época só tinha em duas instituições particulares da cidade, e uma pessoa desse núcleo ainda sugeriu que eu retornasse para minha cidade natal porque lá o curso era em escola pública, e minha irmã bem mais nova do que eu, ocuparia o meu lugar como acompanhante de minha tia. Foi nesse momento que despertei para a realidade de como era vista por essas pessoas e respondi que se eu voltasse para a casa de meus pais, nenhuma irmã viria mais...

Nesse íterim, começam as preparações para a conclusão da 8ª série e eu como líder do grupo que organizava a comemoração tinha encontros constantes com alguns professores e gestores da escola. Nesses encontros quiseram saber em qual escola eu iria estudar no ano seguinte, e eu respondi que o mais certo até aquele

momento era retornar para Pindobaçú, caso não arrumasse um emprego de um turno para pagar a escola. Dito isso, essas professoras se articularam ao ponto de eu ir estudar em 1991, no conceituado Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, fazer o curso de Magistério, lutar diariamente para ser respeitada como pessoa pelos colegas abastados e professores que não conhecia a princípio, o que foi conseguido com muito esforço e dedicação, através dos bons resultados escolares.

Segundo Thompson (1992, p. 205), “a maioria das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos”. As poucas lembranças recuperadas nesse relato autobiográfico, liberam sentimentos que me fazem refletir como a interseccionalidade da raça, gênero e classe social determinam a vida de um indivíduo.

Nesse sentido, retomo as trajetórias das irmãs Militão, e sinto a necessidade de investigar a vida dessas duas mulheres, negras, professoras leigas, no intuito de analisar como se fizeram ser respeitadas pela sociedade bonfinense, o porquê de terem se tornado professoras e outras representações que possibilitaram-nas fazer parte das memórias do lugar. Para isso, compreender certos conceitos se faz necessário. E nessa seção, procurarei esclarecer conceitos, apresentar outros estudos e refletir sobretudo como o ato de ensinar foi e pode ser usado como ferramenta de resistência ao racismo, preconceitos e discriminações em geral.

2.1 Raça, gênero, classe social e as implicações para a construção identitária

A identidade dos sujeitos é uma construção contínua permeada por representações pessoais e sociais que se ancoram em diversas categorias como raça, etnia, gênero, sexo, classe social e outras. Por se tratar de uma construção, o olhar do outro influencia, e até determina muitas vezes, quem somos. Portanto os processos identitários são terminantemente ações e produtos sociais e culturais. Neste tópico, procurarei discutir as categorias de raça, gênero e classe social por estarem relacionadas ao objeto de pesquisa, mais precisamente às trajetórias das irmãs Militão como mulheres negras, mas saliento, que muitas outras categorias também influenciam na construção da identidade dos sujeitos como seres históricos e sociais.

A afirmação identitária das mulheres negras perpassa por experiências concernentes à raça, ao gênero e à classe social, entre outras dimensões. O ponto comum dessas dimensões, o qual determina a desigualdade social que predomina na vida das mulheres negras, é nomeado por várias estudiosas pelo termo interseccionalidade. Assim, a interseccionalidade de raça, gênero e classe é considerada nesse estudo como forma de compreender as diversas formas que o racismo, os preconceitos e as discriminações se mantêm como causadores das desigualdades. Além disso, permite compreender quais as estratégias e caminhos que as mulheres negras se utilizam para construir suas identidades e no caso específico das irmãs Militão, como essas mulheres resistiam às mais variadas formas de preconceito e discriminação.

Autoras como Ângela Davis e Patrícia Hill Collins, entre outras estadunidenses, se debruçam na reflexão sobre a interseccionalidade das dimensões que oprimem, discriminam, identificam, rotulam e segregam as mulheres negras. No Brasil, apesar de não usarem o termo em si, autoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e outras escritoras da Academia e da Literatura também se debruçam na reflexão das causas, consequências e das formas de resistências ao racismo, sexismo, aos preconceitos e discriminações diversas.

Raça, gênero e classe social no contexto histórico das mulheres negras são categorias que ora são mútuas, e ora se cruzam, e que por isso, segundo Davis (2016, p. 13), “ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras”. Daí a necessidade de considerarmos a interseccionalidade dessas categorias para compreendermos as trajetórias das mulheres negras e, nesse caso, das irmãs Militão como objeto dessa pesquisa.

Tendo como base os estudos sociológicos, que justificam o uso do conceito de raça como realidade social e política, reconhecemos raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão, principalmente quando pensamos na realidade brasileira, tanto pelo histórico da escravidão de negros e negras, quanto pela estrutura social delineada durante esse processo e principalmente após a abolição dos escravos. Os autores Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, por meio do livro *Estrutura Social, Mobilidade e Raça* nos mostram argumentos capazes de compreender o quão complexo é o processo gerador das desigualdades sociais que recaem sobretudo nas trajetórias de vida dos negros, mulheres e afunilando mais ainda, das mulheres negras. Esses autores revelam as

diversas nuances de segregação da população não branca e ainda apontam uma realidade mais alarmante no caso das mulheres. Segundo esses autores:

Essa segregação ocupacional das mulheres ocorre tanto em setores econômicos [...], como em ocupações específicas [...]. Já no caso do negro, a discriminação sofrida no mercado de trabalho tem como consequência [...] o sistemático confinamento dessa parcela da força de trabalho aos empregos que requerem menor qualificação e são pior remunerados. Finalmente, sexismo e racismo têm como consequência que mulheres e negros obtenham retornos a seus investimentos educacionais, em termos de remuneração, proporcionalmente menores do que os dos homens brancos. (HASENBALG; VALLE, 1988, p. 50).

Quando analisamos historicamente a situação específica das mulheres, percebemos que as mulheres pobres, cuja maioria se concentra na população negra, sofreram e sofrem ainda mais com as desigualdades, visto que o racismo está edificado também no meio feminino fazendo que as mulheres brancas e de classes mais favorecidas tenham mais oportunidades, o que também implica na construção identitária.

Sobre o conceito de racismo, Hasenbalg (1988, p. 119), afirma que “o racismo pode ser definido como o conjunto de práticas do grupo branco dominante, dirigidas à preservação do privilégio de que usufrui por meio da exploração e controle do grupo submetido”. Isso nos leva a perceber que o racismo contemporâneo tem seus alicerces nas diferentes formas de exploração econômica fundamentadas no capitalismo e que ao longo dos anos foi se sedimentando política e culturalmente, fazendo com que o racismo e a discriminação racial ganhassem autonomia para a segregação de negros e mulheres, sendo que essas últimas ainda passam por uma segregação interna, de acordo com a raça, etnia e classe social.

Dessa forma, a herança de quatro séculos de escravidão acrescida a uma abolição que manteve uma estrutura social e econômica discriminatória e excludente, fez com que o lugar de partida dos sujeitos fosse diferente, o que conseqüentemente determina o lugar de chegada para cada um. Além disso, todo esse processo de opressores e oprimidos, internaliza nos indivíduos e no imaginário social, sentimentos e ações que denotam superioridade para os grupos que sempre assumiram o controle, e inferioridade para aqueles que sempre estiveram submetidos aos considerados superiores. Esses sentimentos de superioridade e inferioridade originados no imaginário social a partir da perpetuação das teorias racistas do século

XIX, causam alienações que implicam na identidade do indivíduo de diversas formas. No livro *Pele Negra Máscaras Brancas*, o autor nos mostra entre tantas outras coisas, como se dá essa relação de inferioridade e superioridade e sobretudo como cada sujeito se identifica a partir do outro. Vale destacar o seguinte trecho para facilitar a compreensão:

Este racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco. Eles literalmente tentam olhar sem ver, ou ver apenas o que querem ver. Este narcisismo funciona em muitos níveis. Muitos brancos, por exemplo, investem nele, já que teoricamente preferem uma imagem de si mesmos como não racistas, embora na prática ajam freqüentemente de forma contrária. (FANON, 2008, p. 15).

Sobre a citação acima, o autor apresenta a existência do racismo em várias dimensões, como por exemplo de negro contra negro, assim como de branco contra negro. Afirma também a existência de uma falsa crença individual de não assumir-se racista, sendo que as ações e atitudes corriqueiras mostram o contrário para ambas as partes, visto que todos os sujeitos, ou pelo sentimento de inferioridade ou de superioridade assumem determinadas posturas que estão introjetadas na formação da sua identidade. Fanon (2008, p. 66), se apoiou na Psicanálise para chegar à seguinte conclusão: “o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica.” Isso justifica em partes, as construções identitárias distorcidas da realidade e que geram uma série de consequências nefastas aos indivíduos.

Ainda segundo o autor, nós devemos nos livrar das nossas barreiras e seguir caminhos de enfrentamento da realidade. Isso nos faz inferir sobre as mulheres negras que se assumem como tal, se libertam desse sentimento de inferioridade, se reconstróem a partir da ancestralidade, se reconhecem como sujeitos históricos, sociais e capazes de transformar outros sujeitos fazendo reconhecer-se sem a ilusão do espelho narcisista, mas de acordo com a realidade e com ações transformadoras que desmontam o sistema produtor de desigualdades e preconceitos.

Na identificação dessas mulheres que conseguiram encarar a realidade e retirar as máscaras brancas refletidas no espelho narcisista mencionado por Fanon, eu me incluo, assim como identifico Conceição Evaristo que saiu da condição de empregada doméstica até os vinte e cinco anos de idade para tornar-se professora e escritora renomada; Lélia Gonzalez, filha de empregada doméstica que aproveitou a

oportunidade educacional oferecida pela “Casa Grande” e se tornou professora, escritora e ativista renomada; e as irmãs Militão, que apesar das poucas oportunidades de educação formal, fizeram-se respeitar como professoras leigas e negras, possuidoras e praticantes de uma cultura ancestral e um conjunto de práticas geracionais.

Retomando a questão das oportunidades educacionais e de empregabilidade, em 1950, início do recorte temporal dessa pesquisa, a situação era a seguinte:

A taxa de alfabetização das pessoas brancas de cinco anos e mais era de 53%, enquanto a das pessoas de cor chegava apenas a 26%. No mesmo ano, 477 de cada dez mil pessoas brancas de dez anos ou mais de idade tinham alcançado um diploma de nível médio ou superior. A proporção correspondente era de 48 para o grupo de pardos e de 17 para as pessoas pretas. No referente à estrutura de emprego, 79,5% da população de cor economicamente ativa se concentrava nos setores agrícolas, de indústrias extrativas e na prestação de serviços, sendo de 65 a porcentagem correspondente à população branca. No caso das mulheres economicamente ativas, a desproporção é mais acentuada ainda. Enquanto 83% das mulheres de cor trabalhavam nesses três setores de atividade, só 57% das mulheres brancas ali se encontravam empregadas. (HASENBALG, 1988, p. 121).

Os dados acima do Censo Demográfico de 1950, citados por Hasenbalg (1998), mostram a distorção entre as oportunidades de educação e emprego entre brancos e não brancos. O autor enfatiza a desproporção ainda maior no caso das mulheres brancas e não brancas no tocante a empregabilidade. Isso nos faz inferir que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras para a formação educacional e o acesso ao mercado de trabalho em setores mais valorizados socialmente eram bem maiores. Para aquelas mulheres negras que desejavam enfrentar as barreiras do racismo, preconceitos e desigualdades em geral para alcançar a sonhada ascensão social, as trajetórias eram diversas e os caminhos tortuosos.

A profissão professor, apesar da crescente desvalorização, foi um dos caminhos que muitas mulheres negras seguiram para mudar a sua própria realidade e combater o racismo, os preconceitos e as discriminações. Segundo Gomes:

Essas mulheres negras, ao se tornarem professoras, “saíram do seu lugar”, isto é, do lugar predestinado por um pensamento machista e racista e pelas condições sócio-econômicas da maioria da população negra brasileira - o lugar da doméstica, da lavadeira, da passadeira daquela que realiza serviços gerais -, para ocuparem uma posição

que, por mais questionada que seja, ainda é vista como possuidora de status social e está relacionada a um importante instrumento: o saber. (GOMES, 1996, p. 77).

Portanto, as mulheres negras que buscavam estratégias para tornarem-se professoras, viam nessa profissão como uma forma de ascensão social, de transformação da realidade, e consciente ou inconscientemente como uma forma de enfrentar as desigualdades sociais impostas por categorias como raça, gênero e classe social. No próximo tópico, trataremos especificamente das questões de gênero e a feminização do Magistério.

2.2 Questões de gênero e a feminização do magistério

Tornar-se professora é uma ação carregada de significados que abrangem as mais diversas nuances da vida de um sujeito. Em pensar que em tempos outrora a profissão de professor era exercida com exclusividade pelo sexo masculino e que aos poucos, por fatores ainda poucos definidos pelas diversas pesquisas da área, foi sendo ocupada por mulheres, ao ponto, dessas tornarem-se maioria no exercício da profissão, é algo que merece ser analisado. Para as mulheres negras então, os empecilhos históricos e sociais foram maiores. Daí a afirmação de que Tia Lourdes e Tia Di, as irmãs Militão, se utilizaram do ofício de ensinar como ato de resistência ao racismo, preconceitos e discriminações.

Historicamente a relação entre mulher e educação foi estabelecida a partir de uma perspectiva de gênero. Isso porque socialmente foram construídos modelos que enfatizavam e enfatizam as diferenças entre feminino e masculino, provocando uma desigualdade entre os gêneros e atribuindo funções específicas para homens e outras para as mulheres, gerando uma dicotomia entre o público e o privado, conforme pontuam autores como Amâncio (1994) e Prá e Cegatti (2016). Essa dicotomia significa que as atividades puramente domésticas eram atribuições femininas, relegando às mulheres a participação na vida privada; enquanto as atribuições com cunho político, consideradas públicas, constituíam atribuições masculinas. Essa dicotomia entre público e privado também se estendeu no campo da educação e por muito tempo embasou a profissionalização do magistério feminino.

Existe um número considerável de estudos sobre a feminização do Magistério. Dentre esses estudos, vale enfatizar o livro “Mulher e Educação: a paixão pelo possível”, cuja autora é Jane Soares de Almeida. A pesquisa que originou esse livro

mostra o percurso profissional feminino no campo da educação no estado de São Paul, desde fins do século XIX, o que comparado a outros estudos, podemos inferir semelhanças em muitos outros estados brasileiros. A referida obra deixa explícito que:

Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhes foram vedados. O fato de não ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério, aureolado pelos atributos de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fizeram que a profissão rapidamente se feminizasse. (ALMEIDA, 1998, p. 23).

Apesar do ingresso das mulheres no magistério ser considerado uma conquista, devemos analisar de que forma esse acesso foi estruturado, em que e com quais condições se deu esse acesso, e ainda quais os limites estabelecidos no desenvolvimento da profissão. Segundo a autora,

[...] ser professora, representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino, esvaía-se perante a nobreza do magistério. Além disso, a professora poderia organizar suas tarefas domésticas paralelamente com o exercício do magistério, pois segundo as regulamentações vigentes, só poderia dar aulas, meio período. Isso facilitava os cuidados com o lar, marido e filhos, o que de outra forma, inviabilizaria a saída da mulher para o mercado de trabalho. (ALMEIDA, 1996, p. 74).

A citação acima demonstra que o acesso das mulheres ao magistério se deu como uma extensão das funções privadas pré-estabelecidas, o que favoreceu a manutenção de um modelo de educação patriarcal, visto que os cargos de administração eram exercidos por pessoas do sexo masculino, e fortaleceu a já falada dicotomia entre o público e o privado, uma vez que a formação e atuação das mulheres professoras eram baseadas nas suas características de feminilização inerentes às mulheres e que faziam com que somente a elas fossem atribuídas as funções de educar as crianças e cuidar da casa, marido e filhos.

Vale acrescentar que o magistério significou também uma perspectiva de vida para muitas mulheres que não se casaram e não queriam depender da família. Conforme Almeida (1998, p. 37), “a possibilidade de profissionalizar-se, via magistério

primário, era um meio de as mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver da caridade alheia”. Esse fato também é considerado uma conquista por parte das mulheres, pois mesmo se adequando ao modelo educacional pensado e planejado pelos homens, elas conseguiram a desejada liberdade e aos poucos se inserir na vida pública.

Outro aspecto importante é o fato desse atrelamento da profissionalização do magistério feminino como missão, vocação e prolongamento da maternidade ter ocasionado também a desvalorização da profissão em termos de remuneração e condições de trabalho, o que externaliza a desigualdade de gênero.

Além disso, o assistencialismo em preparar as mulheres desvalidas e órfãs para ser professora, a pouca exigência na instrução das mulheres e até a dispensa da formação na escola normal, foram fatos que não vou detalhar nessa pesquisa por não ser o objeto de pesquisa, mas que precisam ser mencionados para apontar as desigualdades de gênero e a segregação das mulheres mesmo no acesso a uma profissão que tinha reconhecimento social, apesar de todos os problemas que a circulava.

Outro ponto importante que merece ser mencionado é sobre quais mulheres alcançaram esse acesso à educação no final do século XIX e início do século XX. Na história das mulheres do Brasil e de muitos outros países, houve uma segregação interna marcada por muitas desigualdades, preconceito e discriminação, sobretudo nos quesitos de raça e classe. No campo da educação foram as mulheres brancas que tiveram direito primeiramente à instrução e a ingressar no Magistério como profissional da educação. Almeida relata que:

Para as mulheres do povo, a ausência de instrução e o trabalho pela sobrevivência sempre foram uma dura realidade. O mesmo pode ser dito a respeito de raça e, para as mulheres negras, o estigma da escravidão perdurou por muito tempo, só lhes restando os trabalhos de nível inferior e a total ausência de instrução. (ALMEIDA, 1998, p. 35).

Essa realidade fez com que muitas mulheres de classes menos abastadas, recorressem ao Magistério como forma de sobrevivência. Isso acontecia das mais variadas formas, visto que a escola normal não era uma exigência para essa iniciação profissional, e a depender do local e contexto, o favoritismo político facilitava esse ingresso.

Quanto às mulheres não brancas, a situação foi mais delicada, uma vez que o acesso à instrução foi mais difícil e tardio. No entanto, apesar das poucas referências na historiografia, é sabido da existência de mulheres negras que ingressaram no magistério e se destacaram como professoras, muitas inclusive sem a formação específica, mas que exerciam a profissão embasadas nos conhecimentos adquiridos das mais diversas formas, nas suas próprias experiências de vida, e se faziam respeitar como professoras. Entre essas tantas mulheres negras que exerceram o ofício de ensinar, ao contrário de aceitar em silêncio “o seu lugar” na realização de trabalhos braçais e domésticos, aponto Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão, Tia Lourdes e Tia Di, as irmãs Militão.

O acesso ao magistério pelas mulheres pobres e negras se dava por meio de muitas estratégias pessoais e assistencialistas. Para essas mulheres, ser professora representava uma possibilidade de ascensão social, liberdade e transformação das condições sociais e econômicas em que nasceram/viviam. Apesar desses sentidos e significados, as mulheres negras sempre enfrentaram a desigualdade e muitas vezes tiveram que se adequar em algumas situações, sobretudo de estética, aparência, comportamento, relacionamentos e outras dimensões para serem aceitas social e profissionalmente.

Além disso, o ingresso, permanência e reconhecimento das professoras negras seguiam as regras das conjunturas políticas, econômicas e sociais de cada época. Muller (1999; 2006), por meio de uma pesquisa realizada em diversos arquivos públicos, coleções particulares e hemerotecas, em busca de fotografias de professores primários no final do império e início da república, chegou à seguinte conclusão:

De início, o magistério primário poderia ser confiado a homens ou mulheres, indistintamente. Depois, a preferência recaiu sobre as mulheres, tivessem ou não ter cursado a Escola Normal. Ao longo desse período, a procedência étnica ou racial parece não ter sido um impedimento absoluto. Mais importantes eram as condutas “moralmente aceitáveis”. Ao final do processo, já nos anos 20, os padrões definidos pelas reformas educacionais para a professora primária têm uma conotação racial e étnica precisa, não só através da exigência do diploma da Escola Normal, como da exigência do “mérito”, e de que a professora pudesse apresentar um biótipo “saudável”. Em nenhum momento as regras referem-se às moças negras. No entanto, depois desta data, quase não se encontram moças escuras nas fotos de normalistas do Instituto de Educação. (MULLER, 2006, p. 9).

Sobre o relato da autora podemos inferir bastante elementos sobre a influência de gênero e raça no processo educacional do Brasil nos primeiros tempos da república. Além disso, percebemos também uma suposta tentativa de branqueamento no magistério primário, uma vez que as imagens das professoras negras se tornam escassas a partir das reformas educacionais. A autora ainda sugere que “em nenhum momento às regras referem-se às moças negras”. No entanto, ao considerarmos a existência de um “racismo cordial” no Brasil, o qual não é institucionalizado, mas estabelece as hierarquias, podemos compreender que as reformas educacionais objetivavam o branqueamento do magistério.

Na tentativa de aprofundar mais a questão do acesso das mulheres negras ao campo profissional da educação, o livro “Diploma de Brancura”, de Jerry Dávila (1970), apresenta o panorama da política social e racial no Brasil, de 1917 – 1945, evidenciando entre outras questões o que aconteceu com os professores de cor no estado do Rio de Janeiro a partir do desejo de educar o homem brasileiro seguindo um padrão civilizatório baseado em modelos advindos de outros países como os Estados Unidos.

Dávila (1970), analisou o arquivo de fotografias do fotógrafo Augusto Malta e dos anuários do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e constatou que no início do século XX havia uma grande quantidade de professores negros, o que foi mudando gradualmente, ao ponto das fotografias da década de 1930 ter uma redução drástica desses professores, os quais foram aos poucos substituídos por mulheres brancas. O autor explica que:

No caso da profissionalização do ensino, a política envolvia valores combinados de raça, classe e gênero. O quadro imaginado de professores – com efeito, o moderno quadro de professores que os reformadores educacionais criaram – era branco, feminino e de classe média. Mudanças sociais mais amplas contribuíram para a criação desse corpo de professores, inclusive gradual diminuição no número de homens procurando emprego como professores, assim como a crescente participação no mercado de trabalho de mulheres brancas de classe média. (DÁVILA, 1970, p. 148).

Podemos constatar que as reformas educacionais promovidas por brasileiros estudiosos de teorias estrangeiras que desejavam modernizar o Brasil, também contribuíram para a feminização da profissão professor. No entanto, apesar de não deixar explícito, essas reformas excluíram as pessoas de cor à medida que criaram uma imagem do profissional moderno e metas que não contemplavam as pessoas,

sobretudo as mulheres afrodescendentes. Segundo Dávila (1970, p. 194), “os reformadores viam a educação pública como a chave para a modernidade, e equiparavam modernidade à brancura”.

A pesquisa de Dávila teve como *locus*, o Rio de Janeiro, mais especificamente o Instituto de Educação. No entanto, por se tratar de uma instituição de referência para a formação de professores e pelas influências das reformas para todo o Brasil, podemos inferir que fatos semelhantes ocorreram em outros estados brasileiros, como podemos constatar com as pesquisas de Muller (2016) realizadas em Mato Grosso, Minas Gerais e no Distrito Federal. E apesar dos resultados provisórios como a própria autora afirma, constata-se o branqueamento na instrução pública durante a primeira república.

Ademais, conforme expressa Almeida (1998, p. 77), “A história do magistério primário feminino brasileiro é, principalmente, uma história de mulheres, de uma força invisível que lutou consciente e espontaneamente em defesa de suas crenças e de sua vontade”. Mulheres que lutaram para ultrapassar as barreiras do privado e assumir uma posição na vida pública; mulheres que usaram de criatividade, força e irreverência para contornar as normas de um sistema patriarcal, discriminatório e racista, e galgar um espaço com destaque social, político e econômico; mulheres que transformaram e transformam a história das suas semelhantes.

2.3 O ofício de ensinar como resistência ao racismo, preconceito e discriminação

A sociedade brasileira apresenta grandes assimetrias raciais, sociais e educacionais em suas estruturas construtivas, o que é comprovado a partir dos históricos de racismo, preconceitos diversos e muitas discriminações que percebemos no dia-a-dia e de acordo com estudos e pesquisas que se dedicam a recapitular, analisar e divulgar passagens da história que explicam a gênese, a permanência e reprodução dessas estruturas ao longo do tempo.

Paralelamente à existência dessas assimetrias, os processos de luta e resistência também existiram e existem, das mais variadas formas e estratégias. Assim, para vencer as assimetrias, os processos educativos foram utilizados como estratégias de resistência por muitos grupos minoritários. Pesquisas revelam por exemplo, que no século XIX, os negros livres não se comportavam como

escravizados e buscavam inserir as crianças negras na educação elementar como forma de afirmar a liberdade. Fonseca (2016) expõe:

Uma das formas de afirmação se dava através da inserção de crianças nas escolas de instrução elementar, que eram instituições proibidas aos escravos, mas não aos negros de condição livre. Estratégias semelhantes podem ser encontradas em diferentes períodos. Isso revela um protagonismo dos negros, indicando que estes não deixaram de contabilizar a educação como um elemento de formação e afirmação no espaço social. (FONSECA, 2016, p. 48).

Da mesma forma que educar as crianças era uma estratégia de afirmação da liberdade, portanto uma das formas de resistir ao racismo instituído, o acesso à leitura e à escrita por parte das mulheres negras, e ainda tornar-se professora, também eram estratégias de enfrentamento e oportunidade de ascensão social.

O livro “ Como Marias aprendem a ler? Mulheres e aprendizados da leitura e da escrita (séculos XIX e XX), da autora Eliane Peres, trata da importância da leitura e da escrita para a emancipação de mulheres pobres e negras que já tinham papel importante a partir dos seus saberes e experiências e que o acesso ao mundo da leitura e escrita acontece como um ato de consciência, transformação e de resistência.

A autora também aponta a desigualdade de acesso aos bens culturais na sociedade brasileira e por meio de narrativas biográficas apresenta o acesso ao mundo da leitura e escrita de mulheres negras que se tornaram conhecidas por suas escritas, como Carolina Maria de Jesus - considerada uma das primeiras e mais destacadas escritoras negras do País, autora do livro autobiográfico “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”; e Maria Clotildes de Jesus, a Vovó do drops – mulher negra, empregada doméstica, vendedora ambulante em ruas do Rio de Janeiro, tornou-se escritora aos 78 anos de idade, quando publicizou o conto *O Bracinho de Ouro e Estrelinha*, vendido primeiramente em forma mimeografada.

Tendo como exemplos, as escritoras citadas anteriormente, Peres (2021) explicita:

Para muitas mulheres, em especial as pobres, negras e trabalhadoras, o “simples” ato de escrever, de gostar de ler, de terem livros, de serem curiosas e desejarem estudar – foi e continua sendo, em muitos casos – razão suficiente para serem consideradas insanas, loucas, desvirtuosas. Considera-se, então, neste estudo, que a

persistência e a manutenção dessas práticas em suas vidas foram e continuam sendo atos de resistência. (PERES, 2021, p. 40).

Segundo Peres (2021), a leitura e a escrita são saberes, que envolvem poderes, que foram negados historicamente a muitas mulheres. Esses saberes isolados, por si só, não garantem as conquistas necessárias às mulheres, mas são fundamentais para essas conquistas. Sobre a importância desses saberes, a autora destaca:

Ler, escrever, escolarizar-se foi e é uma das formas das mulheres vencerem preconceitos, libertarem-se de situações de abandono, de violência, de opressão e a possibilidade de imporem-se socialmente e procurarem garantir outras e importantes conquistas pessoais, escolares, familiares, profissionais que, do ponto de vista coletivo, passam a ser conquistas sociais, culturais e econômicas. (PERES, 2021, p. 49).

Sobre as conquistas profissionais por meio do ler, escrever e escolarizar-se, apontamos nesse estudo o tornar-se professora. Ser professora, apesar da crescente desvalorização da profissão e da presença constante de racismo, preconceito e discriminação, foi e continua sendo uma saída para as mulheres negras galgarem prestígio, reconhecimento social e um futuro diferente dos antepassados, se distanciando por exemplo, de funções como empregadas domésticas, lavadeiras, babás, e tantas outras que as mulheres negras estavam predestinadas como única opção de inserção no mundo do trabalho.

Além da conquista profissional, o ofício de ensinar também possibilita a transformação de outros sujeitos que usufruem dos saberes, conhecimentos e experiências praticados no processo de ensino aprendizagem, fazendo com que o enfrentamento do racismo, por exemplo, seja um ato coletivo, mesmo que de forma indireta.

Sobre esse ofício de ensinar como ato de resistência, exponho as práticas educativas das irmãs Militão, de acordo com as memórias e opiniões de ex-alunos entrevistados nessa pesquisa. Segundo um entrevistado, certa vez a Tia Di, reclamando com uma aluna negra que estava dando trabalho para fazer as lições disse: “Rosa⁴, você estude porque negro tem que ter vergonha até na sola dos pés”. (SOUZA, 2022). Essa fala da professora apresenta várias interpretações possíveis, dentre elas, a consciência das dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras e a

⁴ Nome fictício pois não ocorreu contato com a personagem citada pelo entrevistado.

crença de que através da moral e da educação se alcançava o respeito e o reconhecimento.

De acordo ainda com o entrevistado, as irmãs Militão, "queriam educar para a vida, formar cidadãos para aprender a ser gente" (SOUZA, 2022). Essa expressão "aprender a ser gente", apesar de controversa, visto que já nascemos gente, pessoa humana, é muito usada sobretudo por pessoas de classes subalternas ao se referir na possibilidade de ter os direitos atendidos e oportunidades de melhorar as condições de vida. Assim, durante as entrevistas, essa expressão aparece muitas vezes, sempre em referência aos objetivos das irmãs Militão ao exercer o ofício de ensinar.

Reafirmando esse propósito das professoras pesquisadas, outro entrevistado comenta sobre a atuação e intenção das professoras:

A gente passou por situações meio complicadas. Esse meio complicada é a questão da Sabatina. Mas, é porque elas (as Irmãs Militão) tinham propósito mesmo, queriam que a gente aprendesse, que a gente procurasse através da educação ser pessoas melhores. E elas sempre tiveram essa preocupação mesmo. Isso eu carrego até hoje como um dos pontos mais positivos daquele local de ensino. (ANDRADE, 2021).

Narrativas como essa mostram que as irmãs Militão utilizaram a educação para galgarem uma profissão e também para promover transformações na vida daqueles alunos e alunas que chegavam até elas, pelos mais diversos motivos. Sobre essas transformações na vida dos sujeitos, temos ainda a seguinte narrativa de outro ex-aluno entrevistado:

Eram cuidadosas e tinham preocupação. Elas tinham preocupação, elas eram cuidadosas, elas gostavam de ensinar bem, entendeu? Elas gostavam que os alunos... saíssem dali um homem, porque elas falavam assim: "eu quero que vocês saiam daqui tudo homem, amanhã ou depois vocês virem aqui e me agradecer"... ela falava isso! (SANTOS, 2021).

E continua:

Tinha uma disciplina terrível! As bichas eram boas na disciplina. Isso aí eu aprendi lá, entendeu? Talvez se eu não tivesse estudado lá, talvez eu pudesse ser outro cara hoje...Por quê? Por conta da situação que eu vivi, que eu passei na minha vida sem pai, sem mãe, poderia hoje ser um bandido, mas eu creio que a partir que eu entrei lá, que eu que eu estudei lá, eu creio que me livrou desse caminho errado. Que elas me ensinaram o que meu pai e minha mãe não me ensinou. (SANTOS, 2021).

Nota-se na narrativa do ex-aluno o reconhecimento de que os ensinamentos das irmãs Militão foram fundamentais para a formação integral e humana dele, incluindo no ofício de ensinar valores morais e éticos, diante da situação peculiar do aluno não ter tido acesso às orientações e educação familiar necessárias na infância. Dessa forma, o tornar-se professoras por parte de Tia Di e Tia Lourdes, ia além da própria inserção social e sobrevivência, elas se preocupavam com a transformação das condições de vida dos sujeitos que frequentavam a sua escola.

Conforme já foi discutido anteriormente, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho se dava em profissões braçais, desvalorizadas e que não exigiam uma formação específica. Assim, aprender a ler e escrever eram formas de superar obstáculos em busca de inserção social, garantindo melhores condições de vida e possibilitando mudanças sociais. As irmãs Militão foram além do aprender a ler e escrever ao tornarem-se professoras. De acordo com Almeida:

O magistério possibilitava uma inserção social mais ativa e as mulheres poderiam exercer maior influência sendo professoras, havendo também a possibilidade de promover mudanças sociais, políticas e espirituais e veicular valores como uma maior igualdade social e sexual, a tolerância e a diminuição dos preconceitos, assim como a conversão religiosa entre os alunos e seus pais. (ALMEIDA, 1996, p. 71).

Ao analisarmos a afirmação da autora e compararmos no decorrer dessa pesquisa com as trajetórias das irmãs Militão, podemos reconhecer que Tia Lourdes e Tia Di se tornaram professoras, apesar de todas as limitações em termos de formação, como uma forma de sobrevivência, de inserção social, de resistência aos preconceitos, mesmo que velados. Elas se constituíram agentes de transformação social, possibilitando aprendizagens por parte de sujeitos que chegavam até elas, alguns com rótulos de indisciplina; outros por falta de oportunidade de estudos nas instituições oficiais da cidade; outros pela relação de amizade estabelecida entre as famílias e as professoras. E dessa forma, sendo professoras, transformaram-se em sujeitos históricos e possibilitaram também muitas transformações.

3 ESCOLA SANTA TEREZINHA: PARA TODOS, ESCOLA DAS MILITÃO; PARA ALGUNS, ESCOLA DA PEDRA PRETA

Baseada nas diversas memórias e relatos sobre as irmãs Militão e a Escola Santa Terezinha, essa seção é a semente e o coração dessa tese. Aqui pretendo descrever e analisar fatos relacionados à temática central da tese, a identificação da escola e a prática pedagógica das professoras pesquisadas, as irmãs Militão. Assim, digo que é a semente, o coração e o esqueleto do estudo... A semente por evidenciar a gênese historiográfica do *lócus* e dos sujeitos de pesquisa; o coração por se tratar dos diversos aspectos que relatam as trajetórias do objeto de pesquisa, caracterizando aspectos da vida que marcam, emocionam, enaltecem e nos fazem questionar o que aparece nas entrelinhas da oralidade de um povo; e o esqueleto por conduzir a outras reflexões e trajetórias de vida que se assemelham ou se distanciam das trajetórias dos sujeitos pesquisados.

Sendo assim, essa seção permite que o leitor estabeleça conexões com outros sujeitos que habitam sua memória, ou ainda que analise situações, fatos e histórias antes esquecidas e/ou invisibilizados, mas que fazem parte do repertório e itinerários de um povo.

3.1 História e memória sobre o professor leigo e a casa-escola no interior da Bahia

A atuação de professores leigos, apesar das poucas referências na história da educação brasileira, é algo constante nas memórias de muitos brasileiros, pois foi por meio desses educadores que muitos sujeitos aprenderam as primeiras habilidades relacionadas à escrita, leitura e Aritmética. Vale enfatizar desde já, que esse estudo preza pelas memórias sobre esses personagens da História da Educação, os quais deram a sua contribuição em períodos e locais negligenciados pelo Estado, o que não significa a negação da importância da formação docente para uma educação de qualidade.

Segundo Carneiro (1918, p. 40), “o fim da organização educativa jesuítica no Brasil Colônia abriu lugar para a figura do professor leigo e das aulas régias”. Portanto, desde o século XVIII, bastava ter algum nível de escolarização para se constituir professor em alguns locais e contextos. Essa situação perdurou por muitos

e muitos anos, inclusive alimentada pelos diversos contextos históricos, locais, sociais, políticos e econômicos. Segundo a referida autora,

[...] ensinar passou a ser uma função daquele que, em alguma medida, tivesse alguma escolarização. Poderíamos dizer, mesmo, que a figura deste professor está entranhada na organização da sociedade e do sistema político educacional brasileiro, pois desde então ele, o professor leigo e, depois, ela, a professora leiga, – no momento em que o magistério primário se transforma em uma ocupação eminentemente feminina – permaneceu em maior ou menor número no sistema educacional público e privado até os anos 2000 do século atual. (CARNEIRO, 1918, p. 40).

Percebe-se com a citação acima, que a atuação do professor leigo perdurou por muito tempo. Além disso, essa atuação aumentava ou diminuía a depender da região e estado, constituindo também uma questão geográfica. Levantamentos estatísticos do Ministério da Educação (MEC) entre a década de 1960 e 1970 mostram que as regiões Norte e Nordeste apresentavam maior incidência de professores leigos, sendo que o Nordeste possuía o maior número. De acordo com Carneiro,

Além de marcado geograficamente, o lugar do leigo também é definido na espacialidade, ou seja, a zona rural, embora em menor número esse professor também se encontrava na periferia urbana, e na região nordeste o número de professores leigos rurais era três vezes maior, resultado do alcance das políticas públicas de expansão da escola primária nas zonas rurais nordestinas e das dificuldades de se manter uma escola com professores habilitados em fazendas e povoados. Não é por acaso que Ceará e Bahia aparecem em 1^o e 2^o lugares, respectivamente, no cômputo geral das unidades federativas, visto que no Nordeste concentrava-se o maior número de professores leigos. (CARNEIRO, 1918, p. 42).

Retomando a citação acima, constatamos que entre as décadas de 1960 e 1970, a região Nordeste se destacava com maior número de professores leigos, e que o estado da Bahia ocupava o segundo lugar, ficando atrás apenas para o Ceará. Esses professores encontravam-se em maior número na zona rural, apesar da existência também na zona urbana.

Sobre o estado da Bahia especificamente, de acordo com o relatório do VI ENCONTRO NACIONAL DE CHEFES DO SERVIÇO DE SUPERVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, ocorrido em Alagoas e Sergipe em 1969 e apresentado pelo relator José Francisco de Sá Teles, dos 22.437 professores primários cadastrados, 10.805 não

tinham a titulação necessária, sendo, portanto, professores leigos e constituindo um percentual de 48,16%. Esse quantitativo de professores não titulados estava subdividido da seguinte forma: 147 professores tinham o ginasial completo; 505 tinham o Ginásial completo; 1.308 tinham o Ginásial incompleto; 2.896 tinham o primário completo; e 5.949 tinham o primário incompleto, totalizando assim os 10.805 professores considerados leigos e que atuavam na educação primária.

Esse número expressivo demonstra parte das dificuldades e deficiências enfrentadas pela educação primária na Bahia e nos leva a procurar saber em quais condições esses professores ingressavam no Magistério, como e onde trabalhavam. Além disso, nos faz pensar em outras situações e experiências educativas, que por vários motivos não estão registradas em nenhum relatório oficial, mas que merecem ser investigadas por meio de outras fontes.

Carneiro (1918), em sua tese intitulada “Quando a Casa é a Escola: trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia (1950-1980)”, faz uma contextualização das condições de vida e trabalho de professoras leigas de duas cidades do interior da Bahia. Sobre o ingresso no Magistério e a criação das escolas na zona rural, a autora informa o seguinte:

Em nosso estado, a escola primária chegava até a zona rural através de pessoas influentes dos municípios, que tinham algum conhecimento na capital do Estado e conseguiam viabilizar essa escola. Não exatamente a construção do prédio, mas a existência da escola por meio da nomeação de uma professora que iria ensinar em uma casa de fazenda, em um salão alugado em alguma vila, ou inclusive em uma casa alugada para abrigar tanto a própria professora, quando esta vinha de outra cidade, quanto a escola em que ela iria trabalhar. Também a escola passou a existir na residência da professora, sem que esta recebesse nada mais pelo espaço de sua casa utilizado para tal finalidade. (CARNEIRO, 1918, p. 42).

De acordo com o que Carneiro apresenta em sua pesquisa, podemos constatar a precariedade dos espaços que serviam de escola, uma vez que eles eram improvisados a partir da contratação da professora, podendo ser uma casa, um salão, qualquer espaço disponível no local. Acrescenta ainda que muitas vezes essa casa-escola também abrigava a professora quando vinha de outro lugar, ou ainda a própria casa da professora se tornava a escola e, portanto, o seu local de trabalho.

Sobre essa última situação em que a casa da professora se tornava a escola é que vamos tratar no próximo tópico. Adianto que situações semelhantes à da zona rural aconteciam também na zona urbana, mesmo sendo em menor número em

termos oficiais. Digo em termos oficiais, porque é sabido através de fontes orais da existência de muitas casas-escola funcionando na zona urbana por meio de iniciativa privada, ou seja, pessoas que tinham algum nível de escolarização começavam a ministrar aulas na própria residência para públicos diversos, conforme veremos sobre a Escola das Militão.

3.2 Senhor do Bonfim-BA e a Escola das irmãs Militão: uma história para memoriar

Em fevereiro de 1985 (um mil novecentos e oitenta e cinco), eu estava às vésperas de completar meus 9(nove) anos de idade, nascida e sendo criada em Pindobaçu-BA, quando tomei conhecimento da possibilidade de morar na cidade de Senhor do Bonfim-BA, fazendo companhia a uma tia de consideração, que tinha sido esposa de um tio biológico a quem nunca conheci...

Senhor do Bonfim, localizada no centro norte baiano, apesar de estar a aproximadamente 375 km da capital baiana Salvador, configurava centro de referência na microrregião se destacando nos aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e educacionais. De todos os aspectos, o educacional e o social alimentavam o meu imaginário infantil e eu visualizava grandes sonhos e desejos apesar da pouca idade.

Sobre essa referência regional do município de Senhor do Bonfim, o livro *Bonfim, Terra do Bom Começo*, de autoria de Adolpho Silva, publicado em 1971, apresenta com detalhes como ocorreu o início desse município que de Arraial de Senhor do Bonfim da Tapera, tornou-se Vila Nova da Rainha e em 1943, por meio do decreto nº 140, tornou-se o município de Senhor do Bonfim, cujo nome é uma homenagem ao padroeiro do lugar, que se estendeu da capital Salvador ao interior, seguindo tradições portuguesas da Igreja Católica. Ainda nesse livro encontramos detalhes sobre como se deu a oferta educacional nesse município a começar pela mensagem de Dom Marcos de Noronha Brito, Conde dos Arcos, ao determinar que “interessa ao real serviço de S. Alteza a boa educação da mocidade, proveniente do progresso das letras e a sisuda aplicação delas” (SILVA, 1970, p. 50). Essa mensagem foi divulgada a partir da promulgação de decreto instituindo a cadeira de primeiras letras na Vila Nova da Rainha de Senhor do Bonfim, em 1815.

Ainda de acordo com o livro de Adolfo Silva, anos depois foram criadas algumas escolas, no entanto mais de um século depois, não só no já então município

de Senhor do Bonfim, mas em todo o estado da Bahia, o processo educacional encontrava-se estagnado demonstrando pouco ou nenhum investimento por parte do governo. O livro também relata algumas iniciativas de organizações particulares, que por essa natureza não agregavam toda a população, mas apenas uma pequena parte dela, provavelmente os filhos de famílias mais abastadas.

Somente em 1936, através da instituição do Bispado e a consequente influência da Igreja Católica na educação local, os governos estadual e municipal foram impulsionados a ampliar a oferta de ensino de modo que:

Em 1950 se contavam na cidade e no município, 89 escolas de ensino primário, com 3.467 alunos; e em 1966, 113 escolas com 4.767 alunos, das quais 62 na cidade com 3.250 alunos, e 51 no interior do município, com 1.517 alunos. Em paralelo, a população estudantil nos colégios e ginásios, cresceu igualmente, verificando-se em 1968 a existência de 1.081 alunos secundários, distribuídos em 4 (quatro) estabelecimentos de ensino ginásial, normal e técnico (SILVA, 1970, p. 52).

Com esses dados, pode-se perceber que o processo educacional local era crescente, sobretudo no tocante aos ensinamentos ginásial, normal e técnico. Mas, e quanto ao ensino das primeiras letras e o ensino primário, como era a oferta na época? Assim como no livro Bonfim, Terra do Bom Começo, nenhuma outra fonte escrita que identifique e caracterize esse tipo de ensino foi encontrada, apesar das poucas menções da existência de algumas escolas públicas de primeiras letras.

No entanto, por meio de fontes orais é sabido como se deu essa oferta para uma grande parte da população, aquela que não tinha acesso às instituições formais de educação. Uma estratégia recorrente para os filhos das classes populares eram as aulas particulares ou aulas de banca, o que se pode inferir pela existência de várias casas-escola, conduzidas por professores e professoras leigas, que atendiam a crianças e jovens em diferentes idades e séries, e que por isso eram chamadas de classes multisseriadas.

Investigar a existência e funcionamento das escolas de Senhor do Bonfim, independente do segmento de ensino, não constitui objeto desse estudo. A menção foi feita para introduzir a seção que trata do funcionamento de uma casa-escola pertencente a duas irmãs, professoras leigas e negras que estão presentes na História da Educação de Senhor do Bonfim, diante do tempo de funcionamento da casa-escola que conduziam, do grande número de estudantes que estudaram nessa

casa-escola e ainda por peculiaridades de suas práticas educativas. Essas mulheres, possuidoras de grande notoriedade devido às diversas atuações, conhecidas como irmãs Militão, proprietárias da “Escola das Militão”, como era popularmente conhecida, constituem objeto de estudo dessa pesquisa.

Eu, como pesquisadora e me colocando no lugar de participante da pesquisa, lembro-me fielmente da imagem de uma dessas mulheres na janela de sua casa, abençoando indiscriminadamente todas as pessoas que passavam em frente. De início não conhecia a sua história. No entanto, ao iniciar o curso de Magistério no ano de 1991, a discussão sobre a prática das irmãs Militão sempre vinha à tona durante as aulas de Didática, Prática de Ensino e outros componentes curriculares pedagógicos.

Essa referência constante ocorria devido à popularidade e sociabilidade das irmãs Militão, sobretudo como professoras rígidas, respeitadas pelos pais e temidas pelos estudantes. Eram conhecidas pelo uso da palmatória e diversos castigos como estratégia de ensino e punições disciplinares. Mas além dessa rigidez, muitos outros saberes e práticas tornaram as irmãs Militão como personagens da história bonfinense, para muitos, uma verdadeira lenda.

3.3 Quem não aprendesse com as irmãs Militão, não aprenderia com mais ninguém

Quando se trata de história da educação, e especificamente de professores leigos que atuaram na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1950 - 1980, em Senhor do Bonfim, município localizado no centro norte da Bahia, a Escola das Militão surge nas memórias de muitos cidadãos bonfinenses, assim como as práticas educativas dessas mulheres negras e professoras leigas.

Diante da falta de escolas públicas com vagas suficientes para atender às camadas populares, a existência das casas-escola no município de Senhor do Bonfim era algo comum. Por serem bastante humildes e oriundas também de casas-escola, as irmãs Militão, após o falecimento do provedor da família e diante da escassez de recursos financeiros, resolveram transformar a própria residência em uma casa-escola, conforme consta no trabalho de Peixoto:

Ela surge primeiramente com o objetivo de ser mais um meio de sustento da família Militão, devido à falta de recursos financeiros que fora provocada pela morte do chefe da família e a criação da casa-escola foi a única alternativa de ocupação remunerada, aconselhável para duas moças humildes e de boa família, mas com baixa escolaridade. A fundação da Escola Santa Terezinha, ao longo do tempo foi assumindo uma importância para a educação de Senhor do Bonfim, que chegou muito além do que uma mera fonte de renda para a família das suas fundadoras. Ela aos poucos passou a atender uma clientela muito diversificada da que a maioria das casas-escolas acolhia. Sua demanda advinha de diversas famílias e classes sociais, eram filhos de famílias ricas, bem como de núcleos familiares paupérrimos, sendo que, os primeiros estavam ali devido à inadequação disciplinar e pedagógica às estruturas de ensino ao qual o poder financeiro de suas famílias podiam lhes garantir. (PEIXOTO, 2014, p. 24).

No entanto, de acordo com o relato acima, a Escola Santa Terezinha tinha um diferencial em relação a tantas outras que existiram no município de Senhor do Bonfim. Havia uma diversificação no tocante a origem social dos estudantes, tendo alunos oriundos de famílias pobres e outros de famílias mais abastadas. Essa diversificação acontecia por diversos fatores, dentre eles: devido a credibilidade da escola por muitos pais e responsáveis; devido ao mal comportamento de alguns alunos, que não eram aceitos nos estabelecimentos oficiais de ensino e os pais viam na escola das Militão como o único meio dos filhos aprenderem a ler, a escrever e a contar; devido ao método rígido, com uso da palmatória e outros castigos físicos, que muitos acreditavam ser a solução para a aprendizagem. Dessa forma, no imaginário social dessas famílias, quem não aprendesse a ler com as irmãs Militão, não aprenderia com mais ninguém...

Aprender a ler, escrever e contar, ou especificando mais ainda essa última habilidade, aprender a tabuada, era um interesse semelhante para muitas famílias bonfinenses, independente das características físicas, etárias, econômicas, sociais ou culturais. E para muitos moradores de Senhor do Bonfim (BA), esse interesse foi atendido através da atuação das conhecidas irmãs Militão como professoras em sua conhecida casa-escola.

De acordo com um entrevistado, o interesse das famílias ia além do aprender a ler e escrever, sobretudo quando os filhos eram indisciplinados. Ele diz:

Sabiam (os familiares) que elas iam dar uma correção, para o cara amanhã ou depois ser alguém na vida, entendeu? Era isso. O intuito das famílias colocar os filhos lá, é porque, às vezes, eles não tinham

a capacidade de querer formar um caráter de um filho, às vezes o pai e a mãe não tinham, porque o filho era capetinha... às vezes falta de sabedoria... eu não sei o que era que acontecia, falta de conversar com os filhos e colocava lá, para ver se elas...Passava essa responsabilidade que é do pai e da mãe, passava a elas. (SOUZA, 2021)

As irmãs Militão montaram a estrutura de funcionamento de sua casa-escola tomando como base o modelo em que também aprenderam a ler e escrever, ou seja, em casas-escolas com outras professoras, também leigas, que se valiam de castigos físicos para ensinar e manter a disciplina dos alunos, conforme Tia Lourdes menciona na entrevista concedida em 1998 ao radialista Tito Rocha.

Complementando e dando características próprias ao modelo pedagógico das irmãs Militão estavam os diversos saberes inerentes às suas vivências como mulheres atuantes e possuidoras de saberes, crenças e habilidades que iam do ler e escrever, aos afazeres domésticos, rituais religiosos e comemorações culturais, que, de acordo com Tardif podemos classificar da seguinte forma:

Os professores, em suas atividades profissionais se apoiam em diversas formas de saberes: o saber curricular, proveniente dos programas e dos manuais escolares; o saber disciplinar, que constitui o conteúdo das matérias ensinadas na escola; o saber da formação profissional, adquirido por ocasião da formação inicial ou contínua, o saber experiencial, oriundo da prática da profissão, e, enfim, o saber cultural, herdado da sua trajetória de vida e de sua pertença a uma cultura particular, que eles partilham em maior ou menor graus com os alunos. (TARDIF, 2012, p. 297).

De acordo com essa classificação de saberes e considerando que as irmãs Militão eram professoras leigas, podemos inferir que a base de suas práticas pedagógicas estava nos saberes disciplinar, experiencial e cultural. No entanto, há relatos que as professoras seguiam os conteúdos exigidos para os testes de admissão da época, o que também nos faz inferir que tinham acesso aos programas e manuais escolares, mesmo que fosse na informalidade, através da rede de contatos com algumas professoras normalistas da época.

Ao questionar uma entrevistada sobre os componentes curriculares ministrados pelas professoras Tia Di e Tia Lourdes, além dos sempre mencionados Português e Matemática, a mesma respondeu o seguinte:

[...] disciplina de História, Geografia... os mesmos que tinham no estado. Só História, Geografia e Ciências. E boas maneiras era oral...Elas davam todos os dias... os meninos tinham que ir limpos de unhas cortadas e limpas e de ouvidos limpos, porque os meninos que chegassem lá sujos, elas davam banho... E era banho no tanque, que elas não tinham água de chuveiro... Elas faziam isso. (SANTANA, 2021).

Por essa fala, percebemos que as professoras trabalhavam com os componentes curriculares ensinados pelos estabelecimentos oficiais e acrescentavam na prática escolar e educativa, o que consideravam importante para viver em sociedade, como por exemplo a higiene corporal, valores morais e religiosos.

Sobre a rede de contatos que mantinham com algumas professoras normalistas da cidade de Senhor do Bonfim, além da amizade existia uma preocupação e zelo pela qualidade do ensino ofertado pelas irmãs Militão, conforme Tia Lourdes expressa na referida entrevista concedida em 1998 ao radialista da rádio AM de Senhor do Bonfim. Ao ser questionada sobre porque convidava professores da rede estadual e privada para aplicar e assistir aos exames de final de semestre, ela respondeu:

Mostrar para a comunidade a qualidade do nosso método, bem como ouvir das professoras convidadas alguma coisa que poderia está escapando às nossas vistas, por conta do convívio que uma pessoa de fora não deixaria escapar, assim poderia sanar alguma falha no aluno antes deles ser matriculado no ginásio. (PEIXOTO, 2014, p. 75).

A conhecida rigidez e disciplina severa das irmãs Militão motivaram algumas pessoas a apelidarem a Escola Santa Terezinha, conhecida por todos como Escola das Militão, a ser chamada por alguns sujeitos, de Escola da Pedra Preta, nome dado em analogia a um presídio estadual que existia na capital Salvador. Esse fato já demonstra o nível de rigidez existente no processo de ensino e aprendizagem. Essa rigidez é uma constante nas narrativas dos entrevistados e colaboradores. Vejamos algumas narrativas sobre os castigos usados na Escola das Militão:

Não vou mentir para você, coisas boas, não tem! Vou falar o que realmente era mesmo não era coisas boas, não era mesmo era o quê: à palmatória, não esqueça disso, se não soubesse levava palmatória nas mãos, se tirasse as mãos levava nas costas, nas pernas, era assim! A palmatória, a espessura era bem grossa mesmo! (PEREIRA, 2022).

Tinha joelho no milho e o famoso quarto escuro. Era um quarto que tinha lá, que não tinha iluminação nenhuma, lá não tinha iluminação

artificial e natural também nenhuma, e quando algum cometia alguma coisa que fosse exagerado no pensamento delas, ficava nesse quarto escuro. (ANDRADE, 2021).

De acordo com os entrevistados, a prática de castigos era conhecida pelos pais ou responsáveis e tinha inclusive o consentimento das famílias. Da mesma forma que muitos usavam essa característica da prática das professoras, apenas para ameaçar os filhos, mas nunca os matriculavam lá, fazendo com que alguns fatos narrados sejam frutos do imaginário social, baseado em comentários de sujeitos alheios ao processo.

Sobre como essas memórias se firmaram de forma coletiva, Andrade (2021) retoma memórias como ex-aluno e emite sua opinião, fazendo-nos inferir que as práticas das irmãs Militão adentraram na subjetividade dos moradores e cada um compreendia e utilizava da forma que convinha, inclusive para ameaçar os filhos, sem saber ao certo em que situações os castigos eram usados e desprezando os aspectos amoroso, sério, cuidadoso e comprometido que norteavam o funcionamento da escola. Vejamos o que diz o entrevistado:

A famosa Sabatina que era o "carro-chefe", digamos assim. Uma denominação que o pessoal fazia: "se você não melhorar, vou lhe levar para as Militão". E aí todo mundo já tinha medo, tinha essa coisa, esse dito do pessoal daqui de Bonfim. Hoje eu acho que é uma coisa muito pesada muito criminosa, talvez porque era uma escola de menino danado e aí elas "botavam no eixo", como diziam os mais velhos. Por isso que ficou essa marca e o pessoal dizia, sempre o pai e mãe "se continuar desse jeito vou botar nas Militão" aí parece que o pessoal melhorava um pouquinho e ficava nas escolas que estavam mesmo. (ANDRADE, 2021).

Dessa forma, as irmãs Militão tornaram-se conhecidas na região e sobrevivem nas memórias dos moradores, entre outros aspectos por ter como característica principal a utilização de um método de ensino muito rígido, pautado na memorização, reprodução e disciplina severa com os alunos, entre outras especificidades ligadas às trajetórias de vida das professoras que merecem ser visibilizadas para evidenciar a contribuição dessas mulheres para a sociedade, além da conhecida rigidez e castigos.

A conhecida postura das professoras fazia com que os pais de alunos que demonstravam pouco interesse pelos estudos, que apresentavam dificuldades em ler, escrever e no domínio das quatro operações, além de problemas de mal

comportamento, entre outros, recorressem à Escola das Militão como única e última tentativa de fazer o filho estudar e aprender conhecimentos básicos para a vida da época. Sobre o consentimento dos pais, Pereira (2022) apresenta:

A gente falava para os meus pais. Para eles, isso aí (castigo) era normal... naquele tempo né? Porque tinha o pai e tinha mãe, e os professores era como se fosse da família, como se fosse também. E ensinava, botava tudo em ordem... o estudo. E para o meu pai era uma coisa muito boa, coisa boa não, era assim, era uma coisa normal, normal. Porque elas já tinham...Eram conhecidas em Bonfim como professoras bem rígidas. Duas professoras negras, bem rígidas mesmo, bem conhecidas. Pra meu pai, aquilo ali era tudo, para ele. Quando a gente falava que levava...Que você sabe! Ficava hematoma, não tinha como não ficar, né!? A gente chegava com as mãos vermelhas em casa e meu pai perguntava: "Tá vendo aí Ó! Tem que ser assim mesmo! Tem que estudar!" É... desse jeito!

Percebemos pela narrativa de Pereira (2022), que os pais conheciam e consentiam o método de ensino das professoras se utilizando de castigos físicos para manter a ordem, a disciplina e a rotina de estudos. Além disso, acrescenta que as professoras eram vistas como membros da família, e, portanto, estavam autorizadas a agir conforme achavam necessário

Como professoras leigas, ou seja, não tinham a formação específica para atuar no Magistério, as irmãs Militão, segundo as narrativas, não deixavam a desejar quanto aos conteúdos curriculares, disciplina e orientações para a vida em geral, sendo consideradas por muitos como autodidatas por dominarem conteúdos sobretudo de Língua Portuguesa e Matemática.

A prática pedagógica das professoras era baseada no modelo tradicional e priorizava sobretudo a memorização e reprodução dos conteúdos. De acordo com o entrevistado Edeil Reis do Espírito Santo:

[...] era um processo educacional bastante tradicional, bem dentro do método jesuítico catequético. Elas tinham uma atenção com a caligrafia. Naquele tempo, todo mundo tinha que ter letra boa, né? Tinha que ter letra boa, naquela questão da caligrafia era uma atenção muito grande delas, uma questão da escola jesuítica catequética mesmo, bem tradicional, bem centralizada em ler, escrever e contar e ler era entendido como decodificação, é a base da época né? (ESPÍRITO SANTO, 2021).

A entrevistada Evanete Santana relembra como as professoras faziam para verificar se os alunos reconheciam as letras do alfabeto:

[...] uma coisa que eu acho muito engraçado, que eu tenho muita recordação, é que na hora delas ensinarem o abc aos meninos... eu acho isso interessante. Ela pegava um papel, dobrava assim... (demonstração da dobradura e corte) - fazia aqui um burquinho, "vamos! Que letra é essa? Essa? Essa? Essa? Nos primeiros dias era a,b,c,d,e,f,g, era em sequência... passavam uns dias, o menino tinha que dizer alternado; depois juntar as sílabas, juntar as letras para formar as sílabas e aí ia soletrar, o método da soletração. (SANTANA, 2021).

A entrevistada Glória da Paz relembra outra prática de leitura usada na Escola das Militão:

No ABC e na cartilha tinha que recordar. Você tinha que dar e recordar a lição. Ainda tinha mais assim: você só passava de uma lição para outra, se você lesse de carreirinha, ou seja, sem gaguejar e sem soletrar, porque tinha soletração. Então você aprendia, soletrava e lia por extenso como se chamava na época. (PAZ, 2021).

No geral, as narrativas dos entrevistados, ora se repetem, ora aparecem mais detalhadas, ora apresentam controvérsias. Isso acontece devido ao funcionamento das memórias dos sujeitos, que por diversas razões são afloradas ou esquecidas. Porém, ao analisar cada fonte, percebemos que diante do longo período de duração da escola, as práticas também mudavam com o passar do tempo, fazendo com que alunos mais antigos narrem fatos controversos aos mais novos. Para exemplificar essa situação temos que alunos mais antigos se recordam de ter o dia da semana que eram orientados a escrever com a mão esquerda, sob o argumento de que se acontecesse algo com quem era destro, deveria saber escrever com a mão esquerda. Essa memória não aparece nas narrativas de ex-alunos mais novos, assim como outras envolvendo os castigos com joelhos no milho, o quarto escuro e tantas outras situações.

Dentre as práticas e métodos que aparecem em todas as entrevistas, podemos enumerar o uso da tabuada, as sabatinas com uso de palmatória, resolver operações matemáticas na lousa, exercícios de caligrafia, ditado, escrever redação, leitura das letras do alfabeto alternadas, soletração das sílabas e palavras e a hora da lição que consistia em ler individualmente para as professoras.

Além dessas práticas aparecem também nas entrevistas, uma preocupação com a higiene corporal dos alunos, tendo inclusive o momento da revista e banhos no

quintal dados pelas professoras naqueles alunos, cuja higiene deixava a desejar na observação das professoras.

As professoras, irmãs Militão, Tia Lourdes e Tia Di, mantêm-se vivas nas memórias de moradores, ex-alunos e conhecidos, por motivos que vão desde a rígida disciplina e castigos físicos, ao amor, compromisso e respeito presentes no processo de ensino-aprendizagem e nas relações cotidianas em geral, além dos ritos e práticas tradicionais reproduzidas por essas mulheres que contribuíram com a manutenção de crenças, tradições e a cultura local.

3.4 A Escola Santa Terezinha: fragmentos da cultura escolar e da cultura material da casa-escola das Militão

A Escola das Militão, apesar da falta de documentos que comprovem a autorização de funcionamento pelos órgãos competentes, tinha um nome oficial conhecido por poucos entrevistados e colaboradores dessa pesquisa. O nome era Escola Santa Terezinha, nome esse que podemos considerar como mais uma demonstração da religiosidade das moradoras, proprietárias e professoras, pois segundo a entrevistada Santana (2021), “o nome da escola era Santa Terezinha, que era a santa de devoção delas”.

Porém, a escola teve como nome legítimo e reconhecido por toda a população, o sobrenome das professoras: Escola das Militão. Além de maior ênfase e popularidade, essa nomenclatura fazia com que nem todos diferenciavam qual das duas irmãs se referiam em determinada situação, exceto por aqueles que lá frequentavam assiduamente. Conforme narra o entrevistado Edeíl Reis do Espírito Santo:

Elas eram muito respeitadas. Apesar de tanto para o mal quanto para o bem... Muita gente diz: “ah eu fugi da escola por causa da Lourdes” mas era também por causa da Lourdes e da Di, que elas eram Militão como todo mundo falava, aí generalizava... Ninguém falava a Di, dizem as Militão, né? Tanto que você não vê ... dificilmente você vê alguém dizer as irmãs Militão... Generalizavam! Era uma massa homogênea: as Militão! Às vezes alguns ainda chamam as irmãs Militão outros diziam fulano estudou nas Militão. (ESPÍRITO SANTO, 2021).

De acordo com o entrevistado o nome Militão era usado para identificar a escola, no entanto quando se tratava das professoras nem sempre era possível identificar ou diferenciar se estavam se referindo a Tia Lourdes ou a Tia Di, pois havia

uma unificação das duas irmãs por meio do nome Militão, dificultando relacionar as ações a cada uma das professoras.

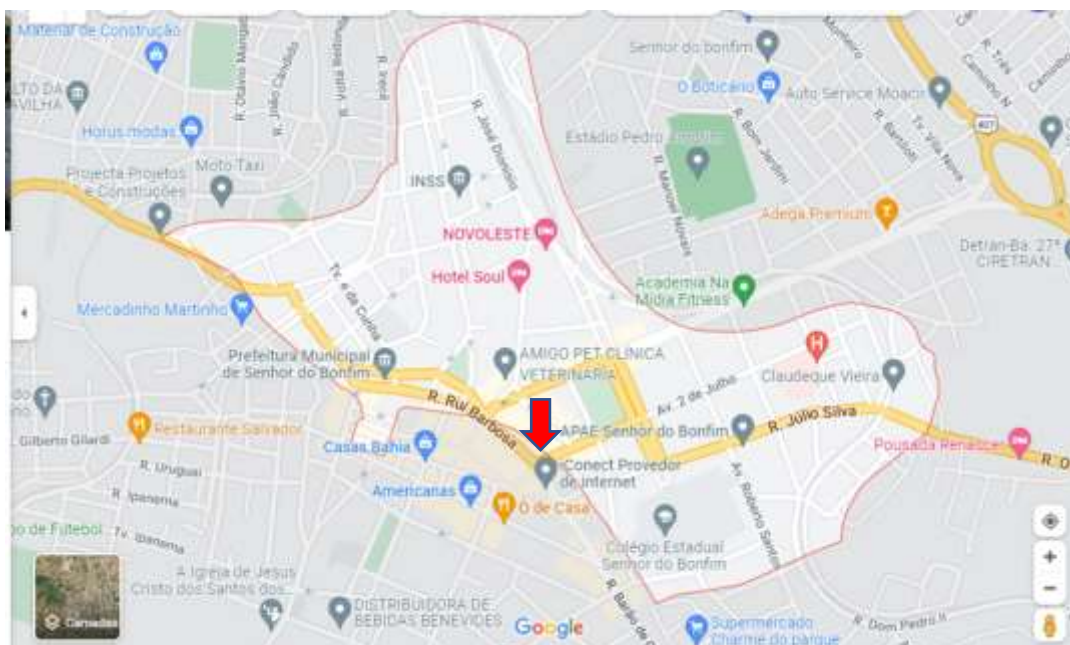
Figura 6: Irmãs Militão em frente à Escola Santa Terezinha (1970)



Fonte: Foto adquirida por meio da rede social Facebook, sem autoria identificada

A casa-escola era localizada no centro da cidade, mais precisamente na Rua Rui Barbosa, nº 90, no centro da cidade onde atualmente é o Supermercado Rodrigues e antigo Supermercado Andorinha. Segue mapa evidenciando o centro da cidade de Senhor do Bonfim, onde é possível identificar a rua onde residiam e trabalhavam as Irmãs Militão:

Figura 7: Mapa do centro da cidade de Senhor do Bonfim-Bahia



Fonte: Google Maps

A Escola Santa Terezinha era uma casa residencial de poucos cômodos e aparência rústica e simples, destoando inclusive das demais casas da rua. Tinha um grande quintal nos fundos com árvores frutíferas, lembrado por todos os colaboradores da pesquisa com sinais de saudades. De acordo com depoimentos sobre a composição do núcleo familiar das irmãs Militão antes da criação da escola, podemos deduzir que a casa foi herança de família visto que moravam no mesmo local desde crianças, sob a responsabilidade dos pais.

De acordo com as fontes pesquisadas, a escola foi fundada na década de 1950, mais precisamente no ano de 1952 e funcionou até o final da década de 1980 e início da década de 1990, sendo que o ano específico não foi confirmado pelas fontes. No entanto, de acordo com as fontes, o período de funcionamento da escola nos dá a certeza de quanto tempo existiu e, portanto, da ação duradoura e significativa das irmãs Militão como professoras, além de outros aspectos que contribuíram para que essas mulheres sejam inesquecíveis para grande parte da população local, aspectos esses que se sobrepõem ao funcionamento da casa-escola e se espalha por todas as vivências e experiências de Tia Lourdes e Tia Di.

Sobre a estrutura física da Escola das Militão, tratava-se de uma construção simples para fins residenciais, mas que devido a finalidade educacional que lhe foi atribuída, ganhou características de uma escola, não pelo espaço físico, mas pela

presença do mobiliário e objetos semelhantes aos dos estabelecimentos de ensino. A seguir, apresentamos a estrutura física da Escola Santa Terezinha, conforme a descrição feita por Peixoto (2014):

Era uma pequena casa construída com paredes de adobe e coberta com telhas de barro rústico, bem ao estilo das construções do início do século XX, com paredes caiadas na cor amarela ou branca e um rodapé em vermelho. Possuía um conjunto de quatro janelas em madeira de umburanas, separadas em pares por uma porta frontal. Havia ainda dois quartos que serviam de alojamento para as mestras e sua mãe, duas salas onde funcionavam as classes diuturnamente e a cozinha, contando também, com um banheiro que apesar de ser bastante asseado, possuía uma latrina com as chamadas fossas negras e um quintal bem amplo, repleto de árvores frutíferas. O piso era de cimento em tom vermelho e a cozinha contava com um compartimento de abertura ampla para o quintal, onde funcionava um belo fogão a lenha. Um pouco afastado ficavam os potes com água e na sala um filtro com uma bandeja de copos coberta com panos alvíssimos. A mobília era bastante simples e rústica. (PEIXOTO, 2014, p. 28).

Na descrição acima, percebemos apenas características de uma casa residencial simples, comum e que o autor faz questão de enfatizar a higiene do ambiente, usando adjetivos como asseado ao se referir ao banheiro, e alvíssimos ao se referir aos panos que cobriam os copos.

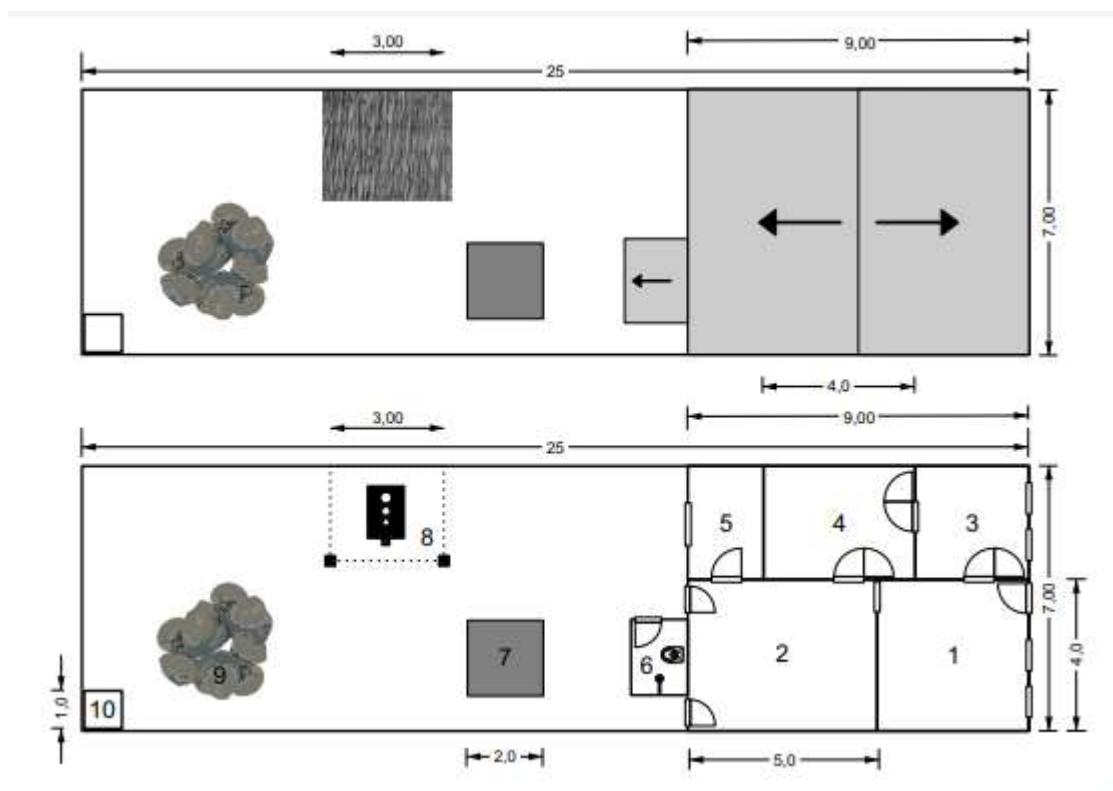
Podemos inferir que tais características agregavam valor ao espaço e conseqüentemente às pessoas que geriam o mesmo, qualificando ainda mais a função que exerciam de educar, pelo fato de demonstrarem zelo e organização no ambiente. Além disso, devemos considerar que apesar de ser uma residência, o ambiente tinha em suas peculiaridades, características e signos que explicitavam e justificavam as ações educativas que aconteciam naquele local.

Tudo era organizado de forma que as intenções culturais e pedagógicas fossem percebidas por aqueles que ali frequentavam, constituindo a arquitetura da escola das irmãs Militão. Segundo Escolano (2001, p. 33), a arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico, não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social. Assim, a localização e a organização da escola Santa Terezinha estavam intrínsecas às atividades que ocorriam ali.

De acordo com as descrições feitas pelos entrevistados, elaboramos uma planta baixa da casa-escola das Irmãs Militão na intenção de materializar o espaço

de acordo com algumas memórias e possibilitar que o leitor tenha a percepção visual ou rememore o espaço em questão.

Figura 8: Planta Baixa da Escola das Militão



FONTE: Desenho feito por Rodrigo Nunes da Silva, a partir das descrições de colaboradores e entrevistados.

Legenda:

1. Primeira sala
2. Segunda sala
3. Primeiro Quarto
4. Segundo Quarto
5. Dispensa
6. Sanitário
7. Reservatório de água (tanque)
8. Fogão a Lenha (cobertura de palha)
9. Lagedo (pedras)
10. Fossa

De acordo com a planta apresentada, podemos perceber que a Escola das Militão era uma casa residencial, conforme as narrativas dos entrevistados e memórias dos colaboradores em geral. Nas narrativas aparecem divergências quanto ao número de quartos, onde alguns entrevistados recordaram-se de dois quartos e outros de três. Alguns também mencionaram a existência de uma dispensa, o que pode ter confundido alguns ex-alunos ao imaginar como mais um quarto.

Outro detalhe quanto a arquitetura da casa-escola é que ex-alunos e colaboradores que rememoraram os primeiros anos da escola, identificam o sanitário como apenas uma fossa no fundo do quintal com tábuas na superfície para o apoio dos usuários no momento de fazer as necessidades fisiológicas. Outros que tiveram contato até o final da vida das irmãs Militão, rememoram um sanitário simples, porém mais próximo dos outros cômodos, conforme a planta baixa ilustrada. Diante das divergências, podemos inferir que o sanitário foi a única parte da casa que passou por uma transformação não muito significativa em termos de qualidade, ao longo dos anos de funcionamento da casa-escola.

Ainda sobre a espacialização da casa-escola das irmãs Militão e de acordo com a citação que segue, o ambiente ganha características escolares por conta da existência e disposição do mobiliário.

Na primeira sala, encontravam-se carteiras individuais e duplas, dispostas em fila indiana e logo à frente, um grande quadro negro apoiado sobre um grande baú de madeira ao lado da carteira da mestra. Sem esquecer uma velha cadeira de balanço usada por mãe Didi situada na entrada da casa, onde, de lá controlava a chegada e a saída dos meninos e meninas. (PEIXOTO, 2014, p. 28).

Na descrição da segunda sala, por conta dos utensílios e mobiliários em geral, percebemos a mistura de características entre uma casa residencial e ao mesmo tempo uma escola, da mesma forma que podemos inferir sobre alguns hábitos e crenças religiosas das irmãs Militão.

A casa tinha um altar com imagens dos santos que as irmãs eram devotas. A grande religiosidade de Tia Lourdes e Tia Di Ihes conferiam adjetivos de mulheres dignas, respeitadas e de moral inabalável, conforme trataremos na próxima seção. Segue a descrição da segunda sala da casa pelo olhar de Peixoto:

A segunda sala era organizada da seguinte forma: possuía uma grande mesa servida de compridos bancos e tamboretas, e um pouco mais afastado uma pequena mesa assistida por um caixote, que era utilizada pelas mestras para tomar a lição dos alunos. Alguns desses alunos afirmavam que a mobília era muito desconfortável, mas evitavam reclamar por medo do castigo. Facilmente se encontravam nessas salas, outras mobílias que faziam parte da vida doméstica da casa, bem como o rádio, o televisor, as cristaleiras, tripés de panelas, porta-retratos e um pequeno altar com as imagens de sua devoção. (PEIXOTO, 2014, p. 29).

Em relação aos horários das atividades da escola, sabemos que funcionava a princípio nos turnos matutino e vespertino, e depois, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL⁵, as irmãs Militão passaram a lecionar também no turno noturno para alfabetizar alunos adultos. Sobre essa participação como professoras do MOBRAL, de acordo com as fontes, Maria Floripes Militão, chegou a estudar durante todo o ano de 1970 no Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento para concluir o Curso Ginásial com as futuras normalistas do renomado colégio, e assim poder participar do programa de governo como alfabetizadora de adultos. Esse fato será tratado na próxima seção, de forma detalhada e por fazer parte dos processos formativos das professoras.

Retomando a rotina da escola, é interessante mencionar o cumprimento de horários de entrada e saída, de aulas e de intervalo semelhante aos estabelecimentos oficiais de ensino. Além disso, fazia parte da rotina da escola das Militão, a averiguação da higiene pessoal dos alunos, conforme Peixoto (2014) descreve sobre o funcionamento da escola no turno matutino.

Pela manhã, a porta se abria às 07 horas e 30 minutos quando iniciava a revista minuciosa das condições de higiene pessoal de cada aluno, ao término da recepção, as aulas começavam pontualmente às 08 horas e se prolongavam até 12 horas, com uma parada para a merenda às 10 horas recomeçando as atividades em classe às 10 horas e 30 minutos. (PEIXOTO, 2014, p. 29).

Em entrevista concedida por Tia Lourdes pouco antes de sua morte, ao radialista da AM de Senhor do Bonfim, ao ser questionada sobre a prática de conferir a higiene dos alunos na chegada à escola, ela respondeu que era para “averiguar o estado de higiene e se ele não traz alguma marca de casa que possa depois nos acusar de ter causado neles, se tiver comunicamos aos pais para tomarem as devidas providências ou prestarem esclarecimentos”. Nota-se nessa resposta, uma preocupação com os alunos e consigo mesma como profissional que extrapola o ato

⁵ MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização foi um programa de alfabetização de jovens e adultos instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 no governo do presidente Arthur da Costa e Silva e reformulado em 1970, pelo Decreto nº 1.124 de 8 de setembro, no Dia Internacional da Alfabetização. Vale acrescentar que esse programa de alfabetização de jovens e adultos, tinha como objetivo alfabetizar a população urbana entre 15 a 35 anos, faixa etária que atenderia a demanda por mão-de-obra; erradicar o analfabetismo e se sobressair em relação ao fracasso das campanhas de alfabetização executadas anteriormente. O MOBRAL funcionou até 1985, quando foi extinto e substituído pela Fundação Educar.

de instrução e adentra por noções básicas de higiene e respeito às crianças prevenindo contra maus tratos até mesmo por parte de familiares.

Além da atenção dada à higiene pessoal dos alunos, outros aspectos ligados à convivência social, educação doméstica, religiosidade e ludicidade também faziam parte do ofício de ensinar das professoras Tia Di e Tia Lourdes, as irmãs Militão, uma vez que essas vivências eram incorporadas no trabalho pedagógico constituindo os saberes experienciais e culturais, conforme classifica Tardif (2012).

Sobre essas vivências incorporadas no processo educativo, a entrevistada Evanete Santana diz que “elas (as irmãs Militão) queriam que a gente sentasse bem, que a gente falasse bem, que não falasse errado, tinha que saber pegar no talher. Elas comiam de mão. Mas a gente tinha que saber pegar nos talheres [risos] (SANTANA, 2021)

Percebe-se nessa narrativa que as irmãs Militão tinham conhecimentos sobre normas de etiquetas e transmitiam esses conhecimentos aos frequentadores da casa-escola. No entanto às mesmas tinham seu jeito próprio de viver, e não faziam uso de tudo que ensinavam, o que nos faz inferir que a intencionalidade de suas práticas era formar hábitos nas gerações mais jovens que por elas passavam.

A cultura escolar da Escola das Militão se apresentava muito além da casa residencial simples e do uso das punições para manter o controle e a disciplina dos alunos. Outros saberes e crenças herdadas da sociedade em geral e de estruturas familiares, o espaço e objetos diversos, além de normas de convivência constituíam a cultura escolar da Escola das Militão, uma vez que estavam incorporadas nas estratégias de ensino e nas diversas formas de aprendizagem, conforme a narrativa que segue:

Na escola, os meninos chegavam, benção tia Lourdes, benção tia Di! Bom dia ou boa tarde a quem se encontrava lá. E ali, ela abençoava, mandava passar e dizia: "sente ali, sente ali, sente ali" (apontando os lugares) e os meninos iam sentando... Uma coisa que eu acho muito engraçado, que eu tenho muita recordação, é que na hora delas ensinarem o abc aos meninos, eu acho isso interessante. (barulho de papel) Ela pegava um papel, dobrava assim... (demonstração da dobradura e corte) - fazia aqui um buraquinho, "vamos! Que letra é essa? Essa? Essa? Essa? Nos primeiros dias era a,b,c,d,e,f,g, eram em sequência... passavam uns dias, o menino tinha que dizer alternado; depois juntar as sílabas, juntar as letras para formar as sílabas e aí ia soletrar, o método da soletração. (SANTANA, 2021).

De acordo com a narrativa acima, percebemos vários elementos constituintes da cultura escolar, dentre eles, demonstração de religiosidade e respeito através do cumprimento ao chegar; controle e disciplina ao demarcar o lugar de cada aluno; e a preparação e execução do método de alfabetização. Sobre essa sequência de práticas Escolano explica que “ a cultura da escola, nessa perspectiva de análise baseada na lógica da prática, é uma cadeia de rituais interativos, imersa por sua vez, no arquipélago dos ritos, que se insere no mundo da cotidianidade” (ESCOLANO, 2017, p. 77).

Ainda sobre a prática escolar, o mesmo autor afirma que “os ritos não apenas cumpriram um papel funcional na vida das escolas, mas também uma finalidade antropológica e cultural”. Essas finalidades antropológicas e culturais são perceptíveis ao analisarmos todo o funcionamento da escola das Militão, desde a estrutura física, o mobiliário e as práticas cotidianas.

3.5 Ritos e disciplina da Escola das Militão: “escreveu não leu, o pau comeu”

A principal característica das práticas executadas na Escola das Militão era a presença de disciplina rígida no método de ensinar. Essa disciplina começava com regras estabelecidas para o convívio escolar, os ritos diários e terminava com os castigos diversos, sendo o uso da palmatória o mais conhecido e comentado por todos, inclusive por crianças e jovens que não estudavam na referida escola.

A conhecida rigidez das irmãs Militão chegou ao ponto de servir de argumentos para os pais ameaçarem os filhos que demonstravam pouco interesse nos estudos desenvolvidos em outras escolas da cidade, fazendo com que muitos se esforçassem para aprender ou melhorar o desempenho escolar, temendo em ser matriculados na Escola Santa Terezinha, conforme o comentário do usuário do Facebook CJSFS ao afirmar “[...] EU MORRIA DE MEDO DELAS,EU ACHO QUE ESTUDAVA ,PRA NAO CAIR NAS GARRAS DELAS ... OBRIGADO MEU DEUS ,POR TER MIM LIVRADO DAS IRMÃS MILITÃO.... (grafia do autor). Comentários como esse demonstram que apesar do sujeito não ter estudado com as irmãs Militão, tinha muito medo, e enfatiza isso fazendo uso de suas crenças religiosas e agradecendo a Deus por não ter estudado na escola das Militão.

Vale lembrar que apesar dos castigos físicos terem sido abolidos legalmente no século XIX, na prática, eles perduraram por longos períodos e foram motivos de

muitas discussões e divergências entre diferentes grupos sociais. Para muitos docentes e até pais de alunos, o uso de castigos era recorrente no processo de ensino-aprendizagem e na garantia da autoridade do professor. Assim, mesmo com a proibição através de documentos oficiais, muitos professores levaram essa prática adiante e ainda com o consentimento dos pais conforme a citação que segue:

Os pais utilizavam-se dos castigos corporais na educação doméstica, e entendiam a escola como uma continuação da casa, e desejavam que os professores continuassem castigando os alunos. Alguns descontentes com a intromissão do Estado em proibir os castigos nas escolas chegaram a autorizar por escrito a escola e o professor a continuar fazendo uso dos castigos corporais, entendendo que o direito dos pais em decidir a maneira como educar se sobrepõe a vontade do Estado (LEMOS, 2011, p. 633).

Diante dessa afirmativa e considerando que as casas-escola não eram estabelecimentos oficiais, podemos compreender a existência dos castigos físicos, como o uso da palmatória na rotina pedagógica da Escola das Militão em plena segunda metade do século XX.

Sobre essa prática rígida na Escola das Militão, consta na entrevista concedida por Tia Lourdes ao radialista da AM de Senhor do Bonfim, cuja transcrição se encontra nos anexos do trabalho de conclusão de Peixoto (2014), que ao ser questionada sobre possíveis desentendimentos com pais de alunos por causa dos castigos aplicados, Tia Lourdes fez a seguinte colocação:

Naquela época, a maneira de ensinar era muito diferente da de hoje. Naquele tempo os pais não ameaçavam de colocar na cadeia por castigar e dar bolos nos seus filhos. Aliás, quando os pais nos procuravam para colocarem os seus filhos em nossa escola, nós já os avisávamos dos nossos métodos – quem tiver seus filhos dengosos, não os colocassem conosco, pois o nosso lema era: “*escreveu não leu, o pau come*”. (PEIXOTO, 2014, p. 75).

Em outro momento da entrevista, ao ser questionada se os pais mesmo sendo avisados do método utilizado e dos castigos aplicados ainda matriculavam os filhos, Tia Lourdes responde:

Sim, eles sabiam que nós não maltratávamos os seus filhos. Não! Nós os educávamos e os meus meninos sabia que “tia” Lourdes e “tia” Di castigavam, davam bolos de palmatória e os deixava presos, porque esta, era a nossa maneira de ensinar e foi assim que aprendemos nas

escolas que estudamos. Os pais nos apoiavam e nos davam carta branca para agir. Também se não dessem, nós não aceitávamos os seus filhos”. (PEIXOTO, 2014, p. 75).

Nas duas falas extraídas da entrevista concedida por Tia Lourdes, nota-se a tão conhecida rigidez autorizada pelos pais ou responsáveis, o que legitimava a prática das professoras. Além disso, nota-se também um cuidado com os filhos alheios, seus alunos, ao afirmar que os pais sabiam que elas não maltratavam os seus filhos e na expressão “ e os meus meninos”, que demonstra uma relação de cuidado, zelo, carinho. Ainda justifica que estavam educando da mesma forma que aprenderam em outras escolas, o que demonstra uma reprodução de práticas adquiridas pelas professoras quando frequentaram provavelmente outras casas-escola na condição de alunas.

3.6 A relação professor/aluno: amor e ódio, medo e respeito

A diversidade de saberes atrelada à disciplina rígida e ao dinamismo e cuidado das irmãs Militão proporcionaram o reconhecimento e respeito ao trabalho educacional desempenhado por essas duas mulheres professoras, ao mesmo tempo que causou também muito medo em crianças que estudaram com elas ou que temiam em estudar e seguiam fielmente as orientações dos pais para evitar serem matriculados na escola das Militão. A seguir, temos o depoimento de Peixoto (2014), demonstrando as impressões que teve ao conhecer, quando criança, a escola das Militão.

Ao chegar, percebi que não se tratava de uma escola comum, pois todos os alunos, ao entrar, pediam a benção às professoras, que apesar do comportamento rígido, eram bem agradáveis...Foi uma surpresa estar ali, pois aquela escola era “sinônimo de terror” para meninos travessos da época, apelidada popularmente de “Escola Reformatório Pedra Preta” por causa da larga utilização da palmatória como instrumento disciplinador. (PEIXOTO, 2014, p. 10).

O comentário acima e tantos outros presentes na rede social *Facebook*, assim como nas narrativas dos entrevistados nos mostram uma mistura de sentimentos e recordações saudosas, muitas vezes adversas, no entanto predominando o reconhecimento pelas ações educativas e culturais desenvolvidas pelas irmãs Militão. Nota-se ainda em alguns comentários e narrativas que o medo, ódio, reprovação e os

diversos comentários negativos sobre as práticas rigorosas das Militão foram alimentados e ampliados por pessoas que nunca estudaram com as referidas professoras e tão pouco frequentaram a casa-escola das irmãs Militão.

Ao analisarmos os comentários de ex-alunos e pessoas mais próximas, principalmente os vizinhos e amigos que frequentavam a casa, percebemos que mesmo aqueles que afirmam ter sentido medo das práticas disciplinares, também demonstram sentimentos de respeito, saudade, gratidão, amizade e amor.

Seguem alguns comentários que nos mostram essa mistura de medo, amor, respeito, saudade e gratidão. Ressaltamos que a grafia original e pontuação dos comentários foram mantidas, e os usuários autores estão identificados pelas iniciais:

Lembro de "uma" vez que fiquei de joelhos num canto da mesma sala onde era montada a Lapinha. Inesquecível esse tempo, lembrança, carinho e gratidão é o mínimo que podemos ter por todos que viveram e vivem essa história.... (grafia do autor, HA).

Eu na época eu era chamado de [...] meu nome chamado por tia Lurdes e tia do eu apanhei muito mas agradeço a elas o que aprender com elas cheguei a pular a janela para fugir delas curei muitas aulas no campo de aviação que era perto da escola de tia Lurdes e tia di (grafia do autor, TB).

Eu estudei com elas tenho boas lembranças, goiaba, mingau de milho, aqueles gatos bonitos. Agradeço pela minha caligrafia, uma das coisas que hoje n é corrigida nas escolas. Todo aprendizado foi ótimo, n era brutalidade era disciplina do momento em casa ou na escola aprendia assim, apanhei de minha mãe, levei palmatória na escola e n tive depressão. Viva nossa juventude bem abençoada. Deus proteja elas no céu.. (grafia do autor, MES).

As opiniões e sentimentos divergem. No entanto é perceptível que poucos são os comentários de pura reprovação aos castigos físicos aplicados. Além disso, reafirmamos que esse tipo de comentário é de pessoas que não estudaram na escola das Militão, mas que ouviam falar da existência de castigos, como podemos perceber no comentário de WO ao afirmar que “Nossa lembro bem, mais não fui aluna, morria de medo só de passar em frente kkkkkk”. Ou ainda do comentário de MLS ao dizer “ Eu tambem tinha medo dessa escola, pq sempre ouvia pai falar pra meu irmao: " se n estudar vou colocar na Militao".

Por esses comentários, percebemos que o medo, o pavor e a repulsa faziam parte do imaginário popular sobre a escola, o que tinha outra conotação por parte dos sujeitos que realmente frequentavam a escola.

Aqueles que frequentaram a escola, mesmo reconhecendo a existência dos castigos, como o uso da palmatória, por exemplo, tiveram a oportunidade de usufruir de outras práticas que amenizavam o medo e despertavam sentimentos de afeto transformados em saudade com o passar do tempo. Vejamos:

Tempos bom. tive o prazer de estudar la .kkkk tomei mto bolo de tia Lurdes. Mas eu era um menino sapeca. Aprender a leer. E escrever com elas sds minhas tias amada (grafia do autor, EM).

Ou ainda:

Vcs nem sabem a historia ,eu nao fui expulso e nao fui mais pois ai era barra pesada as tiazinhas .e ali sim era ensinamennto. teria que aparecer umas iguais a estas para muitos alunas de hoje ,so tenho que agradecer o que aprendi com elas..... (grafia do autor, CMS).

Sobre a diversidade de práticas e saberes que faziam parte do cotidiano daqueles que frequentavam a casa-escola das irmãs Militão, afirmamos que era fator essencial nas relações de respeito e consideração pelas professoras, pois estas encantavam a todos e se faziam reconhecidas a partir de suas práticas educativas embasadas em suas vivências e trajetórias ligadas à religiosidade, crenças, cultura popular e convivência social, conforme percebemos no comentário de GG, ao revelar: “Saudades! Minhas amigas... Rezaram muito em meus filhos: "fogo selvagem" "beberagem" contra as sequelas da papeira. Levavam as folhas e orientavam. Excelentes!. (grafia do autor)” Ou ainda em “Belas figuras que tanto contribuíram com a história da nossa Bonfim, merecem todo nosso reconhecimento!! Lembro-me do presépio, lindo!! (grafia do autor, EMSG).

Percebemos também que muitos usuários da rede social recordam com saudade inclusive da rígida disciplina e castigos físicos, motivados pela insatisfação com o funcionamento da educação em geral em tempos atuais, atribuindo os casos de violência e indisciplina existentes em muitas escolas, à falta de práticas severas de disciplina como os castigos praticados na Escola das Militão. Comentários como o de YSJ ao afirmar que “Se as escolas hoje fossem iguais a essa, jamais teria tanta falta de respeito com professor como existe hoje”. Apesar do anacronismo presente nessa afirmativa, é possível compreender o sentimento de reconhecimento em relação às práticas disciplinares executadas por Tia Di e Tia Lourdes. Da mesma forma que podemos perceber também reconhecimento no comentário de JC ao

afirmar: “Para época era normal, hoje já são métodos pedagógicos super ultrapassados, mas para época as irmãs Militão cumpriram muito bem o seu dever (grafia do autor)”.

Ainda em relação aos comentários postados na rede social Facebook, apesar da dificuldade em compreender e identificar o significado de cada comentário, optamos por estabelecer categorias a partir dos sentimentos expressos em cada comentário e assim foi possível fazer a seguinte classificação com os 518 comentários analisados: 431 (quatrocentos e trinta e um) comentários relatam a recordação de um fato ou emitem opinião sem demonstrar um sentimento específico; 48 (quarenta e oito) comentários fazem referência ao medo dos castigos físicos e/ou repreensões em geral, presentes na prática pedagógica das irmãs Militão; 93 (noventa e três) comentários demonstram gratidão ao trabalho das professoras; 29 (vinte e nove) comentários são demonstrações de reprovação às punições das irmãs Militão; 112 (cento e doze) comentários são declarações de amor, carinho e saudade das mestras e suas práticas; 86 (oitenta e seis) comentários fazem referência ao respeito às professoras Tia Di e Tia Lourdes.

Para melhor visualização e entendimento, segue um quadro com a análise dos comentários, feita pela pesquisadora, conforme descrito acima:

Quadro 3: Análise dos comentários do Facebook sobre as Irmãs Militão

PERFIS	AMOR	RESPEITO	GRATIDÃO	MEDO	ÓDIO	LEMBRANÇAS
GP	20	22	16	22	06	82
SR	19	10	11	10	06	82
MC	06	08	13	05	08	28
JC	02	02	03	00	00	07
LA	05	00	03	00	01	19
BB	06	11	05	00	00	09
OUTROS	54	33	42	11	08	204

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

Da mesma forma que os comentários da rede social *Facebook* apresentam essa dualidade entre amor e ódio; medo e respeito; e outros sentimentos adversos, os sujeitos entrevistados reafirmaram essa mesma relação dual. A entrevistada Maria da Glória da Paz comenta sobre o medo constante como instrumento de controle:

Sempre medo, você entrou ali, você ia ser controlado. Então era sempre medo. Você tinha sempre receio e medo de tudo, e que...

talvez isso significasse respeito né? Era o respeito que você tinha pela pessoa que você tinha medo. E seu pai lhe colocou ali para que pagando? Para você ser controlado, você estudar. E a rigidez da escola lhe dizia isso, que você estava ali porque você estava precisando ser controlado... (PAZ, 2021).

Outro ex-aluno também reafirma a presença desse medo e acrescenta os traumas gerados como consequência:

Estranho por que era uma situação que a gente aprendia mais baseado no medo. É por isso que Matemática eu criei um trauma depois, que eu não conseguia mais assimilar muita coisa de Matemática e aí era uma dificuldade muito grande que aí tive que ter aula de reforço depois para tentar me situar na disciplina, mas era o efeito de lá, a questão da tabuada, a questão de estudar pelo medo para não levar bolo, digamos assim. Aí foi um trauma que ficou para mim e até hoje eu não sou muito fã de Matemática. (ANDRADE, 2021).

Ainda sobre o medo constante na Escola das Militão, outro ex-aluno narra as seguintes memórias:

Minha relação com ela era de medo, entendeu? Temor, tinha bastante temor, eu tinha bastante temor. Eu... porque elas batiam muito entendeu? Batia, batia mesmo e aí, eu a todo tempo não tinha como me concentrar, era...Tinha mais medo do quê... Entendeu? É, eu tinha tanto medo que às vezes quando eu já chegava no domingo que eu me lembrava que ia estudar na segunda-feira que ia pra escola lá, pras Militão, eu já começava a me tremer e me mijar nas calças, de tanto medo que eu tinha. No domingo meio-dia eu já começava a tremer e mijar nas calças de medo, a pressão era muito grande lá, entendeu? (SANTOS, 2021).

Apesar das narrativas acima demonstrarem o medo constante no momento da aprendizagem, em outros momentos da entrevista esses mesmos entrevistados demonstram reconhecimento e gratidão pelas professoras, como por exemplo nas narrativas que seguem:

Era um respeito muito grande que a gente tinha que ter. A gente era obrigado a ter e a gente também não sabia nem o que que era desfazer de alguém, ou brigar com alguém, ou xingar um mais velho porque até em casa você era castrado de fazer isso. Você era controlado não podia xingar mais velho, nem responder aos mais velhos então, era mais ou menos isso a relação da gente: de respeito mas também de carinho. (PAZ, 2021).

A entrevistada, apesar de mencionar o controle que vivenciava na escola e também na família, deixa explícito que o respeito aos mais velhos, e, portanto, às professoras, era uma obrigação. No entanto termina essa narrativa assumindo o carinho que sentia pelas mestras, o que se confirma em outras narrativas da mesma entrevistada. Já o entrevistado Lucimar Andrade narrou a seguinte situação:

Eu te confesso uma coisa: eu me formei no Estadual e só não participei da solenidade porque tia Di não quis, porque era para ser minha madrinha. Mas eu fui procurá-la e ela disse que não[...]. Eu acho que era sinal de reconhecimento e de um carinho que a gente tinha por elas. A gente chamava de tia. Era tia Di e tia Lourdes. (ANDRADE, 2021).

Em outro momento da entrevista, ao ser questionado sobre se havia diferenças no tratamento com os alunos, Santos (2021) afirma que “Tanto faz preto; como branco, filho de pobre, filho de rico. Era tudo igual, não tinha diferença, não tinha diferença, todos iguais, todos, todos. Não tinha negócio de dizer: ah, porque era mais feio ou preto. Eram todos iguais”. Já o entrevistado Lucimar Andrade enfatiza o modo de ser de cada professora e acrescenta sobre a atenção especial dedicada aos alunos, sobretudo aos mais humildes, por Tia Di, considerada mais séria e mais rígida por todos:

Tia Lourdes era mais flexível, era mais brincalhona, mas tia Di era muito séria, e pra rir era muito difícil! Você vê tia Di rindo era uma coisa fora do comum, sempre séria, mas sempre aberta, sempre solícita. Para qualquer situação que a gente precisava ela estava lá, principalmente com a gente que era de uma classe mais, mais...mais baixa. Quando ela, logo elas eram pobres... aí ela... um carinho mais especial. (ANDRADE, 2021).

Com as narrativas apresentadas, podemos inferir que nem todos os entrevistados narraram sobre a existência de medo constante, pelo contrário. Há demonstrações de muitos sentimentos bons e positivos em relação a Tia Di e Tia Lourdes. Da mesma forma que ficou evidente que nem todos os alunos iam estudar lá por serem indisciplinados, o que garantia a alguns, um tratamento afetuoso por parte das professoras. Alguns estudaram por serem vizinhos, outros por serem filhos de amigos e conhecidos das professoras, outros por apresentarem dificuldade de aprendizagem nas outras escolas que frequentaram, outros ainda por dificuldade em matemática ou desejo dos pais em melhorarem as habilidades de leitura, escrita e

operações matemáticas. Isso nos faz inferir que os castigos aconteciam principalmente para aqueles que tinham dificuldade, não faziam as lições e/ou apresentavam mal comportamento. Daí nem todos relatam episódios de medo e traumas.

Diante do exposto, notamos que as opiniões divergem bastante, mas apresentam um ponto semelhante salvo raras exceções e por motivos já explicitados: as irmãs Militão eram temidas, porém respeitadas por muitos e permanecem vivas na memória individual e coletiva de Senhor do Bonfim, diante de práticas educativas que extrapolavam os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática e adentravam em conhecimentos ligados às normas sociais, ao lazer, à cultura e afazeres que tornaram-nas em protagonistas na história da educação e cultura do município de Senhor do Bonfim, apesar da condição de professoras leigas.

Na próxima seção discutiremos sobre a formação e os saberes das irmãs Militão e descreveremos algumas práticas dessas mulheres que marcaram suas existências como pessoas e profissionais.

4 CONCEPÇÕES DA ESCOLA SANTA TEREZINHA: EDUCAÇÃO PARA O LER/ESCREVER/CONTAR E PELA MORAL, CULTURA RELIGIOSA E POPULAR

Essa seção apresenta aspectos e trajetórias da vida das irmãs Militão ligadas à religiosidade e práticas culturais. Aqui procuro apresentar e sistematizar os principais feitos dessas mulheres negras que se tornaram professoras a partir das suas vivências, experiências e saberes que sugerem muito sobre suas origens e trajetórias, e sobretudo do papel que representaram na cultura popular e História da Educação de Senhor do Bonfim-Bahia. Aqui também serão analisadas as principais concepções e práticas da Escola Santa Terezinha ou Escola das Militão, como tornou-se conhecida por todos.

Como o próprio título desta seção sugere, na Escola das Militão, vários saberes e práticas executadas iam além do ler, escrever e contar, os quais aparentemente eram priorizados pelas professoras. Porém, outros saberes e práticas estavam intrínsecos na rotina da escola, e também eram priorizados, além de constituírem um diferencial nas concepções da escola, e de envolver a comunidade em geral, incluindo a vizinhança, familiares de alunos, conhecidos e amigos.

Apresentaremos agora fatos lembrados pelos colaboradores e entrevistados da pesquisa, os quais a partir da análise feita pelos próprios e pela pesquisadora,

permitem que o leitor compreenda as concepções da Escola das Militão, a partir de algumas práticas cotidianas na casa-escola dessas mulheres negras e professoras leigas.

4.1 Formação, experiências e saberes das irmãs Militão

A origem familiar das irmãs Militão e detalhes das suas trajetórias de vida permanecem até certo ponto como um mistério para as pessoas que conviveram mais próximas a Tia Lourdes e Tia Di, e colaboraram com esta pesquisa. Faço essa afirmativa por aparecer frequentemente na fala dos entrevistados, expressões como “elas não falavam sobre isso” ou “sempre desconversavam quando perguntávamos sobre isso”. Apesar das poucas informações sobre os antepassados e a origem das irmãs Militão, foi possível inferir muitos aspectos da vida dessas mulheres a partir das práticas e saberes que demonstravam no exercício da vida diária. Além disso, enfatizo que o objetivo principal dessa pesquisa é analisar as trajetórias de vida das professoras Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão, a partir das práticas pedagógicas efetuadas, assim como os processos de formação e saberes presentes nas experiências pessoais e profissionais dessas professoras. Dessa forma, nos debruçamos nessa seção em identificar e analisar passagens da vida dessas mulheres, marcadas por práticas e saberes que constituíram a identidade das mesmas no decorrer de suas vidas adulta e idosa.

Os saberes experienciais das irmãs Militão eram demonstrados no exercício das tarefas do dia-a-dia, sejam nas práticas de sobrevivência, culturais ou educacionais. Quem conviveu com as irmãs Militão sempre recorda de suas práticas em diversos aspectos da vida diária, as quais eram de grande significado para a comunidade local. Essas práticas envolviam saberes sobre escolarização, religiosidade, atividades domésticas variadas, crenças e experiências de mundo em geral, conforme descreveremos adiante.

Sobre os processos de escolarização, as duas irmãs trilharam caminhos diferentes. Os colaboradores e entrevistados da pesquisa desconhecem como se deu a escolarização de Tia Lourdes, como por exemplo, quando a entrevistada Evanete Santana diz “- a Lourdes ... eu não sei nada sobre Lourdes, sei que a Di, se inscreveu para ser professora do Mobral e foi contemplada como professora do Mobral”. Ao questionar a outros colaboradores sobre como se deu o processo de escolarização

de Tia Lourdes, também não souberam informar. No entanto, por meio do cotejamento das fontes, é possível inferir que ela estudou também em casas-escola que existiam na época da sua infância. Na entrevista transcrita, encontrada nos anexos do trabalho de Peixoto (2014), que foi concedida por Tia Lourdes ao radialista da cidade Tito Rocha, em 1998, a mesma faz a seguinte afirmação:

Estudei na escola da professora Isaurinha. Foi uma mãe para mim...Naquele tempo as escolas funcionavam nas casas das professoras e o ensino era diferente, os alunos respeitavam os professores e a educação era bem melhor do que a de hoje. Tinha palmatória, o botim e muito castigo no milho, mas a gente aprendia de um tudo! (PEIXOTO, 2014).

Ainda de acordo com a entrevista, ao ser questionada em quem se inspirou para abrir a escola, Tia Lourdes respondeu: “Na professora Isaurinha, pois foi quem me ensinou. Copiamos muita coisa do jeito dela ensinar, e com o tempo fomos aprendendo o nosso.

Essa fala deixa explícito que a formação escolar foi exclusiva na casa-escola da Professora Isaurinha, e o aperfeiçoamento se deu com o tempo, por meio das próprias práticas e experiências vivenciadas e acumuladas ao longo do tempo.

Segundo a entrevistada Evanete Santana, antes de serem professoras, elas prestavam serviços domésticos, o que podemos inferir ao afirmar que “ a Lourdes gomava para seu Malheiros, eu lembro bem...”. Atividades domésticas como a mencionada, aparecem constantemente nas narrativas, evidenciando saberes de corte e costura, culinária e outros afazeres domésticos praticados pelas Militão e que também faziam parte da sobrevivência das duas irmãs.

Sobre a formação da Tia Di, as fontes revelam uma formação também em estabelecimentos oficiais de ensino. Seguindo as pistas dadas por alguns colaboradores e durante as entrevistas, conversei com uma colaboradora, professora aposentada da cidade, que afirmou ter sido colega de turma de Tia Di no Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento. A colaboradora também indicou outras pessoas que também faziam parte da turma ginásial em 1970.

No arquivo da secretaria do Educandário encontrei fontes documentais como: um livro de ata constando o nome de Maria Floripes Gonçalves Militão como aluna matriculada em 1970; histórico escolar; guia de transferência; requerimentos de matrícula, e para realização de segunda época; e o certificado de conclusão da 4ª série ginásial.

A análise do histórico escolar do Curso Comercial Básico, demonstra que Tia Di fez prova de admissão em 1965, no Colégio Comercial de Senhor do Bonfim, tendo sido aprovada, e cursou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries ginasial em 1965, 1966, 1968 e 1969, respectivamente. Nota-se no documento ausência de registros do ano 1967, o que pode significar uma pausa nos estudos nesse ano, ou que a aluna foi reprovada. Nesse mesmo documento consta a seguinte observação:

A aluna, no ano letivo de 1969 cursou a quarta série ginasial de comércio, ficando em 2ª época de Ciências e Prática de Comércio, e não compareceu para fazer os referidos exames. Autorização de funcionamento Port. M.E.C nº 369 de 01/10/1962. Vinculado ao Sistema Federal de Ensino. (Histórico Escolar de Maria Floripes Gonçalves Militão, do curso Comercial Básico, 1970).

De acordo com essa observação que consta no histórico escolar, subtede-se que Tia Di foi reprovada, em 1969, por não comparecer para fazer as duas provas de 2ª época. No entanto, nesse arquivo também consta a guia de transferência emitida pelo diretor do Colégio Comercial de Senhor do Bonfim declarando entre outras coisas que Maria Floripes Militão cursou em 1969, a quarta série do Curso Giniasial de Comércio e que não logrou aprovação, mas que a mesma pode continuar os seus estudos em qualquer estabelecimento de ensino comercial oficialmente reconhecido.

Também consta no arquivo do Educandário um requerimento assinado por Maria Floripes – Tia Di, em 16 de fevereiro de 1970, solicitando à diretora do Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, a autorização para matricular-se na quarta série do curso ginasial. Esse último requerimento demonstra que Maria Floripes cursou mais uma vez a quarta série ginasial no Educandário, em 1970. Consta também outro requerimento assinado em 29 de janeiro de 1971, onde solicita à diretora do Educandário para inscrevê-la no exame de segunda época nas matérias de História e Organização, por ter feito provas e não ter obtido a média.

Mesmo realizando a segunda época das referidas matérias, Maria Floripes concluiu a quarta série ginasial, uma vez que consta no arquivo, o histórico escolar e o certificado de conclusão do Curso Giniasial, emitido pelo Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento.

Por meio do contato com ex-alunas dessa turma de 1970, tive acesso a um álbum de fotografias da turma de 1970, com os registros de alguns eventos da turma da quarta série ginasial. Tia Di aparece em algumas dessas fotos, as quais trazem

muitas informações relevantes, sobre a participação nas atividades do Educandário e a relação com as religiosas responsáveis pelo estabelecimento de ensino. Vejamos:

Figura 9: Tarde de Formação com a 4ª Série Ginásial - 1970



Foto: Álbum da turma de 4ª série ginásial de 1970 do Colégio Sacramentinas

Na fotografia, dentre outros aspectos, podemos notar a presença somente de alunas e que não se tratava de um momento de aula formal - apesar do espaço - visto que elas não usavam uniforme escolar padronizado, o que era uma exigência do educandário. De acordo com a legenda do álbum, é um registro de uma tarde de formação da turma.

Por sabermos a data de nascimento de Tia Di, podemos inferir a grande distorção série/idade em relação às demais alunas, cujas aparências eram de adolescentes e jovens. Além disso, tia Di, se não fosse a única, era uma das poucas alunas negras, de cor da pele preta, identificada na imagem da turma. O sentido e o significado dessa vivência para Tia Di, infelizmente não é possível mencionar.

Outro aspecto que merece ser mencionado é a localização espacial que Tia Di se encontra na sala. Podemos notar que está sentada no fundo da sala, de certa forma isolada, ou pelo menos, com uma distância necessária e uma localização escolhida por aqueles que optam por manter-se reservado. Em conversa informal com a colaboradora que informou a relação de colega de turma com a Tia Di, a mesma relatou:

Ela era muito calada. Pouco entrosamento com as colegas. Ela cursou somente a última série, enquanto nós já vínhamos há bastante tempo juntas. Acredito que a diferença de idade também fosse uma barreira. Percebia que ela tinha muita dificuldade para assimilar os conteúdos. Todas nós, a tratávamos bem, porém, sem muita aproximação. Ela devia se sentir como "um peixe fora d'água " (mensagem via *WhatsApp* de ex-aluna do Educandário, colega de turma de Tia Di).

Essa fala expressa o que podemos observar na fotografia em relação a diferença de idade entre Tia Di e as demais alunas, o comportamento tímido e reservado; a pouca aproximação com as colegas; além de outros aspectos que não há oportunidade e condições de aprofundarmos nesse estudo com o devido rigor e respeito aos sujeitos envolvidos.

A fotografia que segue também é um registro de um momento de confraternização na mesma tarde de formação da turma da 4ª série Ginásial de 1970 do Educandário. Mesmo sendo um momento de descontração, percebemos que novamente Tia Di se posiciona na lateral, sendo uma das últimas posições na fotografia. Mesmo outras participantes estando em posições semelhantes, diante do contexto investigado, podemos indicar como mais uma demonstração de timidez e reserva da aluna na turma.

Figura 10: Confraternização da 4ª Série Ginásial na Tarde de Formação - 1970



Foto: Álbum da turma de 4ª série ginásial de 1970 do Colégio Sacramentinas

Mesmo com as diversas demonstrações de timidez e reserva, podemos considerar que apesar das diferenças, sobretudo de idade, classe social, e talvez interesses, Tia Di procurava participar de todas as atividades, o que indica também oportunidades de formação e inserção social. Assim fica evidente o interesse da mesma em ampliar e aperfeiçoar seus conhecimentos de mundo.

A próxima fotografia é um registro de uma Noite Mariana, ou seja, uma celebração que acontecia nas noites do mês de maio de cada ano e que o Educandário organizava uma celebração para cada turma/série. Mais uma vez, identificamos a presença de Tia Di nessa celebração religiosa que mesmo sendo uma atividade da escola em que estudava, tem muito a revelar sobre suas práticas religiosas voltadas para o catolicismo.

Figura 11: Noite Mariana na Capela do Educandário N. Sr^a do S. Sacramento



Foto: Álbum da turma de 4^a série ginásial de 1970 do Colégio Sacramentinas

As práticas religiosas das irmãs Militão faziam com que elas fossem consideradas mulheres sérias, respeitadas e possuidoras de uma moral inabalável, características essenciais para o desempenho do ofício de ensinar. Além disso, eram procuradas para aconselhamentos e orientações sobre como tratar determinadas enfermidades. A religiosidade também possibilitava-lhes uma grande rede de sociabilidade, com pessoas da sociedade bonfinense e inclusive com as freiras da Congregação do Santíssimo Sacramento, conforme veremos na próxima fotografia.

Figura 12: Professores, Religiosas e alunas do Ginásio - 1970



Foto: Álbum da turma de 4ª série ginásial de 1970 do Colégio Sacramentinas

Essa fotografia é um registro de um momento de confraternização após a realização de atividades sociais e educacionais. Nela constam algumas freiras do Educandário, alguns professores e 03 (três) alunas da turma da quarta série ginásial, dentre elas, Tia Di, com uma expressão descontraída e sorridente, ao contrário das descrições feitas pelos colaboradores da pesquisa ao se referirem ao jeito de ser da referida professora. Por meio do cotejamento das fontes, concluímos que Tia Di foi estudar no Educandário de forma gratuita, uma concessão das religiosas para algumas pessoas da comunidade, e que também foi concedida a mim, na mesma instituição, no curso de Magistério, em 1991, evidenciando o cruzamento de histórias.

Para Tia Di, o objetivo era adquirir a formação exigida na época como pré-requisito para ser professora do Mobral, o que coaduna com a afirmação da entrevistada Evanete Santana ao incluir o Mobral quando especificou os horários de funcionamento da escola: “era de 8h ao meio-dia e de uma e meia as quatro e meia/ cinco da tarde...a noite era o Mobral”.

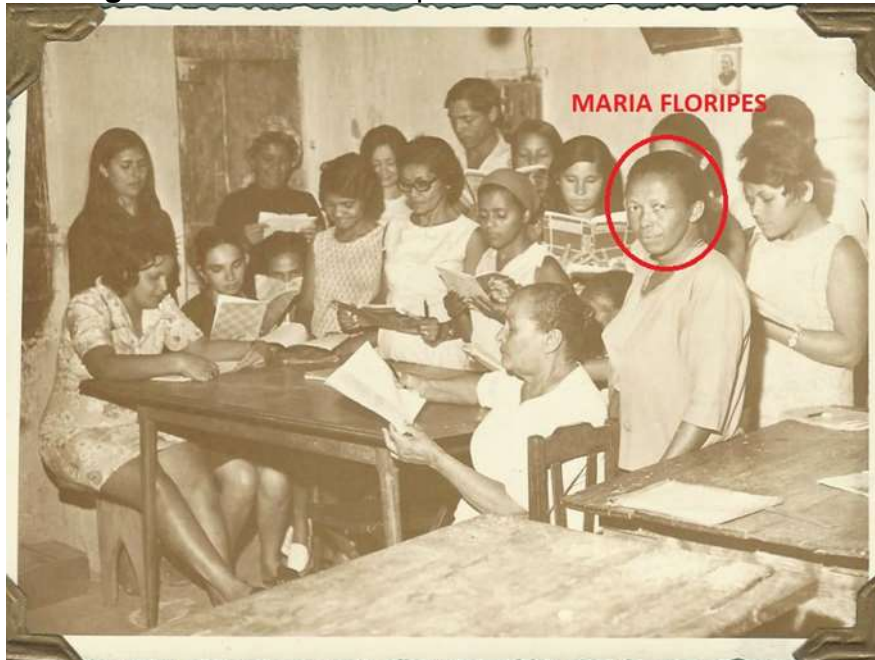
No álbum da turma, consta o registro de três turmas do Mobral mediadas por três concluintes do Curso Ginásial, sendo uma delas a Tia Di. E sobre essa experiência como professora do Mobral, a entrevistada Evanete Santana ao mencionar quem frequentava a casa das Militão, relata:

Dona Nenedja que foi educada pela Di. Não. Foi instruída pela Di... Era uma senhora de 80 anos e que ali, através do Mobral, ela conseguiu ler razoavelmente. Mas lia as palavras na Bíblia que é a coisa que dona Nenedja mais tinha vontade, era de ler a Bíblia. (SANTANA, 2021).

Nessa fala, além da reafirmação de que Tia Di foi professora do Mobral, percebemos também uma boa relação com a vizinhança, a habilidade como alfabetizadora não só de crianças, mas também de pessoas idosas, e a associação do ofício de ensinar com os interesses pessoais e religiosos dos alunos, no caso específico o desejo de ler a Bíblia de uma senhora de oitenta anos de idade.

A seguir, apresentamos uma fotografia da turma do Mobral do ano de 1970 que funcionava na Escola das Militão, tendo Tia Di como a professora responsável.

Figura 13: Tia Di como professora do Mobral - 1970



Fonte: Álbum da turma de 4ª série ginásial de 1970 do Colégio Sacramentinas

A fotografia acima retrata um momento da turma do Mobral que funcionava na Escola das Militão, e Tia Di, em destaque, a professora responsável pela turma, apresenta uma fisionomia séria e tímida, conforme é descrita pelos colaboradores e

entrevistados da pesquisa. Notamos também, que os alunos, tinham diferentes faixas etárias, a maioria eram mulheres e estavam realizando atividade de leitura no momento que foram fotografados.

Ainda sobre esse período de formação de Tia Di, também consta no álbum, um recorte do Jornal da Bahia, de 29 e 30 de novembro de 1970, noticiando a formatura de licenciatura ginásial do Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, e listando por extenso as 46 alunas concluintes na época. Dentre essa lista, consta o nome de “ Maria Floripes Militão” como concluinte, e, portanto, reafirmando essa etapa de formação de Tia Di, a irmã Militão mais nova em idade cronológica.

Figura 14: Recorte do Jornal da Bahia, 29 e 30 de Novembro de 1970



Fonte: Recorte de jornal encontrado no álbum da 4ª série ginásial do Colégio Sacramentinas

Pelo destaque no Jornal da Bahia, consideramos a importância de concluir a 4ª série ginásial naquela época, ao considerarmos o título com a expressão “formatura” e pelo próprio destaque da notícia em um jornal da capital baiana.

Diante do exposto, podemos concluir sobre a formação das irmãs Militão que ambas foram professoras leigas e que cada uma, a sua maneira, buscou exercer o

ofício de ensinar de acordo com suas vivências e experiências. Nota-se também que Maria Floripes Militão, a Tia Di, buscou conquistar outros espaços de formação escolar que possibilitasse mais conhecimentos na área e, podemos deduzir que mais credibilidade também perante às famílias que matriculavam seus filhos na Escola Santa Terezinha.

Sobre a Tia Lourdes, conforme já mencionamos de acordo com as fontes orais e a ausência de fontes escritas sobre sua formação, que estudou apenas em outras casas-escola e assumia juntamente com a irmã o ofício de ensinar. No entanto, se ausentava da escola quando viajava para a capital Salvador, acompanhar o sobrinho Marques Militão, que criavam desde pequeno e por quem dispensavam muito amor e cuidados. O aperfeiçoamento de Tia Di e a presença constante assumindo o funcionamento da escola, nos leva a inferir que ela era a maior responsável pela escola, conforme narram alguns entrevistados.

Assim, podemos considerar que as duas irmãs assumiram o ofício de ensinar na Escola Santa Terezinha, cada uma com suas especialidades, saberes e funções, e que sobre esse último aspecto, a Tia Di era a mentora responsável pelo andamento das atividades escolares, visto que além da busca de aperfeiçoamento era quem estava à frente da organização e funcionamento, em todos os momentos, da escola.

4.2 Religiosidade, crenças e tradições: Salve Nossa Senhora e Nosso Senhor Jesus Cristo! Viva São Cosme e São Damião! Viva Santo Antônio

Além do ofício de ensinar, a religiosidade constituiu uma marca de reconhecimento e representatividade na vida das irmãs Militão. De forma unânime, elas são reconhecidas como mulheres religiosas e essa religiosidade lhes garantiu muito respeito, seriedade e reconhecimento diante da prática assídua dos princípios de moralidade e fé.

Ao analisarmos as narrativas sobre suas práticas religiosas, podemos identificar diferentes aspectos de manifestação dessa religiosidade que se estendia ao lado profissional das duas irmãs, garantindo-lhes a certificação de que eram mulheres sérias e respeitadas, conforme expressa o entrevistado Edeil Reis do Espírito Santo (2021) ao afirmar que: “era um processo educacional mesclado com a crença religiosa delas né? Elas eram muito católicas... Tia Lourdes era do tipo de mulher que sabia os santos do dia primeiro de janeiro até o dia trinta e um de dezembro... o que você perguntasse”.

O entrevistado se recorda de muitas práticas das irmãs Militão e formula conclusões sobre o tradicionalismo dessas mulheres também nas práticas religiosas, como por exemplo ao relatar:

Eram coisas bem antigas. O novenário era um novenário bem amarelo. Elas eram muito tradicionais. Elas guardavam o novenário por muito tempo né? Elas sabiam tudo quanto era de reza que você pensasse no mundo...então assim, tinham muitas superstições...Elas rezavam... Tia Lourdes rezava contra fogo selvagem né? E ela dizia: “ - não adianta o povo ficar inventando, mas não tem tratamento para fogo selvagem. Fogo selvagem é reza, e ainda vão para esses médicos. Tuuudo é perca de tempo” (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Na narrativa citada, além de mencionar a prática de rezar, o entrevistado as identifica como pessoas supersticiosas e em seguida relembra uma fala de Tia Lourdes atribuindo ao poder da oração à cura da doença *pênfigo foliáceo*, conhecida popularmente como fogo selvagem. O entrevistado cita outras práticas realizadas tendo às rezas como fundamento e os diferentes santos juninos homenageados pelas irmãs Militão. Vejamos:

Na casa delas - porque a escola tudo funcionava dentro de casa - na época que tinha escola funcionava dentro de casa, então assim, a trezena de Santo Antônio era tradicional, a novena de Senhora Santana era tradicional, o caruru de São Cosme... às vezes elas faziam também sempre acendiam a fogueira de São Pedro... São Pedro, São Joao, todos os santos juninos e acho que até no dia trinta, a fogueira que o povo chama de fogueira das moças, fogueira de São Marçal, elas acendiam a fogueira, então isso era hábito. (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Essas práticas, além do aspecto religioso no que diz respeito à profissão de fé, também pertenciam e pertencem à cultura regional e ao conjunto de tradições populares.

Ainda sobre a religiosidade das irmãs Militão, podemos perceber a existência de práticas ecléticas, embasadas no catolicismo, espiritismo e a forte influência das religiões de matriz africana. Apesar de Tia Lourdes e Tia Di não declararem verbalmente isso, de acordo com as narrativas dos entrevistados, suas práticas demonstravam tais influências, como por exemplo ao constatarmos que eram frequentadoras assíduas da Igreja Católica Apostólica Romana, ao mesmo tempo que realizavam o Caruru de Cosme e Damião e práticas de benzedeiros, por exemplo.

Sobre essas referências religiosas, vale salientar narrativas contraditórias de alguns entrevistados, que deixam implícitas o preconceito existente contra algumas religiões, como por exemplo quando a entrevistada Evanete Santana enfatiza:

Agora, elas não gostavam do Candomblé...Elas eram adeptas à Bíblia. A Lourdes rezava a Bíblia todos os dias e a Di também. Nunca ouvi dizer que fossem numa casa que tivesse Candomblé e nem que elas gostassem dessas coisas.... Agora, eram rezadeiras. (SANTANA, 2021).

Ao mesmo tempo que o ex-aluno Lucimar Andrade menciona seus pensamentos sobre as práticas religiosas das professoras da seguinte forma:

Eu achava que elas tinham uma ligação com o Candomblé. Não tenho muita associação dessa coisa, mas elas ofereciam o Caruru essa coisa toda. Por conta dessa coisa do Caruru, e eu era menino na época, é ... e até depois uma vinculação de ideias que...uma coisa própria minha, coisa particular, pensamento particular, eu num... Evidentemente possa ser que não seja dessa forma, mas elas...Eu achava, por mim, Caruru tinha alguma coisa a ver com o Candomblé, isso na minha visão pessoal, não que seja verdade que elas fossem assim... e depois foi que eu fui amadurecendo essa ideia que não é, não tinha vinculação. Que elas eram católicas e que outras pessoas que ofereciam Caruru e que não tinham nenhuma vinculação com o Candomblé, mas por respeito ao santo essa coisa toda, que é participar da religiosidade católica também né? Talvez isso tenha se dissipado um pouco dessa ligação. Dessa famosa ligação do Candomblé com o Caruru, essa coisa toda e aí eu já me desvinculei dessa ideia, claro! Eu acho que a vinculação religiosa católica fervorosa do jeito que elas eram, talvez a devoção à São Cosme e São Damião e levassem a ela a manter essa prática durante muito tempo. (ANDRADE, 2021).

Nas duas narrativas percebemos uma negação, ou pelo menos um receio em afirmar, por parte dos entrevistados, da prática de religião de matriz africana por Tia Lourdes e Tia Di. Isso demonstra e reafirma o preconceito existente em relação a determinadas religiões ao ponto de acreditar que pessoas do seu meio de convivência e por quem nutriam certa admiração e respeito, não podiam ser praticantes do Candomblé, por exemplo.

A sobrinha das Militão, também narra vários episódios e opiniões sobre a religiosidade das tias, conforme citações a seguir: “eu pude deduzir que ela era ostensiva, sendo Católica Apostólica Romana. Ostensiva demais! Demais! Demais! Demais. E, provavelmente ela não percebia...” (MILITÃO, 2022).

A opinião anterior, refere-se a Tia Lourdes, especificamente por quem a sobrinha assume que tinha mais aproximação. E acrescenta:

Ela era muito religiosa. Todos os santos dos 365 dias, ela conhecia a história de todos! Todos os dias tinha a vela que ela acendia que era para o santo daquele dia e era dessa forma. Fora que quando ela ia para Salvador, ela ia para todas as igrejas andando! (MILITÃO, 2022).

Ao ser questionada sobre a prática de religiões de matriz africana a sobrinha respondeu: “Fortemente nela! Porque ela era assim, praticamente a curandeira de Senhor do Bonfim. Era a única que rezava fogo selvagem e curava”. (Militão, 2022).

Pelas narrativas de Maria das Dores Militão, sempre expressando o pronome pessoal no singular, fica explícito que tinha mais aproximação com Tia Lourdes e que esta, por sua vez, se destacava nas práticas baseadas nesses saberes, crenças, religiosidades e tradições culturais. Além disso, a forma de agir mais descontraída de Tia Lourdes favorecia essa aproximação da sobrinha e o contato com tantas outras pessoas, visto que colaboradores e entrevistados sempre a definem como a mais descontraída e simpática.

Outro entrevistado, ex-aluno das professoras, também comentou sobre as práticas religiosas das irmãs Militão e também se referiu ao Candomblé, demonstrando dúvidas sobre o reconhecimento como religião e também se elas eram praticantes ou não:

Elas eram muito religiosas. Eu não sei se é religiosas ou é parte de candomblé, não sei. Mas elas tinham santo dentro de casa, né? Eu me lembro muito bem que elas tinham santo. Poderia também ser Candomblé. Tinha os santos né? E elas gostavam de usar branco, roupas brancas também. Às vezes também usavam um lenço na cabeça de vez em quando, mas, não era sempre. De vez em quando elas usavam. (PEREIRA, 2022).

As narrativas dos entrevistados sobre as possibilidades das irmãs Militão serem praticantes de Candomblé, aparecem com muitas ressalvas, interrupções e incertezas. Além da própria expressão corporal dos entrevistados, demonstrando desconforto e insegurança para falar sobre. Diante do contexto e considerando as problemáticas de respeito e reconhecimento que envolvem as religiões de Matriz Africana, é possível atribuir esse desconforto dos entrevistados aos preconceitos com a referida religião, o que faz com que tenham ressalvas em admitir a convicção de

que as mestras praticavam essas religiões, já que dispensavam tanta admiração e respeito por elas. Vale enfatizar aqui, que o possível preconceito está nos colaboradores e entrevistados, e não nas duas mulheres, professoras, negras que buscavam maneiras de viver de acordo com suas crenças e tradições, mesmo tendo que driblar, forjar ou se adequar a determinadas convenções sociais.

O entrevistado José Alberto, ex-aluno e cuidador de Tia Lourdes nos últimos anos de vida, identificam-nas como religiosas radicais e narra situações que presenciou e que demonstram o quão as irmãs Militão se dedicavam à religiosidade:

Eu tenho imagem delas como "beatas", duas "beatas" grandes, porque elas, hoje eu acredito que minha religiosidade e meu estudo foi voltado sempre ao verdadeiro cristianismo, porque elas eram radicais... Eram muito rigorosas. Na Semana Santa, elas rezavam até o dia amanhecer todos os dias da semana santa e eu presenciei coisas que eu digo meu Deus! A pessoa até...num, num... Desculpe a expressão - necessidade fisiológica delas, elas fazerem xixi e tá ali rezando sem poder levantar, os braços abertos, beijando uma pedra e sem poder levantar, como se estivessem em êxtase (BEZERRA, 2022).

Outro fato mencionado pelo ex-aluno e cuidador de Tia Lourdes foi sobre as leituras realizadas pelas irmãs Militão:

Elas tinham a Bíblia e o livro Missão Abreviada. Esse livro foi lançado pelo Vaticano e o próprio Vaticano tirou de circulação. Era um livro muito conservador e elas liam muito esse livro. Liam o de Nossa Senhora do Carmo. Ainda tenho o livrinho lá, desse dela, ainda tem até a letra delas. O livro Missão Abreviada era um livro que, como eu estava contando, foi um livro que mudou a vida de Antônio Conselheiro. Ele é de 1860 e pouco. Muito antigo (BEZERRA, 2022).

A narrativa de Bezerra (2022), informa entre outras coisas que as irmãs Militão faziam leituras de materiais religiosos e embasavam suas práticas religiosas na Bíblia Sagrada e mais dois livros apontados pelo entrevistado. Para compreender o tipo de leituras praticadas pelas professoras, realizei uma pesquisa simples e constatei que o livro mencionado é Missão Abreviada: para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar os frutos das Missões (Portugal, 1859) de autoria do padre Manuel José Gonçalves do Couto (1819-1897).

De forma resumida, e conforme artigos publicados, a exemplo de "MISSÃO ABREVIADA" E A EXPERIÊNCIA CATÓLICA LEIGA NO CARIRI CEARENSE (SÉC. XIX - XX), de Oliveira Filho e Silva filho (2018), trata de um livro de preparação de

peças leigas para assumir a ligação entre o povo e o sagrado na ausência de um sacerdote. Conforme a narrativa do entrevistado, a experiência de Antônio Conselheiro, em Canudos foi embasada nesse livro, assim como a experiência do Juazeiro do Norte, no Cariri cearense.

Diante das poucas informações obtidas sobre a relação entre a obra e às práticas das Militão, podemos compreender entre outras coisas que elas tinham uma preocupação com as condições de vida do povo e se colocavam à disposição como agentes de transformação, sendo praticantes de uma religião popular. Isso é demonstrado em ações que praticavam como doar aos necessitados o que recebiam para a própria manutenção; o oferecimento de refeições, sobretudo em datas festivas aos presidiários; a recusa de ajudas financeiras pelas práticas de rezadeiras; e tantas outras ações que são mencionadas nas entrevistas e que sugerem um certo desapego aos bens materiais para usufruto delas mesmas.

Independente de qual ou quais religiões eram praticadas pelas irmãs Militão, podemos constatar de acordo com as fontes, que elas eram reconhecidas como católicas. Além disso, elas davam demonstrações do catolicismo em ações como frequentar assiduamente as missas e procissões; estarem constantemente nas igrejas católicas e executarem mandamentos como o batismo e a extrema-unção, além das diversas novenas, rezas e comemorações da igreja católica que participavam.

Além dessas práticas, elas também realizavam o caruru de São Cosme e São Damião; o caruru de São Lázaro que era oferecido aos cachorros da rua; assumiam a função de benzedoras, e outras crenças e tradições que são características também de outras religiões. Seja qual for a religião das mulheres negras e professoras, fica explícito de acordo com as fontes, que as práticas religiosas das irmãs Militão também tinham a intenção de educar, conscientizar e incluir o povo simples, comum, que se apegavam ao sagrado como forma de sobrevivência e também resistência.

4.3 As Irmãs Militão como mantenedoras da cultura popular bonfinense

As irmãs Militão se tornaram conhecidas como professoras, mulheres religiosas e também por reproduzirem tradições culturais da cidade, reforçando a

apropriação e manutenção dessas práticas pela população local e pelas novas gerações. A entrevistada Glória da Paz se emociona ao rememorar sobre as irmãs Militão e seus feitos:

Ah Meu Deus! As irmãs Militão, elas são...um marco da Rua Rui Barbosa: a escola, o Santo Antônio, que elas faziam, o caruru de Cosme também que elas faziam... o marco de Bonfim! Elas duas, embora negras - e a gente sabe por si que a gente negra, é duro o reconhecimento né, duro o reconhecimento da capacidade da gente, duro o reconhecimento da gente como ser humano né? E elas, pelo menos elas ... é...conseguiram né? Elas conseguiram ter um pouco de respeito da população pra elas, as duras penas é claro que elas eram muito pobres, elas não tinham posses... eram muito pobres, mas sempre batalhadora honestas, pessoas muito honestas, e eu acho que é um patrimônio pra Bonfim! Das professoras leigas... elas representam muito bem as professoras leigas de Bonfim. Eu ... eu... Ave Maria! Pra mim é uma coisa muito, muito, muito grande, muito valoroso falar sobre elas (emocionada) (PAZ, 2021).

Essa narrativa é marcada por muita emoção, reconhecimento e gratidão. Mas também é uma narrativa que desperta nosso olhar e pensar sobre as condições de vida da pessoa negra na sociedade, sobretudo quando a pessoa também vive em situação de pobreza. A entrevistada reconhece essas condições das irmãs Militão, como também o fato de serem batalhadoras e honestas, condições fundamentais para justificar o respeito que conseguiram. Segundo a entrevistada, outro fator que contribuiu para o respeito e reconhecimento das irmãs Militão foi a situação espacial, visto que residiam em uma rua central, com moradores abastados que mantinham uma relação de amizade e zelo uns pelos outros. De acordo com esse ponto de vista, a localização da casa e a condição de classe dos moradores da rua também influenciaram no reconhecimento das irmãs Militão.

Para outra entrevistada, a casa das irmãs Militão era um espaço de cultura e entretenimento, além da alegria e movimento constantes:

O dia-a-dia delas era assim tão cheio! Porque todos os dias tinha gente na casa das Militão, todos os dias elas tinham visita e nós quando chegamos na adolescência, na juventude, fizemos da casa das Militão a nossa casa, o nosso salão de festa. Lá nós ensaiávamos os dramas, lá nós líamos, tinha o grupo da Luluzinha, Bolinha, sei o quê...Todos se juntavam lá com o Marques para ler. A gente também ouvia muita música, lia... E elas de olho na gente para não sair da linha, a moral para elas era tudo. (SANTANA, 2021).

Nessa narrativa percebemos memórias diferentes de muitos ex-alunos que narram muitos traumas devido aos castigos sofridos durante as atividades escolares. É possível constatar que como professoras, as irmãs Militão assumiam uma postura de mais rigidez e seriedade. Quem frequentou a casa como vizinho, amigo, conhecidos, as memórias são completamente diferentes das recordações de muitos ex-alunos, os quais só vivenciaram a relação professor/aluno, numa época em que se exigia do professor uma postura dura, autoritária e que diante de todas as situações era preciso manter a ordem.

A entrevistada Santana (2021) reconhece que tinha rigidez também nesses momentos cotidianos, mas argumenta que gostava dessa rigidez, narrando como acontecia a preparação para o caruru de Cosme e Damião:

Tinha a rigidez. É... Mas a gente adorava essa rigidez, porque era... Elas é... é... Depois que os meninos comiam, que rezavam, aí todos os adultos eram servidos. Eu mexi com Dona Rosália muita panela de vatapá, por que era aqueles panelão desse tamanho! (gesto indicando o tamanho) nos fogos de lenha do quintal da casa delas, não tinha que sair para casa de ninguém. E a gente adorava ir para lá porque tinha as brincadeiras, rezas, piadas, coisas... e a gente mexendo vatapá [gargalhadas]. (SANTANA, 2021).

O entrevistado Edeil Reis do Espírito Santo, que também morou na mesma rua narra algumas tradições das irmãs Militão que demonstram hábitos, crenças, cultura e religião, numa interligação que marcava a vivência delas e de todos que frequentavam aquele espaço e participavam das práticas efetivadas. Além dessa interligação mencionada, tudo que acontecia naquele espaço era regado de alegria e muita animação por quem participava. Vejamos:

Elas sempre tiveram esses hábitos de fazer aquelas comidas específicas na data. Então o mungunzá de São Joaquim, né? Na trezena de Santo Antônio fazer mungunzá, fazer aluá, que elas chamavam de caruruá, mas dizem que o nome da bebida é aluá. Parece que punha alguma coisa de infusão, não sei o que... Então assim, na trezena de Santo Antônio tinha os papeizinhos de mensagens positivas: Santo Antônio disse que esse ano vai ter uma surpresa... Elas faziam tudo isso e passava a caixinha né? Era muito interessante. (ESPÍRITO SANTO, 2021).

O entrevistado Espírito Santo também rememora a confecção do presépio natalino, o qual era chamado popularmente como “lapinha”:

Outra coisa que era muito famosa delas era a lapinha - como diziam elas - o presépio que elas montavam, que era um presépio muito grande até quando saúde e pôde, a Lourdes montava o presépio no Natal. Era outra coisa que fazia parte da rotina. Todo Natal era um presépio muito grande. Lembro que elas pegavam papel e cimento, virava e ficava parecendo umas pedras mesmo, sabe? Então elas faziam todo aquele cenário. Elas pegavam as plantinhas da caatinga que vende aqui em época de Natal enfeitava tudo, era bem interessante. (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Sobre esse presépio, segundo os colaboradores, era muito bem feito e fazia com que a casa das Militão se tornasse local de visitação diante de tanta beleza. Nessa narrativa percebemos também as habilidades artesanais e lúdicas das irmãs Militão, além da relação com a cultura e religião.

Infelizmente não foi encontrada nenhuma fotografia desse presépio montado. No entanto, diante dos tantos caminhos percorridos durante a pesquisa, localizei algumas peças do presépio das Militão, que se encontram guardadas por um bonfinense e professor de História. Ele relatou que ao passar em frente à antiga casa das Militão, logo após o falecimento de Tia Lourdes, se deparou com um baú de madeira, jogado no local que depositaram o lixo retirado da casa. Ao abrir, reconheceu as pequenas peças de terracota, como sendo as imagens/ personagens da lapinha das Militão. Como apreciador de peças antigas e da História em si, recolheu e guardou em sua casa.

Figura 15: Baú de madeira e peças do presépio das irmãs Militão



Fonte: Acervo particular de José Anselmo Simões Jambeiro.

Figura 16: Baú de madeira pertencente às Irmãs Militão



Fonte: Acervo particular de José Anselmo Simões Jambeiro.

Nas fotos apresentadas identificamos algumas peças usadas para montar a lapinha pelas irmãs Militão. Essas peças eram guardadas cuidadosamente, diante da fragilidade, para serem usadas ano após ano nas comemorações natalinas.

Vale acrescentar que nas narrativas dos ex-alunos, aparecem falas sobre um baú guardado em um quarto, o qual era motivo de curiosidade entre alguns alunos, assim como foi motivo de castigo para aqueles que tentavam abrir o baú para saber o que havia dentro. Após encontrar o baú, podemos compreender que a proibição se dava para preservar as peças e também como uma forma de manter a autoridade não permitindo que os alunos mexessem no material. Fatos semelhantes a esses foram desvendados ao longo da pesquisa fazendo-nos entender que muitas memórias sobre as Militão têm origem ou são modificadas de acordo com o imaginário social, e que Tia Lourdes e Tia Di mantinham alguns mistérios também como estratégia de poder e resistência.

Diante das narrativas dos entrevistados, concluímos que a casa-escola das irmãs Militão era um espaço muito frequentado e que elas planejavam e executavam ações que permitiam e impulsionavam esse movimento social constante. No entanto, fica evidente que as pessoas eram quem iam até à casa delas. Tia Lourdes e Tia Di não frequentavam muitos lugares, sendo a própria residência um espaço que se estendia do privado ao público, visto que recebia diversas pessoas com variadas finalidades, que iam do funcionamento da escola, visita de conhecidos e vizinhos e as diversas comemorações que aconteciam em diferentes épocas do ano. Santana (2021), em tom de emoção e reivindicação expressa:

As irmãs Militão foram as pessoas que a sociedade de Bonfim deve a elas. Elas mereciam ser mais reconhecidas, porque elas educaram muitas gerações, foram muitas crianças que passaram pelas mãos delas e elas eram pessoas assim muito dedicadas, não às questões sociais da cidade, elas não se envolviam muito com questões sociais não. Mas com as pessoas, com a sociedade elas eram envolvidas porque elas se davam muito bem com todo mundo. (SANTANA, 2021).

No momento que a entrevistada enfatiza que as irmãs Militão não se envolviam com as questões sociais da cidade e em seguida acrescenta que tinham bom relacionamento com as pessoas em geral, dá-nos a possibilidade de compreender muitas questões, como por exemplo, que elas se envolviam de acordo com seu modo de vida, elaborando suas próprias estratégias e agindo de acordo com suas crenças, saberes e tradições. Isso demonstra a grande autonomia que tinham, além de se preservarem de diversas interferências externas que poderiam ocorrer, tirando-lhes a autonomia e autoria das ações, além da própria segurança e bem-estar. Outra fala reafirma isso:

Elas eram muito amorosas, muito mesmo, tudo que tinha em todas as casas da rua e outras famílias também elas eram convidadas, elas que não gostavam de aparecer. A Lourdes só gostava de aparecer nas missas quando botava o vozeirão dela que se destacava no meio de todo mundo, tanto nas orações, como nos cânticos. Ela tinha voz forte, boa, então... (SANTANA, 2021).

A entrevistada declara que as irmãs Militão “são um patrimônio da nossa rua”. E justifica com muitas práticas que elas realizavam naquela comunidade:

Se não houvesse as irmãs Militão a Rua Rui Barbosa em Senhor do Bonfim não seria a mesma, porque elas eram amigas de todo mundo, elas pegavam todas as crianças, elas davam conselhos a todo mundo, elas rezavam, elas ajudavam no batismo, elas ajudavam a educar, ajudava a tomar a benção, elas ajudavam as crianças nascerem. (SANTANA, 2021).

Diante dessas e outras memórias que resistem nos moradores de Senhor do Bonfim, alimentando inclusive o imaginário social da população da cidade, é inegável a contribuição de Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão na manutenção e propagação da cultura local, tornando-se inesquecíveis e adentrando na historiografia do Município de Senhor do Bonfim e da história da educação, baiana e brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UMA HISTÓRIA INCONCLUSA

As Militão! A expressão por si só nos faz lembrar controle e disciplina diante da associação com uma instituição criada para manter a ordem, controlar, proteger, vigiar, corrigir e tantos outros verbos com significado parecido... A princípio, eu mesma como pesquisadora cheguei a pensar que era apenas um apelido. Outras pessoas ao longo da pesquisa também demonstravam espanto ao saber que Militão era o sobrenome oficial das Irmãs Militão. Após a pesquisa, asseguro que Militão era o sobrenome de duas mulheres negras, pobres, inteligentes e batalhadoras que criaram estratégias para inserir-se no espaço social por meio de seus saberes, crenças, tradições... sendo respeitadas, temidas e queridas por muitos que conviveram com as mesmas.

Esta tese constitui o resultado de uma pesquisa para compor a história das Irmãs Militão como educadoras e desvendar assim como o nome, outras particularidades das suas trajetórias que vão além dos ditos e não ditos popularmente sobre essas duas mulheres negras, professoras leigas, religiosas fervorosas, de certa forma misteriosas, e lutadoras. Digo misteriosas por se tratar de trajetórias inconclusas diante das subjetividades que acometem a memória individual e coletiva. Mas adianto que mesmo que se tratasse de uma pesquisa autobiográfica, essa inconclusão permaneceria, porque assim como, de acordo com as fontes, as irmãs Militão mantinham suas reservas em relação a aspectos e passagens de suas vidas, também manteriam se fossem elas as entrevistadas na pesquisa. Digo lutadoras porque ser mulher, negra e pobre significa vencer mais obstáculos para assumir a própria identidade e conquistar espaços, por mais simples que sejam. A sobrevivência e transformação da mulher negra é mais difícil e sempre marcada por muitas lutas.

Para compreender as trajetórias de Maria Floripes Militão e Maria de Lourdes Militão, rememorei primeiramente a minha história pessoal, me identificando como mulher negra, de origem pobre e que enxergou a educação escolar como forma de transformação e ascensão social. Em seguida, procurei aprofundar os estudos sobre a história da educação dos negros no Brasil, adentrando sobre a feminização do Magistério. Identifiquei outras mulheres negras que se tornaram representatividade a partir da educação. Durante esse percurso de base investigativa, a percepção inicial de que algumas mulheres negras se tornaram/tornam professoras como estratégia de resistência ao racismo, aos preconceitos e discriminações foi criando corpo, sendo

confirmada nas diversas fontes analisadas, nas entrelinhas e nos ditos e não ditos que vão surgindo no decorrer da pesquisa.

As trajetórias de vida das irmãs Militão demonstram que elas desempenhavam várias funções e afazeres, no entanto foi como professoras na sua própria escola que funcionava na própria residência, que elas se tornaram conhecidas e respeitadas. Aquele espaço, a casa das irmãs Militão, constituía um lugar de lutas, aprendizagens, transformações, educação, cultura e religiosidade.

De acordo com as fontes foi possível identificar rastros da formação familiar das professoras, saberes, crenças e tradições que norteavam a vida das duas, assim como identificar as particularidades de cada uma e compreender as intencionalidades de suas práticas e posturas diante do público diverso que frequentava a casa-escola.

Manter sempre a autonomia e o controle das atividades e situações cotidianas, reafirmando seus processos identitários, foram estilos de vida marcantes nas trajetórias dessas duas mulheres. Esses estilos de vida atrelados ao ofício de ensinar como professoras, foram estratégias usadas para ocupar espaço e garantir a inserção social necessária para promoverem a transformação social dos indivíduos que frequentavam aquele espaço, além de se auto-afirmarem como agentes transformadoras e autônomas. Digo isso baseada na capacidade de decisão e atuação que as Irmãs Militão conquistaram para gerir a sua residência e local de trabalho.

A análise e comparação das diferentes fontes foi essencial para compreender nas entrelinhas, as trajetórias de vida das Irmãs Militão, inclusive a diversidade de práticas educativas, culturais e religiosas que faziam parte do cotidiano das duas irmãs e que identificavam que tipo de sujeito eram elas, suas personalidades e escolhas de vida.

A origem dos diversos saberes, práticas e hábitos das irmãs Militão, continua de certa forma desconhecida, pois pouco se sabe das suas origens, incluindo os seus antepassados. De acordo com as narrativas, elas próprias faziam questão de mencionar pouco sobre suas origens e desconversavam sempre que alguém questionava sobre seus antepassados e onde aprenderam determinados saberes e práticas.

De acordo com as narrativas, percebemos que mesmo com as referências sobre as duas irmãs tornando-as muitas vezes únicas, tanto pelo nome quanto pelas práticas, podemos constatar diversas individualidades, como por exemplo o jeito de

ser de cada uma delas, conforme expressa Bezerra (2022): “Lourdes era mais alegre, sorridente..., ela que era conselheira; a Di era mais séria, mais rigorosa e quem batia mais também era a Di”. Apesar de uma certa generalização sobre as ações desempenhadas pelas irmãs Militão, elas apresentavam muitas diferenças no jeito de ser pessoal e profissional. As pessoas mais próximas evidenciavam as principais diferenças entre as duas mulheres, identificando-as de acordo com suas personalidades, interesses e ocupações.

Várias narrativas também demonstraram que a Tia Di era a pessoa que organizava a escola. Se tivesse uma hierarquia, podia ser considerada a diretora e coordenadora das atividades. Ela também foi quem se preocupou com o avanço da sua escolaridade e buscou meios de obter mais conhecimentos e certificação. Além disso, enquanto Tia Lourdes se ausentava para acompanhar o sobrinho que estudava na capital Salvador, Tia Di permanecia em Senhor do Bonfim, cuidando da casa-escola e assumindo o ofício de ensinar. Isso nos faz inferir que Maria Floripes Militão, a Tia Di, era a principal responsável pela casa-escola, uma vez que assumia as maiores responsabilidades, buscava formação e conduzia sozinha a casa-escola na ausência de Tia Lourdes. Apesar dessas percepções, de acordo com as fontes pesquisadas, no imaginário social bonfinense, as duas irmãs assumiam as funções de professora e eram as responsáveis pelo funcionamento da escola, atribuindo as mesmas funções as duas irmãs e sem evidenciar as particularidades na atuação das duas professoras.

As percepções sobre a Escola das Militão e determinadas práticas executadas pelas professoras variam em alguns aspectos, sobretudo em relação a rigidez, a depender da relação estabelecida com as mestras, tanto na relação pessoal e familiar quanto para quem foi aluno ou apenas conhecedor do espaço e das professoras.

Para quem foi aluno, ocorre também variações na percepção, visto que muitos foram matriculados contra a vontade própria e assumem que eram alunos trabalhosos e/ou com dificuldades de aprendizagem e de comportamento. Daí o fato de alguns recordarem apenas o medo, enquanto outros relatam experiências agradáveis. Outro fato importante é que percebemos divergências sobre o mesmo assunto nas narrativas de alunos de diferentes épocas. Colaboradores e entrevistados que relataram fatos da década de 1960 e 1970, trouxeram memórias de castigos mais severos, como por exemplo, ficar de joelhos sobre os caroços de milho, apanhar de régua, sentar-se em caixotes de madeira, a descrição muito precária da fossa usada

como sanitário no fundo do quintal. Os entrevistados e colaboradores que tiveram contato a partir da década de 1980, narram memórias que evidenciam somente a palmatória como instrumento de castigos físicos; alunos mais adiantados ajudando as professoras durante o período de aula, bancos e cadeiras para sentar, entre outras marcas da cultura escolar.

Essas controvérsias e diferenças de narrativas demonstram que, com o passar do tempo as professoras iam se aperfeiçoando, modificando algumas práticas, excluindo alguns castigos, e até modificando o espaço e a disposição e tipo de mobiliários. Essas mudanças ocorreram, seja pela continuidade de estudos feitos por Tia Di, seja por avançar e transformar as práticas de acordo com as experiências vividas e as transformações da sociedade. O que se sabe é que a Escola das Militão, assim como as próprias mestras acompanhavam as evoluções sociais, assim como todo processo e ambiente educativo, mesmo que de forma lenta, pouco perceptível, para muitos frequentadores daquela casa.

Nas narrativas também é possível perceber as diferentes estratégias que as professoras utilizavam no dia a dia para se manterem protegidas. Dentre essas estratégias, aponto o fato de concentrarem a vida social na própria casa-escola, no seu ambiente, onde as regras eram estabelecidas por elas próprias. Outra estratégia era a forma de se impor através de respostas duras, firmes e até grosseiras, evitando assim demonstrar fragilidades, e perder a posição de controle. Como professoras, assumiam uma postura rígida e mesmo nas situações de conversas e risos, o controle da situação se concentrava nelas, seja por medo ou respeito.

A religiosidade também garantia o tratamento respeitoso para com as Irmãs Militão e contribuía para manter a imagem de mulheres puras, de valores morais firmes, dignas de serem pessoas consideradas e professoras respeitadas.

Outro aspecto importante era a demonstração de um estilo de vida simples, sem apegos materiais e caseiro. Saiam somente para eventos religiosos, eventos esses predominantemente da igreja católica, como missas, novenas, procissões, etc.

As práticas religiosas de matriz africana aparecem nas narrativas de forma sutil e camuflada pelos colaboradores e entrevistados, mas é possível perceber que as Irmãs Militão mantinham algumas no seu cotidiano, como os carurus que ofereciam, por exemplo. Isso também nos faz inferir que também eram estratégias de reafirmação identitária, resistência aos preconceitos e manutenção das tradições.

Outro fato importante identificado durante a pesquisa é que as narrativas variam a partir do nível de relação que as pessoas estabeleciam com as duas irmãs. Sendo assim, muitos fatos e opiniões que circulam no imaginário social são resultados do tipo de convivência, ou até mesmo da ausência, em que na segunda opção, as pessoas modificavam e criavam histórias envolvendo as irmãs Militão.

Alunos que eram filhos de vizinhos e amigos das professoras, têm memórias agradáveis da casa-escola porque frequentavam em outros momentos além daqueles de aula. Esses vivenciavam e participavam dos festejos, das comemorações e da rotina alegre e descontraída da casa. Já aqueles que não tinham esse contato em outros momentos diferentes das aulas, desconhecem essas festividades e até a ludicidade das práticas realizadas na casa-escola das Militão, guardando memórias restritas ao funcionamento da escola e de medo das professoras. Existiam ainda as pessoas que não estudavam e não frequentavam a casa-escola, no entanto reproduziam de forma distorcidas alguns fatos do cotidiano das professoras.

Por meio dessa pesquisa, identificamos os sentidos e significados do modo de vida de Tia Lourdes e Tia Di, evidenciando hábitos, interesses, saberes, práticas e personalidade de cada uma, da mesma forma que compreendemos o imaginário social ao atribuir os acontecimentos da casa-escola às irmãs Militão indiscriminadamente, não diferenciando as duas mulheres professoras.

Dessa forma, essa tese possibilita muitas contribuições para a História da Educação. Aponto primeiramente que de modo geral ela trata da história da educação da população dos negros no Brasil. Em seguida afunila para a história das mulheres negras. Nesse momento, apontamos para o exercício do magistério como estratégia de resistência e ascensão social dessas mulheres. E aí, escolhemos Maria de Lourdes Militão e Maria Floripes Militão, como sujeitos de pesquisa e personagens principais para representar essa trama também vivida pela própria pesquisadora e tantas outras mulheres negras brasileiras que lutaram para transformar as próprias condições de vida e incentivar outros sujeitos a vencer as adversidades sociais e econômicas por meio da educação.

Outra contribuição importante para a História da Educação, não menos importante do que a composição do objeto de pesquisa, foi o caminho metodológico percorrido para alcançar os objetivos propostos. Fazer uso da História Oral e da História Pública Digital, extrapolando o que está escrito nos manuais e publicações

sobre; criar estratégias próprias, respeitando o rigor necessário para a pesquisa científica, para driblar as adversidades que surgiram ao longo do percurso de pesquisa; dar voz e visibilidade aos sujeitos e fontes que por muito tempo foram desconsideradas; entre outras ações, foram itinerários indispensáveis para a elaboração dessa tese e que constituem contribuições para a História da Educação.

Sobre usar a História Oral e a História Pública Digital como metodologia de pesquisa, destaco a importância e riqueza de informações obtidas através da rede social Facebook como local de memória por parte de muitos usuários e a alimentação de uma rede de contatos que possibilitou a complementação de informações e indícios para outros caminhos a percorrer, facilitando o cotejamento de fontes, enriquecendo a análise e permitindo a construção de novas fontes.

A História Pública especificamente, permite que a pesquisa não encerre com a elaboração e defesa da tese, pois é preciso dar retorno aos envolvidos e a comunidade em geral, através da publicização dos resultados e da disponibilidade de novas fontes para novas pesquisas da área. Dessa forma, a metodologia adotada também constitui uma contribuição para a História da Educação, por dar voz e visibilidade às pessoas comuns da contemporaneidade, mais precisamente às mulheres negras que para saírem do lugar privado e subserviente que lhes foi atribuído, precisaram usar a criatividade e a coragem para traçar estratégias, anular alguns aspectos da vida e se fazer presença em outros, demarcando espaços e assumindo posturas contrárias às fragilidades que foram impostas ao comportamento feminino.

Conhecer o passado é essencial para os sujeitos engajados com o social. Eu, como mulher negra e professora, me coloquei no lugar das Irmãs Militão para compreender, sem julgar, as suas trajetórias. Para isso, foi preciso retomar fatos e memórias, tomando o cuidado para não dar asas à imaginação. Como foi mencionado no decorrer do texto, há muitas histórias sobre as Irmãs Militão no imaginário social do povo bonfinense. Foram as fontes encontradas que delimitaram, explicitaram e disseram-me que Tia Lourdes e Tia Di, duas mulheres negras e pobres, professoras leigas, se utilizaram das experiências acumuladas no decorrer da vida doméstica, escolar e religiosa para construir uma concepção de educação baseada em princípios de igualdade, sem discriminação, sem preconceitos, de acordo com uma perspectiva ética em que usava o ofício de ensinar, seja com conselhos ou castigos, porém sem reproduzir processos de discriminação.

Essas mesmas fontes deixam algumas interrogações também, as quais jamais serão respondidas por qualquer pesquisador, pois as respostas estão nas fragilidades, desejos, pensamentos, lutas e memórias sucumbidas por Maria Floripes Militão e Maria de Lourdes Militão para que as mulheres valentes, corajosas, trabalhadoras, solteiras, celibatárias, religiosas, respeitadas, professoras e tantos outros significados e adjetivos se sobressaíssem diante de uma sociedade racista e discriminatória, mesmo quando aparenta sempre muita “cordialidade”.

Por fim, é preciso enfatizar que a ideia homogênea das Irmãs Militão como mulheres negras e professoras leigas foi sedimentada no imaginário social bonfinense, fazendo com que as duas não se diferenciasssem muitas vezes. No entanto, Tia Lourdes e Tia Di apresentavam muitas singularidades que as diferenciavam e evidenciavam os papéis desempenhados por essas mulheres individualmente. Cada uma delas, assim como a pesquisadora que escreve esse texto e tantas outras mulheres negras professoras, traçaram o seu caminho com lutas, coragem, autenticidade, empatia, fé e a certeza que por meio da educação escolar seria possível transformar a si mesma e a outros sujeitos, ocupando novos espaços e assumindo um lugar como sujeito histórico e social.

Dessa forma, encerro essa seção reafirmando que Maria Floripes Militão e Maria de Lourdes Militão, Tia Di e Tia Lourdes, respectivamente, resistiram ao racismo, preconceitos e discriminações da época, dedicando suas vidas ao ofício de ensinar, galgando uma posição social de destaque, protegendo-se das injustiças sociais, multiplicando saberes, crenças e tradições e formando outras vidas para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. Ed. Belo Horizonte: FGV, 2013.
- ALMEIDA, D. B. As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológicas. **Revista História da Educação**. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29033>. Acesso em 10 de agosto de 2020.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editor da UNESP, 1998.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**, Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.). **O estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil** [recurso eletrônico]. Vitória/ES: SBHE/VirtuaLivros, 2015. 162 p. (Coleção Documentos da Educação Brasileira; 13). Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2018.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de Barros. **'Negrinhos que por ahí andão': a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: USP, 2005.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de Barros. **Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX)**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. [S.l.: **Unifem**], 2011. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.
- CARNEIRO, R. de C. O. **Quando a Casa é a Escola: trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia (1950-1980)**. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade). Salvador: UNEB. 2018.
- CASTORIADIS, Cornelius 1922 - 1997 – **Sujeito e verdade no mundo social-histórico: Seminários 1986-1987: a criação humana I**. Cornelious Castoriadis; texto estabelecido, apresentado e editado por Enrique Escolar e Pascoal Vernay; tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto VI – figuras do pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, B. L. P. História Pública e Redes Sociais na Internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, p. 35-53, set. 2016.

CATANI, Denice Bárbara. Pierre Bourdieu e a História (da educação). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 319-340.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema :escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). IN: BENCOSTA, Marcus Levy Albino. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos (Org.) São Paulo: Cortez, 2007. p. 79 – 99.

DEMARTINI, Z. “A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX”. **Revista da ANDE**, São Paulo (8 - 14), 1989.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil: 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400p.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**. São Paulo, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul.dez. 2009.

ESCOLANO, Agustín. **A Escola como cultura**: experiência, memória, arqueologia. Ed. Alínea, 2017. 282 p.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FONSECA, M. V. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói-RJ: EdUFF, 2016. p. 29- 50.

FONSECA, M. V. e BARROS, S. A. P.(Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói-RJ: EdUFF, 2016.

FONSECA, Marcos Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 13 jan./abr. 2007, p. 13-50.

FONSECA, Marcus Vinicius. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP, v. 2, n. 4, p. 123-144, jul./dez. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GATTI, Bernadete A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **Eccos Revista Científica**, vol. 1, núm.1. UNINOVE, São Paulo, 1999, pp. 63-79. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/715/71511277007.pdf> Acesso em 11/06/2013.

GATTI, Bernadete; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, N. L. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**. v. 6-7. 1996. p. 67-82. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>. Acesso em 10 de maio de 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Mulheres Negras e Educação**: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta. 1999. Disponível em: <www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/profas_negras.pdf>. Acesso em 10 dez. 2018.

GONZALEZ, Lélia/ Alex Ratts e Flávia Rios. **Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20%C3%A9lia%20. Acesso em 13 de dez de 2021.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural (PACC-UFRJ)**, Ano VIII, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>>. Acesso em: 5 mai. 2014

HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HITA, Maria Gabriela. **Raça, racismo e genética**: em debates científicos e controvérsias sociais. Salvador: EDUFBA, 2017.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no séc. XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria & Pesquisa**. v.42-43, p. 63-110, 2003.

HOOKS, bell. 1984. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: Educa, 2002.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Os Cinco Olhos do Diabo: os castigos corporais nas escolas do século XIX. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 627-646, maio/ago. 2012.

LIMA, M. T. G. de A., JAQUES, K. M. de M., ÁVILA, T. M. P. Facebook – Um novo espaço autobiográfico? **LETRAS & LETRAS**. v. 31, n. 1, p. 282-298, jan/jun. 2015, ISSN 1981-5239. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras>. Acesso em: 03 nov 2019.

MEC. **VI Encontro Nacional de Chefes do Serviço de Supervisão do Ensino Primário**. Relatório. Alagoas-Sergipe.1969. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/VI_encontro_nacional_1969.pdf. Acesso em novembro de 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe; RIBEIRO, Suzana Salgado. **Guia prático de história oral**. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo**: da desigualdade à intolerância. São Paulo em Perspectiva, abr./jun., 1990.

MUNANGA, Kabengele. Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental. In: **Revista Temas**, I (I), São Paulo, 1984, p. 39-47.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes, 2004.

NÓVOA, Antonio (org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto, 1995.

NÓVOA, Antonio (org.). **Profissão Professor**. Porto: Editora Porto, 1999.

NUNES, Clarice. Quando a casa vira escola: a modernidade pedagógica no Brasil. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlete M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Mauad X: FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, A. A relação entre raça e educação na obra de Gilberto Freyre. **Universitas Humanística**, n. 81, 2016, 305-329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.uh81.rere>. Acesso em 15 de abril de 2021

OLIVEIRA, Dennis de. Relações raciais e poder. **Revista Princípios**, n. 34, p. 39-43, 1994.

PAZ, M. G. **Irmãs Militão**: professoras leigas, disciplina rígida com castigos físicos, "a lição" no bureau, a sabatina da taboada com palmatória com furinho no meio e a pedra da "licença". Senhor do Bonfim, 16 dez. 2015. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=irm%C3%A3s%20milit%C3%A3o&epa=SEARCH_BOX. Acesso em 30 set. 2019

PEIXOTO, J. R. A. S. **Irmãs Militão**: cotidiano, práticas e o funcionamento de uma casa-escola em Senhor do Bonfim de 1975 – 1985. 2014. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Estado da Bahia, Campus IV. Jacobina-BA. 2014. Disponível em: www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/729. Acesso em 14 de nov de 2019.

PERES, Eliane. **Como Marias aprendem a ler?** Mulheres e aprendizados da leitura e da escrita (séculos XIX e XX). Curitiba: CRV.2021

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, C., SANTOS, E., orgs. **Facebook e Educação**: publicar, curtir, compartilhar [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/c3h5q/pdf/porto-9788578792831.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2020.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. De lavradora a professora primária na roça: narrativas, docência e profissionalização. **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n.65, abr-jun. 2016.

ROCHA, Solange Helena Ximenes. **Construção da Ação Docente**: aprendizagens de professoras leigas em classes multisseriadas na escola do campo. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCar. 2017.

SANTIAGO, R., MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J.R. **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 4, p. 145-166, jul./dez. 2002.

SIMÕES, Regina; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História e historiografia no pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa histórica em educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**, v. 2, Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SOUSA NETO, Marcelo; ARAUJO, F. A. M. (org.) **História e memória de instituições escolares brasileiras** – Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2020. E-book. ISBN: 978-65-88307-11-3

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre/Salvador: EDIPUCRS/EDUNEB, 2006.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido** Revista Educação, Santa Maria, v. 39, n. 1, jan/abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/11344/pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A: Salvador, BA: UNEB, 2006.

SOUZA, Francisco das Chagas de Loiola. **A Trajetória de uma profissão: da "casa da professora" à "escola urbanizada"**. II CBHE, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3145.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material escolar: um balanço inicial. IN: BENCOSTA, Marcus Levy Albino. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos** (Org.) São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THOMPSON, P. **A voz do Passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

VIANA, E. M. S.; SANTOS, C. E. F. dos. Política de Formação de Professores Leigos na Ditadura Civil-militar e a Memória de Educadores no Sertão da Bahia (1967 – 1983). **Tempos Históricos**, v. 22, n. 2, p. 659–678, 2019. DOI: 10.36449/rth.v22i2.19565. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/19565>. Acesso em: 10 jan. 2022.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio escolar como objeto histórico: una trayectoria intelectual. **Historia y Memoria de la Educación**, [S. l.], n. 13, p. 21–48, 2020. DOI: 10.5944/hme.13.2021.27695. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/view/27695>. Acesso em: 21 jan. 2022.

VINÃO, A. Frago e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001

Fontes Orais/ Entrevistas

ANDRADE, L. B. de. Entrevista oral.[outubro de 2021]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 1h09min25s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola

BEZERRA, J. A. Entrevista oral. [março de 2022]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 46min35s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola

ESPÍRITO SANTO, Edeil R. do. Entrevista oral. [setembro de 2021]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 1h09min40s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola.

MILITÃO, M. das D. Entrevista oral. [fevereiro de 2022]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 1h32min17s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola.

PAZ, M. da G. da. Entrevista oral. [setembro de 2021]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 43min17s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola

PEREIRA, M. da S. Entrevista oral. [janeiro de 2022]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 42min39s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola.

SANTANA, Evanete. Entrevista oral.[setembro de 2021]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 1h14min59s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola

SANTOS, A. C. dos. Entrevista oral. [junho de 2022]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 41min26s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola

SANTOS, E. F. dos. Entrevista oral. [outubro de 2021]. Entrevistadora Luzinete Moreira da Silva. Senhor do Bonfim, 2022. Gravador formato MP3 e Celular Samsung A11. Duração 49min24s. Entrevista concedida à pesquisa: AS IRMÃS MILITÃO E A ESCOLA SANTA TEREZINHA EM SENHOR DO BONFIM- BAHIA: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola

Fontes escritas

Certidão de Nascimento de Maria de Lourdes Militão

Certidão de Óbito de Maria de Lourdes Militão

Certidão de Nascimento de Maria Floripes Gonçalves Militão

Certidão de Óbito de Maria Floripes Gonçalves Militão

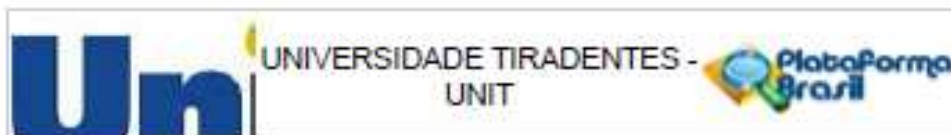
Histórico Escolar de Maria Floripes Gonçalves Militão

Certificado de Conclusão do Curso Ginásial de Maria Floripes Gonçalves Militão

Jornal da Bahia. Recorte de Jornal. 29 e 30 de novembro de 1970

ANEXOS

ANEXO A: Parecer do Comitê de Ética da Universidade Tiradentes



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Trajetórias de Vida de Professoras Negras de Senhor do Bonfim-Bahia: saberes, formação e práticas

Pesquisador: LUZINETE MOREIRA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44293020.7.0000.5371

Instituição Proponente: SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

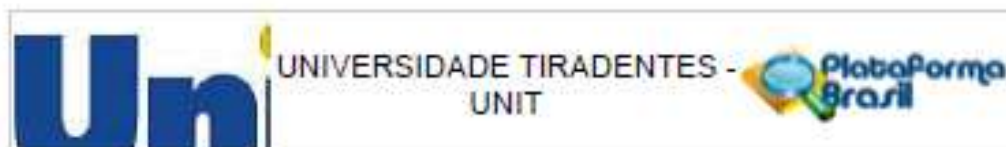
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.816.800

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa trata de um estudo sobre as trajetórias pessoais e profissionais de professoras negras que viveram e/ou vivem no município de Senhor do Bonfim-BA, contribuindo com a educação local e mantendo-se nas memórias individual e coletiva dos moradores. A relevância do tema se justifica ao considerarmos a história do povo negro brasileiro sobretudo considerando o difícil e tardio acesso à educação e conseqüentemente a formação como profissional da educação, sobretudo para as mulheres. Dessa forma, temos como objetivo geral analisar as concepções de educação de acordo com as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras, assim como os processos de formação e saberes presentes nas histórias de vida destas. Para alcançarmos esse objetivo e outros mais específicos, faremos uso de uma metodologia de caráter qualitativo, que caminha pelos campos da História Pública Digital e se utiliza dos recursos da História Oral para compor as trajetórias dos sujeitos de pesquisa na forma de narrativas (auto) biográficas. Para isso, nos embasaremos em um repertório teórico-metodológico bem vasto, que abrange a formação de professores, saberes e práticas, assim como aqueles que discutem o fazer metodológico de uma pesquisa dessa natureza, como por exemplo Nóvoa, Escolano, Tardif, Porto, Vereni, Mehey, e outros. Esperamos compor as trajetórias das professoras pesquisadas, dando a merecida visibilidade e contribuindo com a historiografia da educação local e regional.

Endereço: Campus Ferrolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DFE - Bloco F - Térreo
 Bairro: Bairro Ferrolândia CEP: 49.032-400
 UF: SE Município: ARACAJU
 Telefones: (79)3216-2206 Fax: (79)3216-2100 E-mail: cep@unit.br



Continuação do Parecer: 4.010.500

Objetivo da Pesquisa:

Geral:

Analisar as concepções de educação de acordo com as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras, assim como os processos de formação e saberes presentes nas histórias de vida destas.

Específicos:

- Compor as trajetórias de professoras negras que atuaram em Senhor do Bonfim-BA, dando ênfase a trajetória pessoal e profissional para compreender os processos de formação e as intencionalidades de suas práticas.
- Investigar a trajetória pessoal e profissional e a relação com os processos identitários das professoras negras.
- Identificar semelhanças e diferenças no processo de escolarização e trajetórias das professoras pesquisadas como determinantes para a formação e atuação destas.
- Identificar nas trajetórias das professoras pesquisadas, as formas e existência ou não, de implicações no respeito às diferenças, e a resistência ao racismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto de pesquisa apresenta as relações de riscos e benefícios de forma adequada, de acordo com a Resolução CNS nº 510/16

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa apresenta as relações de riscos e benefícios de forma adequada, de acordo com a Resolução CNS nº 510/16.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Ao anexar a documentação quando assinadas, será necessário inserir a Declaração de Pesquisadores, conforme exigida, legível; e inserir NOME dos orientadores na Declaração da Instituição.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este projeto está sendo aprovado, pois foram realizadas as correções solicitadas.

Ao anexar a documentação quando assinadas, será necessário inserir a Declaração de Pesquisadores, conforme exigida, legível; e inserir NOME dos orientadores na Declaração da Instituição.

Considerações Finais a critério do CEP:

PB: Plataforma Brasil; PD: Projeto detalhado; FR: folha de rosto.

Endereço: Campus Fariolândia - Av. Múlio Dantas, 500 - DPE - Bloco F - Térreo
 Bairro: Bairro Fariolândia CEP: 40.032-460
 UF: SE Município: ARACAJU
 Telefone: (79)3218-2208 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br

Continuação do Parecer: 4.016.900

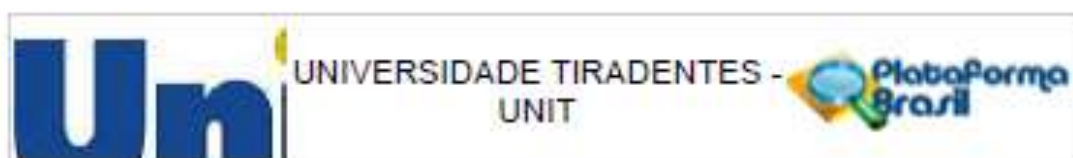
O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS n° 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou a CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Para os projetos que receberem situação de parecer "PENDENTE", o pesquisador terá um prazo de 30 dias para proceder aos ajustes e reencaminhar os documentos para o CEP/Unit. Findo este prazo o projeto será arquivado pelo CEP/Unit, e desta forma o pesquisador deverá realizar um novo procedimento de submissão.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1551895.pdf	03/06/2021 22:59:24		Aceito
Outros	respostaparecer.pdf	03/06/2021 22:52:00	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_pesquisadora_modificada.pdf	03/06/2021 22:44:13	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_luzineta_modificado.pdf	03/06/2021 22:02:48	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	03/06/2021 21:57:03	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_2.pdf	30/10/2020 12:23:40	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_1.pdf	30/10/2020 12:23:07	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito

Endereço: Campus Feróvinda - Av. Múlio Denton, 900 - DPE - Bloco F - Térreo
 Bairro: Bairro Feróvinda CEP: 49.032-460
 UF: SE Município: ARACAJU
 Telefone: (79)3218-2208 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br



Continuação do Parecer: 4.016.900

Outros	termo_compromisso_envio_documentos_instituicao.pdf	30/10/2020 12:22:32	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Outros	termo_compromisso_confidencialidade.pdf	30/10/2020 12:22:01	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_instituicao.pdf	30/10/2020 12:18:01	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Outros	2020_10_30_print_email_instituicao.png	30/10/2020 12:17:31	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Outros	autorizacao_de_uso_de_imagem_e_documento.pdf	30/10/2020 12:16:35	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	30/10/2020 11:57:43	LUZINETE MOREIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 30 de Junho de 2021

Assinado por:
ADRIANA KARLA DE LIMA
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Fariolândia - Av. Murilo Dantas, 900 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Fariolândia CEP: 49.032-400
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (79)3218-2208 Fax: (79)3218-2100 E-mail: conp@unit.br

ANEXO B: Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE), de acordo com a Resolução nº 510/16, que trata de pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Trajetórias de Vida de Professoras Negras de Senhor do Bonfim-Bahia: saberes, formação e práticas”, desenvolvida por Luzinete Moreira da Silva, discente de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPED da Universidade Tiradentes – UNIT/Sergipe), residente na Rua José Fernandes Teixeira, nº 315, Loteamento Eduardo, Petrolina-PE, CEP 56.328-067, Tel Cel (87) 98838-5537, Email: luzmoreira2009@gmail.com.

Esta pesquisa está sob orientação do Professor Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, Tel Cel: (79) 99114-5678, e sob a co-orientação da Professora Dr^a Olívia Morais de Medeiros Neta, Tel Cel (84) 99948-0680, Email: olivianeta@gmail.com.

O objetivo central do estudo é analisar as concepções de educação de acordo com as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras pesquisadas, assim como os processos de formação e saberes presentes nas histórias de vida destas.

O convite a sua participação se deve à relação estabelecida com as professoras pesquisadas, seja como professoras negras que atuaram no recorte temporal estudado, seja como vizinhos, ex-alunos, parentes e amigos das duas professoras já falecidas e que também são participantes da pesquisa.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Serão tomadas as seguintes medidas para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas: Apenas os pesquisadores do projeto, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades que não estejam estabelecidas nesse termo.

Considerando que a mostra de entrevistados é relativamente pequena, que os depoentes são pessoas de fácil identificação no lócus da pesquisa e que as entrevistas serão gravadas, no intuito de utilizar algumas imagens e áudio na produção de um documentário, garantimos a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, publicando somente o que for consentido pelos entrevistados após a leitura das transcrições das entrevistas, da mesma forma que a divulgação da sua identidade só será feita com o seu consentimento prévio.

A qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento sem qualquer prejuízo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista, à pesquisadora do projeto. Serão utilizados recursos audiovisuais, uma prerrogativa para a participação dos possíveis depoentes.

O tempo de duração da entrevista será de aproximadamente duas horas, podendo variar de acordo com a disponibilidade, interesse e envolvimento do entrevistado.

Não haverá pagamento para os participantes da pesquisa, visto que é uma atividade voluntária. No entanto, como as entrevistas serão realizadas em locais acordados com os próprios participantes, podendo ser a própria residência do entrevistado ou local que o mesmo julgar adequado, os possíveis deslocamentos, bebida e alimentação, quando necessários, serão custeados pela pesquisadora

Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, para utilização em pesquisas futuras, sendo necessário, para isso, novo contato para que você forneça seu consentimento específico para a nova pesquisa que será submetida a avaliação do Comitê de Ética.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de possibilitar a participação das professoras estudadas na historiografia local, dando visibilidade as suas histórias de vida, suas contribuições educacionais e fatos que constituem inspiração para outras gerações.

Diante da natureza da pesquisa e da metodologia que será utilizada, citamos alguns riscos e a respectiva ação para minimizá-los:

- Risco de constrangimento e desconforto: o entrevistado decide local, horário e o que deve permanecer ou não na transcrição e posteriormente nos resultados;

-Risco de identificação indireta, devido ao número restrito de participantes: o participante estando ciente dessa possibilidade, autorizará ou não a quebra de anonimato, o que será respeitado pela pesquisadora;

- Risco de dano emocional a partir do avivamento de memórias: o participante será acolhido de forma a se sentir seguro e confiante tanto para os momentos de fala, quanto para os momentos de silenciamento ou demonstrações de sentimentos, antes, durante e após a pesquisa.

Os resultados serão apresentados aos participantes em palestras dirigidas a um público formado pelos entrevistados, familiares das professoras envolvidas na pesquisa, autoridades locais, sobretudo da área educacional do Município de Senhor do Bonfim. Haverá também a apresentação do documentário sobre as professoras pesquisadas e palestras em instituições escolares, que demonstrarem interesse.

Além desse retorno à comunidade, os resultados da pesquisa serão divulgados também através da publicação da tese, de artigos, livro e em eventos científicos.

Este termo foi redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Registro.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel do CEP/UNIT: (79) 3218-2128/2206

E-Mail: cep@unit.br

<https://portal.unit.br/pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa/>

Endereço: Comitê de Ética e Pesquisa / PPgPE

Av. Murilo Dantas, 300 – Bloco F – Térreo, Campus Farolândia. Aracaju-SE.

Responsável (Coordenadora): Profa. Dra. Adriana Karla de Lima

_____, _____ de _____ de _____

Pesquisadora: Luzinete Moreira da Silva

Cristiano de Jesus Ferronato
Professor Orientador

Olívia de Moraes Medeiros Neta
Professora Co-orientadora

Eu, _____,
CPF _____ e RG _____

declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “Trajetórias de Vida de Professoras Negras de Senhor do Bonfim-Bahia” e concordo em participar.

Permito que minha identidade seja revelada nas publicações dos resultados da pesquisa.

Desejo manter o anonimato quanto a minha identidade nas publicações dos resultados da pesquisa.

_____, _____, de _____ de _____

(Assinatura do participante da pesquisa)

ANEXO C: Termo de autorização de uso de imagem e depoimento**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO**

Eu _____,
CPF _____, RG _____,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Luzinete Moreira da Silva, Cristiano de Jesus Ferronato, orientador, e Olívia Morais de Medeiros Neta, co-orientadora do projeto de pesquisa intitulado "Trajetórias de Vida de Professoras Negras de Senhor do Bonfim-BA: saberes, formação e práticas" a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

_____/_____/_____

Entrevistado

Luzinete Moreira da Silva

Pesquisador responsável pela entrevista

Anexo D: Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE TIRADENTES

PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistados: Parentes, amigos e ex-alunos das irmãs Militão

1. Apresentação do entrevistado e relação com os sujeitos de pesquisa:

1.1 Faça uma breve apresentação pessoal, identificando nome completo, idade, sexo, estado civil, profissão, a relação que estabeleceu com as irmãs Militão e mais o que considerar relevante para se apresentar.

1.2 Como vocês se conheceram? Relate um pouco desse tempo.

1.3 Como era sua relação com as irmãs Militão?

2. Características físicas e psicológicas e relações interpessoais

2.1 Descreva como eram fisicamente as Irmãs Militão,

2.2 Quais as principais características das Irmãs Militão?

2.3 Descreva o modo de ser das Irmãs Militão, enfatizando as principais características.

2.4 Como era a relação delas com as pessoas em geral?

3. A casa e a família

3.1 Fale sobre a casa das Irmãs Militão.

3.2 Como era formado o núcleo familiar das Militão?

3.3 Como era a relação com os familiares?

3.4 Quais os afazeres diários dos membros da família?

3.5 Qual a principal fonte de renda da família?

4. Rotina doméstica x escola

4.1 Quais os principais hábitos presentes no cotidiano das irmãs Militão?

4.2 Que tipo de atividades da casa se misturavam com as atividades da escola?
Ou isso não acontecia?

5 Religião

- 5.1 Quais as suas recordações sobre a prática religiosa das Militão?
- 5.2 Havia influência religiosa no método de ensinar das Militão? Justifique.

6 Política, lazer e classe social

- 6.1 De que forma as irmãs Militão se manifestavam politicamente?
- 6.2 As irmãs Militão participavam ou promoviam atividades de lazer? Em caso afirmativo, quais e como?
- 6.3 Diante do papel que desempenhavam como educadoras, qual a posição que ocupavam na sociedade bonfinense?

7 Escola e comunidade

- 7.1 Qual o nome da escola das Militão e onde se localizava?
- 7.2 Como era a estrutura física da escola?
- 7.3 Descreva os mobiliários e objetos da casa-escola das Militão.
- 7.4 Descreva o funcionamento da escola das irmãs Militão.
- 7.5 Quais as vantagens e desvantagens da escola das Militão para a educação do município?

8 Práticas educativas e método de ensino

- 8.1 Quais as práticas educativas efetivadas pelas irmãs Militão no processo de ensino-aprendizagem?
- 8.2 Quais as áreas do conhecimento eram priorizadas pelas professoras?
- 8.3 O que caracterizava o método usado pelas irmãs Militão?
- 8.4 Em que as irmãs Militão se baseavam para exercer a docência durante tantos anos?

9 Relação Professor x aluno

- 9.1 Como era a relação professor x aluno na escola das Militão?
- 9.2 Que práticas eram usadas como forma de disciplina/controle?
- 9.3 Que práticas se contrapunham aos castigos e que justificam a saudade e o respeito demonstrados por ex-alunos?

10 Memórias inesquecíveis

- 10.1 Quais aspectos ou fatos das irmãs Militão são inesquecíveis para você?
- 10.2 Defina quem foram as irmãs Militão de acordo com tudo que foi comentado até o momento.

ANEXO E: Imagem do livro de Batismo da paróquia

N.º	NOME	NOME DOS PAIS	DATA DO NASCIMENTO	PARÓQUIA DO BATISMO	LUGAR DO BATISMO	NOME DOS PADRINHOS
333	Barbara	Barbara e José de Souza e Francisca	09.06.1918	Matig	Matig	José de Souza e Isabel Maria da Silva
334	João	João e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
335	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
336	Isabel	Isabel e João de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
337	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
338	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
339	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
340	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
341	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
342	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
343	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
344	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
345	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
346	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
347	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
348	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
349	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo
350	Francisco	Francisco e Maria de Souza e Maria do Espírito Santo	09.06.1918	Matig	Matig	Francisco Francisco de Souza e Maria do Espírito Santo

O VICÁRIO, Pe. Volante Silva

BATIZADOS DA PAROQUIA DE São João do Bonfim				DIOCESE DE BONFIM - ESTADO DA BAHIA - BRASIL 1918			
N.º	NOME	NOME DOS PAIS	DATA DO NASCIMENTO	DATA DO ANTERIOR	ESTADO DO ANTERIOR	NOME DOS PADRINHOS	
200	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
201	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
202	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
203	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
204	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
205	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
206	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
207	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
208	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
209	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
210	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
211	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
212	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
213	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
214	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
215	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
216	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
217	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
218	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
219	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	
220	Paulista	Paulista	01.06.1920	01.06.1920	Bahia	Paulista	

O VICARIO DE. Volanteiro Silva

BAPTIZADOS NA PARÓQUIA DE ... ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Nº	NOME	DATA DO NASCIMENTO	DATA DO BAPTIZADO	LOCAL DO BAPTIZADO	PARÓQUIA
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120

o PADROEIRO: ...

BAPTIZADOS NA PARÓQUIA DE ... ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Nº	NOME	DATA DO NASCIMENTO	DATA DO BAPTIZADO	LOCAL DO BAPTIZADO	PARÓQUIA
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140

o PADROEIRO: ...

ANEXO F: Histórico Escolar de Maria Floripes – Colégio Comercial Senhor do Bonfim

**COLÉGIO COMERCIAL SENHOR DO BONFIM
SENHOR DO BONFIM — BAHIA**

HISTÓRICO ESCOLAR — CURSO COMERCIAL BAHIA

Maria Floripes Gonçalves Hilliño		
R da mãe de 1930	Salvador	Bahia
João José Gonçalves Hilliño		
Joana Sousa Gonçalves Hilliño		

Exame de Admissão em 1965. Rio			
Curso Colégio Comercial do Senhor do Bonfim			
Local Senhor do Bonfim		Estado Bahia	
Português	7,0	Geografia	7,5
Matemática	8,5	História	8,5
		7,37	

1ª Série em 1965. Escola Colégio Comercial do Senhor do Bonfim
Cidade Senhor do Bonfim Estado Bahia

DISCIPLINA	MÉDIA ANUAL	ANOS DE ESTUDO				MÉDIA GERAL
		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		
		Faltas	TÍTULOS	Faltas	TÍTULOS	
Portug. 1000	1000	670	—	—	670	
Inglês 1000	1000	670	—	—	670	
Matemat. 1000	1000	670	—	—	670	
Geograf. 1000	1000	670	—	—	670	
História 1000	1000	670	—	—	670	
PALTAS						
LEITE	DATA					
9						

Média Global 6,3

2ª Série em 1966. Escola Colégio Comercial do Senhor do Bonfim
Cidade Senhor do Bonfim Estado Bahia

DISCIPLINA	MÉDIA ANUAL	ANOS DE ESTUDO				MÉDIA GERAL
		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		
		Faltas	TÍTULOS	Faltas	TÍTULOS	
Portug. 300	300	110	—	—	110	
Matemat. 300	300	110	—	—	110	
Geograf. 300	300	110	—	—	110	
História 300	300	110	—	—	110	
Matemática 300	300	110	—	—	110	
PALTAS						
LEITE	DATA					
10						

Média Global 5,4

3ª Série em 1967. Escola Colégio Comercial do Senhor do Bonfim
Cidade Senhor do Bonfim Estado Bahia

DISCIPLINA	MÉDIA ANUAL	ANOS DE ESTUDO				MÉDIA GERAL
		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		
		Faltas	TÍTULOS	Faltas	TÍTULOS	
Portug. 300	300	150	500	—	—	
Matemat. 300	300	150	500	—	—	
Hist. Com. 300	300	150	500	—	—	
Ciênc. Nat. 300	300	150	500	—	—	
Inglês 300	300	150	500	—	—	
PALTAS						
LEITE	DATA					
16						

4ª Série em 1969. Escola Colégio Comercial do Senhor do Bonfim
Cidade Senhor do Bonfim Estado Bahia

DISCIPLINA	MÉDIA ANUAL	ANOS DE ESTUDO				MÉDIA GERAL
		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		
		Faltas	TÍTULOS	Faltas	TÍTULOS	
Portug. 100	100	50	—	—	50	
Matemat. 100	100	50	—	—	50	
Geog. Gen. 100	100	50	—	—	50	
Ciênc. Nat. 100	100	50	—	—	50	
Inglês 100	100	50	—	—	50	
PALTAS						
LEITE	DATA					
3						

Observação: Aluna no ano letivo de 1969 cursou a quarta série cinsial de comércio, ficando em 2ª época de Ciências e Prática de Comércio, e não compareceu para fazer os referidos exames. Autorização de Funcionamento Port. E.S.C. nº2369 de 1/10/1962, Vinculado ao Sistema Federal de Ensino.

Senhor do Bonfim, 7 de fevereiro de 1970.

[Assinatura]
SECRETÁRIO
EFECIONOS EDUCACIONAIS VINC.
RUBRICA DE DA SILVA JUNIOR Recebido

ANEXO G: Guia de transferência de Maria Floripes do Colégio Comercial

GUIA DE TRANSFERÊNCIA

Eu, ADAUTO MARTINS DA SILVA JUNIOR, abaixo assinado, diretor da ESCOLA COLÉGIO COMERCIAL DE SENHOR DO BONFIM de SENHOR DO BONFIM, Estado BAHIA nos termos do art. n. 25 do Decreto-Lei n. 6141, de 28 de Dezembro de 1943, atesto que o estudante MARIA FLORIPES GONÇALVES MILITTO, natural de SALVADOR, Estado BAHIA nascido em 8 de MAIO de 1930, filho de JOÃO JOSÉ GONÇALVES MILITTO e de JOANA GOMES GONÇALVES MILITTO, cursou até de DEZEMBRO de 1969, a QUARTA série do curso GINASIAL DE COMERCIO, não logrou aprovação, deste estabelecimento, conforme demonstram os resultados constante das vias de HISTÓRICO ESCOLAR, que seguem em anexo podendo, de acordo com legislação em vigor, continuar os seus estudos em qualquer estabelecimento de ensino comercial oficialmente reconhecido.

SENHOR DO BONFIM 7 de fevereiro de 19 70

[Assinatura]
Diretor
ADAUTO M. DA SILVA JUNIOR

VISTO:

Inspetor do Ensino Comercial

Isento de selo, ex-vi do Decreto-Lei n. 8029 de 2 de Outubro de 1945.

Reconheço verdadeira a firma Adauto Martins
da Silva Junior diretor do Colégio Comercial de Senhor do Bonfim, (Bahia) de fevereiro de 19 70
Em test. [Assinatura] da verdade.

TABELIAO MARIO JAMBEIRO ANGELIM

ANEXO H: Histórico Escolar de Maria Floripes – Curso Ginásial

**Educ. N. S. do S. S. Sacramento**

SENHOR DO BONFIM = BAHIA



CURSO Ginásial - Sob Inspeção Estadual

CERTIFICO que **MARIA FLORIPES GONÇALVES MILITÃO** filha de **João José Gonçalves Militão** e de **Joana Gomes Gonçalves Militão** natural de **Salvador-Bahia** nascido aos **8** de **maio** de **1930** foi aprovada nas disciplinas da **4ª** série do curso **Ginásial** no ano de _____ na forma da lei vigente e do Regimento Interno do Colégio.

VIDA ESCOLAR
CURSO GINÁSIAL

SÉRIES	Português	O.S.P.B. LEMIR	Ed. Moral, Escrita e Cívica	Inglês	Matemática	Ciências	Hist. Brasil	Hist. Geral	Geog. Brasil	Geog. Geral	Desenho	Prática Comercial	Prática Escritória	Média
Admissão 1965	7,0	-	-	-	8,5	-	8,5	-	7,5	-	-	-	-	7,87
I 1965	6,7	-	-	6,2	5,9	5,4	6,6	-	5,9	-	7,6	-	-	-
II 1966	5,4	-	-	5,3	6,1	5,4	5,8	-	4,7	-	6,5	-	-	-
III 1968	5,0	-	-	5,7	7,5	5,2	-	6,5	-	-	-	5,5	5,3	-
IV 1970	6,0	5,1	5,0	5,1	5,5	6,1	-	5,0	-	-	7,3	-	-	-

OBSERVAÇÃO : _____

Sector do Bonfim, 15 de dezembro de 1970

Madu Faria d'Apresentação
DIRETORA

Anna Raimunda Mame
SECRETÁRIA

ANEXO I: Boletim escolar de Maria Floripes - 1970

ESCOLÁRIO N. G. do SR. SECRETAMENTO
 NOME DO ESTABELECIMENTO

Senhor do Bonfim Bahia
 CIDADE ESTADO

Nome da aluna: MARIA FLORIPES GONÇALVES MILITÃO
 Data do Nascimento: 8 de maio de 1930
 Local: Salvador Estado: Bahia
 Residência: _____
 Nome do Pai: João José Gonçalves Militão
 Nome da mãe: Joana Gomes Gonçalves Militão
 Observações: _____

RETRATO
 3 x 4

SÉRIE 4ª CICLO 1ª ANO 1970

DISCIPLINAS	NOTAS MENSAIS							TOTAL ANUAL	EX. FINAL s. 3	MÉDIA GLOBAL	2ª EPOCA		
	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro				Prova	Total	Média Final
Português	80	80	85	85	85	85	70	305	25,5	6,0		60	
Latim	78	85	78	82	82	80	60	450	12,5	6,0		60	
Matemática	58	52	60	65	65	70	60	395	15,0	5,5		55	
Francês	45	45	50	45	40	70	35	330	22,5	6,0		60	
História Geral	45	75	58	42	50	70	30	350	15	3,7	50	160	
Desenho	62	75	75	75	75	85	25	510	-	7,7		73	
Geog. P. B.	60	65	70	45	50	50	45	395	3,0	3,3	60	162	
Ed. Moral e Física	90	85	80	75	85	80	40	425	7,0	5,0			
DATA <u>6 de fevereiro de 1971</u>													

RESULTADO Aprova

Madre M. S. Apresentação DIRETORA Irma Raimunda Maria SECRETARIA

SÉRIE _____ CICLO _____ ANO _____

DISCIPLINAS	NOTAS MENSAIS							TOTAL ANUAL	EX. FINAL s. 3	MÉDIA GLOBAL	2ª EPOCA		
											Prova	Total	Média Final
DATA _____													

DIRETORA SECRETARIA